



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**VLADIMIR MEIRA NUNES**

**O ANTES E O AGORA: DETERMINANTES DA GEOGRAFIA  
DO VOTO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS BAIANOS E SEUS  
PARTIDOS (2002-2010)**

**Salvador – BA**  
**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**VLADIMIR MEIRA NUNES**

**O ANTES E O AGORA: DETERMINANTES DA GEOGRAFIA DO VOTO DOS  
DEPUTADOS ESTADUAIS BAIANOS E SEUS PARTIDOS (2002-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fábio Dantas Neto

Universidade Federal da Bahia - UFBA

**Salvador – BA**  
**2014**

---

Nunes, Vladimir Meira

N972 O antes e o agora: determinantes da geografia do voto dos deputados estaduais baianos e seus partidos (2002-2010) / Vladimir Meira Nunes. – 2014.  
158 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fábio Dantas Neto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

1 Voto - Aspectos sociais. 2. Partidos políticos - Brasil. 3. Eleição.  
4. Deputados estaduais – Brasil - Congresso. 5. Oposição (Ciência política) - Brasil. 6. Movimento democrático brasileiro - História.  
I. Dantas Neto, Paulo Fábio. II. Universidade Federal da Bahia.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

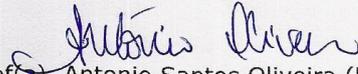
CDD: 324.65

---

**VLADIMIR MEIRA NUNES**

**O ANTES E O AGORA: DETERMINANTES DA GEOGRAFIA DO  
VOTO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS BAIANOS E SEUS  
PARTIDOS (2002-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e, aprovada em vinte e dois de dezembro de dois mil e catorze, pela Comissão formada pelos professores:



Prof(a). Antonio Santos Oliveira (UFBA)  
Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo



Prof(a). Alvinio Oliveira Sanches Filho (UFBA)  
Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo



Prof(a). Paulo Fábio Dantas Neto (UFBA)  
Doutor em Ciências Humanas-Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

À Thaila, por representar o lado melhor da vida.

## AGRADECIMENTOS

Concluir essa etapa da formação acadêmica envolveu significativo esforço e entrega. Como tudo que resolvo levar a sério, investi o máximo que pude na concretização desse objetivo. A opção por tentar cursar o mestrado, depois de uma fase de menor concentração mais direcionada aos estudos, tornou essa trajetória um tanto mais difícil, principalmente no início, fase que fui levando aos “trancos e barrancos” – mais pelo ritmo que pelo improvisado. As várias limitações desse texto, portanto, são reflexos das minhas próprias limitações, assim como são de minha inteira responsabilidade.

Chegar a esse final, porém, não seria possível sem a ajuda de muitas pessoas. Dos amigos destaco Luciano e Diego (primo), pela convivência e atuação mais cotidiana em variadas esferas, muitas vezes suprimindo determinadas ausências e limitações de momento minhas. Eles, porém, representam um conjunto mais amplo de valorosas e valiosas amizades e camaradagens.

Agradeço também a Milton Junior e Thiago Meira, primos, um em cada laço familiar, pelas imprescindíveis contribuições que deram no enfrentamento das, então, áridas estatísticas que tive que enfrentar. Minha limitada formação nesse aspecto não permitiria que eu concretizasse esse objetivo sem esses valiosos socorros.

Agradeço ao meu orientador, Professor Paulo Fábio, pelo esforço que empenhou para ajudar, mesmo diante de limitadas condições de tempo, estando na maior parte desse último período compartilhando essa orientação com obrigações acadêmicas fora do país. Sem a valiosa ajuda de Paulo, não seria possível tornar o texto dessa dissertação algo academicamente viável.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em nome dos quais destaco o Professor Alvino Sanches, pelo importante apoio dado em momentos da pesquisa. Registro também meu agradecimento aos colegas do Programa, não apenas os da turma do mestrado: mesmo com pouca convivência mais cotidiana, pude aproveitar bons momentos de descontração entre as aulas e também de dúvidas que me fizeram ter e me ajudaram a enfrentar, em variadas circunstâncias.

Agradeço à Fapesb, pelo apoio concedido no período, através da bolsa.

Aos inúmeros familiares – mãe, pai, tios, irmãos, primos – com os quais tenho compartilhado um número menor de momentos, mas sempre maiores em intensidade.

Por fim, meu mais especial agradecimento à Thaila, que acompanhou e suportou ao meu lado todo esse período. A ela dedico o que há de melhor nesse esforço.

## RESUMO

O estudo analisa a Geografia do Voto dos Deputados Estaduais e Partidos na Bahia, nas eleições de 2002, 2006 e 2010, buscando captar e avaliar supostos impactos produzidos sobre a localização das suas bases eleitorais, por força de seus reposicionamentos face às variáveis condições de ser governo, ou oposição, nos planos nacional e estadual. Além disso, procurou correlacionar as votações agregadas dos principais partidos no Estado com indicadores sociais, como IDH e População Rural dos municípios, visando mapear os perfis de suas bases, no que diz respeito às características urbanas e sociais e saber se eles sofreram modificações no período, também tendo em vista os referidos reposicionamentos. Buscou, ao mesmo tempo, problematizar essas questões a partir de referenciais da Teoria Democrática, assim como na literatura institucional acerca dos Sistemas Partidário e Eleitoral. Foram identificadas mudanças significativas na geografia das bases eleitorais dos principais partidos a partir dos reposicionamentos, mesmo com a manutenção dos respectivos padrões de votação antes predominantes. Nesse sentido, a análise das mudanças na geografia eleitoral dos deputados estaduais e partidos baianos ao longo das três eleições estudadas, apontou que o padrão de votação horizontalmente “disperso” é mais vinculado a deputados e partidos de governo, enquanto o padrão vertical “dominante” não é necessariamente governista, sendo afetado, também, pela trajetória anterior de cada partido. Os resultados sugerem também que o Legislativo baiano não possui um padrão oligárquico de competição, já que 52% dos seus parlamentares possuem votação Não-Dominante, ou seja, compartilham seus redutos eleitorais. Apesar disso, observou-se que o reposicionamento estadual provocado pelos resultados das eleições de 2006 atenuou, sem reverter, a tendência à ampliação da competitividade eleitoral nos municípios baianos, provocada pelo realinhamento nacional ocorrido em 2002.

**Palavras-chave:** Geografia do Voto; Partidos Políticos; Deputados estaduais; Bases eleitorais; Governo e Oposição; Competitividade eleitoral.

## ABSTRACT

The study analyzes the geography of the Vote of Parties and State Representatives in Bahia in the 2002, 2006 and 2010 elections, seeking to capture and evaluate alleged impacts produced on the location of their constituencies, by virtue of its repositioning in the face of changing conditions to be government or opposition, in the national and state plans. In addition, sought to correlate the votes aggregates of the major parties in the state with social indicators such as HDI and Rural Population of the municipalities, aimed at mapping the profiles of their bases, with regard to urban and social characteristics and whether they have been changed in the period also with a view to repositionings. Search at the same time, discuss these issues from references of Democratic Theory, as well as in institutionalist literature on the Partisan and Electoral systems. Significant changes were identified in the geography of constituencies of the major parties from the repositioning, even with the maintenance of their voting patterns before prevailing. In this sense, the analysis of changes in electoral geography of state representatives and Bahian parties over the three studied elections, pointed out that the voting pattern horizontally "dispersed" is more linked to MPs and parties of government, while the vertical standard "dominant" is not necessarily ruling, being affected also from the previous path of each parties. The results also suggest that the Bahian legislative does not have an oligarchic pattern of competition, since 52% of its parliamentarians have vote Non-Dominant, ie shared their bailiwicks. Nevertheless, it was observed that the in state repositioning, caused by the results of the 2006 elections, were attenuated, without reversing the trend to expand the electoral competitiveness in Bahia municipalities, caused by national readjustment in 2002.

**Keywords:** Geography of the Vote; Political Parties; State Legislators; Constituencies; Government and Opposition; Electoral Competitiveness.

## LISTA DE SIGLAS

ACM – Antonio Carlos Magalhães

ALBA – Assembleia Legislativa da Bahia

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

DEM – Democratas

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PRP – Partido Republicano Progressista

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

RM's – Regiões Metropolitanas

RMS – Região Metropolitana de Salvador

TI – Territórios de Identidade

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Cartograma - Votação do PFL para Deputado Estadual da Bahia em 2002:.....	89
Figura 2: Cartograma - Votação do PFL para Deputado Estadual da Bahia em 2006:.....	90
Figura 3: Cartograma - Votação do PMDB para Deputado Estadual da Bahia em 2002: .....	92
Figura 4: Cartograma - Votação do PMDB para Deputado Estadual da Bahia em 2006: .....	93
Figura 5: Cartograma - Votação do PT para Deputado Estadual da Bahia em 2002: .....	95
Figura 6: Cartograma - Votação do PT para Deputado Estadual da Bahia em 2006: .....	96

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação dos parlamentares de acordo com os quatro padrões de concentração/dispersão dos votos, nas eleições de 2002, 2006 e 2010:.....	62
Quadro 2: Classificação dos Parlamentares com votação Dispersa e Concentrada de forma agregada, nos pleitos de 2002, 2006 e 2010:.....	66
Quadro 3: Bancadas do Bloco 1 de partidos na condição de situação nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e Dispersão na eleição de 2002 – Deputado Estadual: .....	70
Quadro 4: Bancadas do Bloco 2, de partidos na condição de situação no plano nacional e oposição no plano local, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão na eleição de 2002 – Deputado Estadual: .....	70
Quadro 5: Bancada do Bloco 4 de partidos na condição de oposição nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e Dispersão na eleição de 2002 - Deputado Estadual: .....	71
Quadro 6: Distribuição dos Deputados Estaduais nos padrões de Concentração/Dispersão relacionados ao posicionamento frente aos governos em 2002: .....	73
Quadro 7: Bancadas dos partidos do Bloco 1, situação nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão na eleição de 2006 – Deputado Estadual: .....	74
Quadro 8: Bancadas dos partidos do Bloco 2, situação no plano nacional e oposição no plano local, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão na eleição de 2006 – Deputado Estadual:.....	75
Quadro 9: Bancadas dos partidos do Bloco 3, oposição no plano nacional e situação no plano local, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão na eleição de 2006 – Deputado Estadual:.....	75
Quadro 10: Bancadas dos partidos do Bloco 4, oposição nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão na eleição de 2006 – Deputado Estadual: .....	75
Quadro 11: Distribuição dos Deputados Estaduais em relação aos posicionamentos frente ao Governo Estadual nos padrões de Concentração/Dispersão em 2006: .....	78
Quadro 12: Bancadas dos partidos do Bloco 1, situação nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão, na eleição de 2010 – Deputado Estadual: .....	79
Quadro 13: Bancadas dos partidos do Bloco 2, situação nacional e oposição local, de acordo com os padrões de Concentração e Dispersão, na eleição de 2010 – Deputado Estadual: .....	80
Quadro 14: Bancadas dos partidos do Bloco 4, oposição nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e Dispersão, na eleição de 2010 – Deputado Estadual: .....	80

Quadro 15: Principais partidos atuantes na Bahia, segundo posição no espectro governo/oposição, a nível nacional e estadual, em momentos eleitorais, de 2002 a 2010:.....	85
Quadro 16: Correlações para as votações do PT, PMDB e PFL/DEM por município com o IDH dos municípios da Bahia na eleições de 2002, 2006 e 2010: .....	87
Quadro 17: Votação do PFL para Deputado Estadual, nas eleições de 2002 a 2010:.....	88
Quadro 18: Votação do PMDB para Deputado Estadual, nas eleições de 2002 a 2010: .....	92
Quadro 19: Votação do PT para Deputado Estadual, nas eleições de 2002 a 2010:.....	94
Quadro 20: Classificação dos parlamentares de acordo com os quatro padrões de Dominância dos votos, nas eleições de 2002, 2006 e 2010: .....	104
Quadro 21: Classificação dos parlamentares na variável dicotômica Dominante/Não Dominante de suas votações, nas eleições de 2002, 2006 e 2010:.....	106
Quadro 22: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 1 (situação/situação), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, nas eleição de 2002: .....	108
Quadro 23: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 2 (situação/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2002: 108	108
Quadro 24: Classificação das bancadas dos partidos do Bloco 4 (oposição/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2002: 109	109
Quadro 25: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 1 (situação/situação), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, nas eleição de 2006: .....	110
Quadro 26: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 2 (situação/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2006: 111	111
Quadro 27: Classificação das bancadas dos partidos do Bloco 3 (oposição/situação), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2006: 111	111
Quadro 28: Classificação das bancadas dos partidos do Bloco 4 (oposição/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2006: 112	112
Quadro 29: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 1 (situação/situação), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2010: 114	114
Quadro 30: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 2 (situação/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2010: 114	114
Quadro 31: Classificação das bancadas dos partidos do Bloco 4 (oposição/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2010: 115	115

Quadro 32: POSICIONAMENTO NACIONAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS C/ VOTAÇÃO DOMINANTE (2002-2010): .....	118
Quadro 33: POSICIONAMENTO ESTADUAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS C/ VOTAÇÃO DOMINANTE (2002-2010): .....	118
Quadro 34: Classificação da votação dos Deputados Estaduais nas tipologias combinadas, em 2002, 2006 e 2010: .....	120
Quadro 35: Classificação da votação das bancadas do Bloco 1 (situação/situação), nas tipologias combinadas, em 2002: .....	124
Quadro 36: Bancadas do Bloco 2 (situação/oposição), de acordo com as tipologias combinadas Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2002:.....	124
Quadro 37: Bancadas do Bloco 4 (oposição/oposição), de acordo com as tipologias combinadas Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2002:.....	124
Quadro 38: Bancadas dos partidos do Bloco 1 (situação/situação), de acordo com as tipologias combinadas, Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2006:.....	125
Quadro 39: Bancadas dos partidos do Bloco 2 (situação/oposição), de acordo com as tipologias combinadas, Concentração/Dispersão e Dominância na eleição de 2006:.....	125
Quadro 40: Bancadas dos partidos do Bloco 3 (oposição/situação), de acordo com tipologias combinadas, Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2006:.....	126
Quadro 41: Bancadas dos partidos do Bloco 4 (oposição/oposição), de acordo com as tipologias combinadas, Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2006: .....	126
Quadro 42: Bancadas dos partidos do Bloco 1 (situação/situação), de acordo com as tipologias combinadas Concentração /Dispersão e Dominância, na eleição de 2010:.....	127
Quadro 43: Bancadas dos partidos do Bloco 2 (situação/oposição), de acordo com as tipologias combinadas Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2010:.....	127
Quadro 44: Bancadas dos partidos do Bloco 4 (oposição/oposição), de acordo com as tipologias combinadas Concentração/Dispersão e Dominância, em 2010:.....	128
Quadro 45: Votação para deputado estadual na Bahia (PT, PMDB e PFL/DEM), 2002-2010 - % dos votos válidos: .....	133
Quadro 46: Índices de Dominância, Fragmentação, razão de dominância e percentual dos 20 municípios de melhor desempenho – PT, PMDB e PFL/DEM (Deputado Estadual Bahia):	135
Quadro 47: Correlação das votações do PT e PFL/DEM para deputado estadual na Bahia com o IDH e a população rural dos municípios do estado, nas eleições de 2002 e 2010: .....	138

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA .....	19
2 - PROBLEMA DE PESQUISA.....	25
3 - METODOLOGIA .....	29
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA .....	34
1.1- DIÁLOGOS DA LITERATURA SOBRE A GEOGRAFIA DO VOTO COM SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS .....	35
1.1.1- A Geografia do Voto problematizada por distintas vertentes teóricas .....	35
1.1.2- Teoria Democrática e Geografia do Voto: a importância explicativa da dinâmica da Política .....	38
1.1.3- Instituições, Comportamento Estratégico e Geografia do Voto .....	42
1.2- COMPETIÇÃO POLÍTICA, ELITES E PARTIDOS POLÍTICOS NA BAHIA: <i>CARLISMO, ANTICARLISMO E PÓS-CARLISMO</i> .....	48
1.2.1- Ascensão do <i>carlismo</i> , suas fases e os desdobramentos na política baiana .....	49
1.2.2- O declínio da predominância carlista e a ascensão do PT.....	52
CAPÍTULO 2: GEOGRAFIA DO VOTO DE DEPUTADOS ESTADUAIS E PARTIDOS: <i>PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DAS VOTAÇÕES</i> .....	59
2.1 PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS BAIANOS, NAS ELEIÇÕES DE 2002, 2006 E 2010 .....	61
2.2 PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DAS VOTAÇÕES DE DEPUTADOS, E DISTRIBUIÇÃO DAS VOTAÇÕES DOS PARTIDOS.....	68
2.2.1 <i>Os Deputados e os padrões de Concentração/Dispersão das votações</i> .....	68
2.2.2 <i>Distribuição das votações do PT, PFL/DEM e PMDB nos municípios da Bahia         e correlação com indicadores sociais</i> .....	84
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	97
CAPÍTULO 3: PADRÕES DE DOMINÂNCIA DAS VOTAÇÕES DOS DEPUTADOS, DAS BANCADAS E DOS PARTIDOS .....	100
3.1 ANÁLISE DA DOMINÂNCIA DAS VOTAÇÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DA BAHIA NAS ELEIÇÕES DE 2002, 2006 E 2010.....	102
3.2 PADRÕES DE DOMINÂNCIA DAS VOTAÇÕES DAS BANCADAS PARTIDÁRIAS EM RELAÇÃO AO ESPECTRO GOVERNO/OPOSIÇÃO .....	107
3.3 A GEOGRAFIA DO VOTO E A TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO COMBINADAS: CONCENTRAÇÃO/DISPERSÃO E DOMINÂNCIA DOS DEPUTADOS E DAS BANCADAS PARTIDÁRIAS .....	120

3.3.1	<i>Os deputados estaduais de acordo com a tipologia combinada, nas eleições de 2002, 2006 e 2010</i> .....	120
3.3.2	<i>A tipologia de votação combinada por bancadas partidárias, nas eleições de 2002, 2006 e 2010</i> .....	123
3.4	ANÁLISE EMPÍRICA DAS VOTAÇÕES AGREGADAS DO PT, PMDB E PFL/DEM PARA DEPUTADO ESTADUAL, NAS ELEIÇÕES DE 2002, 2006 E 2010	130
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	139
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	143
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	154

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho de dissertação estuda a Geografia do Voto dos parlamentares e dos partidos na Assembleia Legislativa da Bahia, nas eleições de 2002, 2006 e 2010, visando relacionar esses dados com o posicionamento dos partidos nas coligações eleitorais, se são ou não governistas.

Busca-se verificar se há um deslocamento da base eleitoral de partidos com histórico de esquerda que passam a ocupar papéis relevantes em esferas de governo. Esses partidos possuem uma trajetória política anterior de oposição, com comportamento de perfil mais ideológico, se posicionando em relação a grandes temas, estabelecendo vínculos com eleitorado mais localizado nos centros urbanos. Por outro lado, busca-se verificar em que medida há o movimento oposto, pelo qual se deslocariam também as bases eleitorais de partidos que até 2002 e desde bem antes ocuparam posições em esferas de governo, constituindo-se, de acordo com a literatura, enquanto partidos *catch all*, associados “(...) ao pragmatismo ideológico e à acentuada ênfase na perseguição de políticas distributivistas e projetos *pork-barrel*” (CARVALHO, 2003, p.164). Oriundas, em sua maioria, dos governos ou do próprio Legislativo, essas agremiações são supostas como quase dependentes dos recursos de poder mobilizados através da ocupação das estruturas governamentais, para sustentar seus desempenhos eleitorais. Assim, parece sintomático que, com o reposicionamento frente aos governos, muitas delas viram seu desempenho eleitoral e sua representatividade reduzirem drasticamente – além de perderem representantes para outras legendas, através das migrações partidárias.

Esses deslocamentos das bases eleitorais trazem também um conjunto de questões relacionadas a essa discussão, entre as quais, por exemplo, a da representatividade dos maiores centros urbanos, ou das regiões metropolitanas no país, a ponto da literatura acerca da Geografia do Voto acumular um entendimento de que existe no Brasil uma sub-representação das capitais e regiões metropolitanas. Essa provável sub representação, portanto, poderia atuar como forte desincentivo à introdução dessas questões na agenda política.

Por outro lado, os estudos mais tradicionais de sociologia eleitoral produzidos trazem a disjuntiva capital/interior e urbano/rural como linhas importantes de clivagem atravessando a política brasileira. “Essa [*dupla*] dimensão abrigaria a um só tempo indicadores socioeconômicos diversos, realidades eleitorais distintas e culturas políticas antagônicas” (CARVALHO, 2009, p. 369. *Grifo nosso*). Dessa forma, a atividade política estaria associada a dois universos de valores díspares, um de padrão mais ideológico e universalista; outro de tipo não ideologizado, particularista, tradicional. Assim apresenta Soares (2001, apud CARVALHO, 2009), um dos autores dessa corrente, para os quais o sistema proporcional,

combinado com a progressiva modernização do país, seria capaz de diluir a representação de natureza localista e paroquial, dando espaço cada vez mais ampliado às representações das áreas urbanas, de natureza mais ideológica e universalista.

O progressivo crescimento dos estudos da geografia do voto vem apresentando um desdobramento inverso dessas questões, a partir da operacionalização do nosso sistema eleitoral e das características institucionais e sociais do país. Esta literatura, conforme já apontado, apresenta que os centros urbanos se veem, na prática, sub-representados na esfera Legislativa. Além disso, a literatura também traz evidências, de que nessas áreas encontra-se expressiva variação de comportamento político e de competitividade, dando lugar a um fenômeno que vem sendo cunhado como “Paroquialismo Metropolitano” (CARVALHO, 2009, p. 381) – contrariando a ideia de um mercado eleitoral mais homogêneo, competitivo e ideológico, de acordo com a tradição sociológica anterior.

Essa abordagem traz também clara preocupação com a dimensão do comportamento político dos deputados nos seus mandatos, buscando investigar em que medida os incentivos advindos da arena eleitoral perpassam as fronteiras do legislativo, condicionando as iniciativas políticas dos parlamentares. Uma discussão que se relaciona com a literatura que investiga o sistema eleitoral e partidário – presente nos estudos institucionalistas, na medida em que eleva ou minimiza o papel exercido pelo conjunto de regras e dispositivos institucionais na determinação do jogo político-partidário – em diálogo com a vertente da conexão eleitoral e do distributivismo, para a qual o parlamento é refém da dinâmica estabelecida no ambiente eleitoral.

O presente trabalho procura discutir algumas dessas questões num contexto específico, a partir de três eleições para Deputado Estadual na Bahia, observando e analisando quatro possíveis delimitações estratégicas das votações dos nossos representantes para obtenção de um mandato, originando quatro tipos de distritos eleitorais informais: eles concentram votos em determinadas áreas e nelas são majoritários; concentram votos, mas não são majoritários; dispersam os votos e são majoritários em algumas áreas; e dispersam os votos, mas sem dominarem essas áreas.

## **1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA**

O estudo das instituições políticas e do jogo político-partidário no plano subnacional vem ampliando sua produção na ciência política atual. Com a nova variante de federalismo

introduzida pela Constituição de 1988, os Poderes Executivos nos estados ganharam maior capacidade de implementar políticas sociais e econômicas, tendo o governador um importante papel na representação dos interesses locais na arena política nacional. Isso tornava os governos estaduais “estruturas importantes de contestação política e construção institucional da democracia brasileira” (BORGES, 2010, p.91).

Dentre essas realidades políticas na esfera estadual, a Bahia vinha sendo considerada pela literatura um exemplo paradigmático da política oligárquica e clientelista (DESPOSATO, 2006). Em que pese ser essa uma leitura corrente nas opiniões do senso comum, assim como na mídia e parte do meio acadêmico – a ideia de que a sustentação do poderio eleitoral dos governadores se dá através de práticas clientelistas e fisiológicas (BORGES, 2010, p. 91) –, ao longo de 20 anos, entre 1982 e 2006 (com exceção de uma breve experiência oposicionista entre 1986 e 1990), um mesmo agrupamento, tendo como liderança principal o ex-Senador Antônio Carlos Magalhães, combinou práticas tradicionais com outras de sentido modernizante, para apresentar-se como principal força política no estado, constituindo-se ora como situação dominante, ora enquanto bloco majoritário de um cenário bipolarizado, entre os partidários do grupo e sua oposição, o *carlismo* e o *anticarlismo*, conforme sugere Dantas Neto (2006a). Na década de 90, concomitantemente à consolidação da democracia, esse grupo estabeleceu amplo domínio político e eleitoral no estado. Pautada politicamente por uma mesma facção da elite por tantos anos, a população baiana passa a se confrontar com novas situações a partir dos acontecimentos envolvendo ACM, no ano de 2001 – quando da violação do painel do Senado e sua posterior renúncia do mandato de Senador – e da ascensão do PT e de seus aliados ao Governo Federal, em 2002.

Os programas e iniciativas do Governo Federal que passam a dinamizar a economia e a política em níveis regionais tinham como foco prioritário a população de baixo poder aquisitivo. Entre esses programas estão o ProUni – programa de financiamento universitário para jovens de renda baixa; o aumento do salário mínimo acima da inflação; o programa Luz Para Todos – atingindo mais intensamente a zona rural, dentre outros. Como se sabe, o principal desses programas, que viria a se tornar o carro-chefe do Governo, foi o “Bolsa Família” – programa que unificou e ampliou diversas políticas e procedimentos de execução de ações de transferência de renda, oriundas de governos anteriores (LICIO, RENNÓ & CASTRO, 2009, p.33).

Essas iniciativas por parte do governo federal atingiam sobremaneira as populações dos estados e regiões menos desenvolvidas, com menor acesso à educação, menor renda e

expectativa de vida. Desta forma, o tradicional eleitorado do PT – *lulista*<sup>1</sup>, de acordo com descrição de Singer (2009) – das eleições anteriores passa a sofrer variações em sua composição a partir da eleição presidencial de 2006, onde antigos apoiadores de maior renda e escolaridade passam a ser menos expressivos na base social de apoio à candidatura de Lula do que populações mais empobrecidas.

Esse achado é confirmado no estudo de Nicolau e Peixoto (2007), que se propõe a investigar as possíveis mudanças de base social que deram sustentação à vitória de Lula na eleição de 2006, mesmo diante de recentes denúncias de corrupção envolvendo membros da alta cúpula do seu governo<sup>2</sup>. A partir de uma série de levantamentos de dados e correlações, os autores afirmam que a votação de Lula em 2006 sofre grande variação em relação à anterior, deslocando a maior parcela de seu eleitorado das regiões mais desenvolvidas para as mais empobrecidas – aproximando a nova base eleitoral petista do tradicional eleitorado governista, geralmente populações mais dependentes do gasto público, em regiões de menor desenvolvimento da economia privada, conforme aponta Borges (2013). Isto estaria relacionado a este conjunto de iniciativas e programas do governo para atender às populações de menor renda e escolaridade, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, ampliando iniciativas governistas de períodos anteriores no atendimento a essas populações. Primeiramente, os autores apresentam a seguinte cadeia de causalidade lógica:

1. Em 2002, Lula tem votação bem distribuída pelo país, mas proporcionalmente melhor nas áreas mais desenvolvidas.
2. Ao longo do mandato, o Governo implementa uma série de programas dirigidos às cidades com menor desenvolvimento social. Entre esses programas, destaca-se o Bolsa Família, que investiu mais de 17 bilhões em quatro anos, mais da metade deles no Nordeste.
3. Em 2006, as áreas que mais se beneficiaram das políticas implementadas pelo Governo Federal (particularmente municípios de baixa renda, majoritariamente concentrados nas Regiões Norte e Nordeste) votam no candidato que implementou essas políticas. (NICOLAU e PEIXOTO, 2007, p. 14)

Ao final do estudo, os autores apresentam a seguinte conclusão:

---

<sup>1</sup> O termo *lulismo* tem sido utilizado por alguns autores para designar uma determinada base eleitoral de aspectos contraditórios, associada à figura do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Em certa medida, representa certo descolamento da base eleitoral de Lula à imagem e militância do Partido dos Trabalhadores, sendo mais ampla que esta. Maiores detalhes, ver principalmente, Singer (2009; 2012). Outra pesquisa acerca do *lulismo*, diferente em conclusões da anterior, está em Rennó e Cabello (2010).

<sup>2</sup> O “escândalo” do “mensalão”, em 2005, envolvendo dirigentes do governo federal e de partidos da base do governo, bastante pautado pelos diversos veículos de comunicação à época, ocasionando grande perda de popularidade do Presidente Lula e, também, perda de confiança no seu governo.

[...] Não seria estranho se Lula repetisse o seu padrão de votos nas duas eleições. Mas se houve uma mudança, cabe tentar identificar as possíveis razões. Uma primeira pista apareceu com a alta correlação entre os gastos do programa e as áreas mais pobres do país. Uma segunda pista é a alta concentração do programa Bolsa Família no Nordeste e no Norte. Novamente, poderíamos imaginar que as políticas públicas implementadas não alteraram o padrão de voto de Lula. Mas, como vimos, não foi o que aconteceu. Lula foi bem votado em todo o país, e sua votação nos municípios mais pobres e no Nordeste foi impressionante (NICOLAU e PEIXOTO, 2007, p.17).

Assim, se é verdade que as iniciativas do governo voltadas para as regiões menos desenvolvidas exerceram alguma mudança em sua base de apoio mais significativa, e sendo essa base de apoio mais concentrada nas regiões Norte e Nordeste do país, é de se esperar que esses novos elementos também afetaram a dinâmica política subnacional, atingindo posições de poder de antigos prefeitos e lideranças políticas no interior dos estados, que estabeleciam maior controle sobre estes redutos.

Isso fica constatado em um estudo de André Borges (2010), onde se analisam as mudanças eleitorais nos estados mais pobres e de menor competitividade eleitoral no país, relativizando a força de tradicionais máquinas políticas estaduais a partir de novos contextos políticos no plano nacional, principalmente a partir de 2006 – primeira eleição para Governador após a eleição de Lula em 2002. Dentre as questões levantadas pelo autor, uma delas é o impacto do Programa Bolsa Família sobre o desempenho eleitoral do PT. A partir de um modelo de regressão linear, ele verifica que a votação do PT para governo do estado da Bahia em 2006 tem correlação positiva com os municípios atingidos significativamente pelo Programa. Nesta eleição, o então Governador Paulo Souto, tradicional liderança política do esquema carlista, dominante no estado, é derrotado no primeiro turno pelo opositor Jaques Wagner, do PT.

O papel de programas como o Bolsa Família, além de ser visto como um importante fator de redução da pobreza e desigualdade (IPEA, 2006), terminaria também por contribuir no processo de institucionalização das relações políticas no nível local, interferindo na dinâmica da intermediação entre as esferas de poder, já que para participar do programa só é necessário atender aos critérios de elegibilidade, onde os interessados são cadastrados pelo município, sem intermediações políticas. De acordo com Licio *et al.* (2009) este aspecto diferencia esta iniciativa do

[...] clientelismo tradicional, onde o recebimento de benefícios sociais está vinculado à lealdade política. No caso do Programa Bolsa Família, não há nenhuma penalidade para o beneficiário que eventualmente vote contrário ao governo, uma vez que, aparentemente, não há qualquer critério político para o cadastramento do cidadão no

Cadastro Único para o recebimento do benefício (LICIO, RENNÓ & CASTRO, 2009, p. 34).

Esse elemento viria a se somar ao processo de municipalização das políticas sociais, ocorrido desde o primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (ARRETCHE, 2000), onde avançava o aumento de “transferências federais para os municípios, ocasionando um relativo esvaziamento político das secretarias estaduais das áreas da saúde e educação, outrora responsáveis por intermediar a alocação de fundos federais às prefeituras” (BORGES, 2010, p. 186). Não mais o Governo do estado era, necessariamente, o principal intermediador de políticas e recursos para determinadas localidades.

Dentre os estados do Nordeste do país, o estado da Bahia ocupa a 5ª posição, em ordem crescente, em termos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o IDHM, com a marca de 0,660 – calculado em cima dos indicadores de renda, escolaridade e longevidade dos municípios dos estados – de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, feito com base nos dados do Censo Brasileiro do IBGE, de 2010. Portanto, sendo a Bahia o Estado que possui um dos cinco piores IDHM do país, é de se supor que tenha sido, como de fato é, um dos estados mais beneficiados com os programas sociais do governo Lula. E quando se analisa o acumulado dos dez anos de existência do Programa Bolsa Família, o estado da Bahia ocupa a primeira posição no ranking dos estados beneficiados pela política, em termos de recursos destinados às famílias cadastradas (CAIXA, 2013).

Os desdobramentos dessa nova dinâmica, portanto, também atingiram o Partido dos Trabalhadores na Bahia, dando mais capacidade eleitoral à legenda, principalmente nas eleições majoritárias. Por outro lado, o partido já vinha de uma tendência gradual de expansão dessa capacidade desde a segunda metade dos anos 1990, conforme análise de Dantas Neto (2004). Este autor apresenta evidências de que o fortalecimento político do PT se dava mais pelo crescimento sobre outros grupos de oposição (a oposição de “centro”, ao *carlismo*), do que, necessariamente sobre o enfraquecimento do grupo dominante<sup>3</sup>.

Todo esse processo compõe um cenário de mudanças na configuração eleitoral das agremiações partidárias na Bahia. Conforme se analisa nos capítulos de análise empírica, quando se compara a capilaridade eleitoral do PFL no período de seu auge enquanto principal sigla que abrigava o grupo carlista – e a manutenção dessa capilaridade –, tanto no pleito majoritário quanto no proporcional, com a fase de ascensão da capacidade eleitoral do PT,

---

<sup>3</sup> Toda essa discussão envolvendo a conjuntura e a evolução da política baiana, assim como o critério de escolha dos partidos selecionados, serão retomadas num capítulo à parte.

após a elevação de Lula à condição de Presidente da República, encontram-se diferenças que podem ter relação com a trajetória política desses grupos, assim como com o perfil de suas bases eleitorais tradicionais.

Em seu apogeu no plano majoritário, o PFL também ampliava sua votação no plano proporcional exponencialmente. Com o declínio de sua presença no poder executivo, sua capilaridade eleitoral no plano legislativo reduziu significativamente – com a ressalva de que, apesar de obter a vitória na eleição para Governador, o conjunto dos partidos que compunham o grupo carlista já apresentava perdas eleitorais no plano proporcional desde 2002, dentre eles o próprio PFL, que teve sua bancada estadual reduzida de 23 deputados eleitos em 1998, para 16 eleitos em 2002, conforme assinala Dantas Neto (2003). Esse desempenho, porém, não se apresentou como tendência para o PFL no pleito posterior, no qual, além desse partido eleger o mesmo número de parlamentares, sua votação agregada (votos nominais e de legenda) aumenta, em comparação com o resultado anterior. Mas segue a perda de espaço do carlismo como um todo, que fica ainda mais restrito ao PFL.

Já o PT veio de uma trajetória ascendente, tanto no plano majoritário quanto no proporcional. Com a ascensão ao poder executivo, essa capacidade no plano legislativo também cresce, mas é mais suscetível aos eventos da conjuntura, principalmente nas regiões mais urbanizadas. Ou seja: o crescimento da votação do PT no plano proporcional acontecia mesmo antes da sigla chegar ao poder executivo; estando no poder executivo essa ascensão continua, mas reduz a amplitude desse crescimento, conforme será demonstrado em capítulos posteriores.<sup>4</sup>

Diante de todos esses elementos, a partir dos anos 2000, mudanças mais substanciais começam a ocorrer na composição das bancadas baianas no Congresso Nacional e na Assembleia estadual, com novos atores políticos ganhando destaque e ocupando antigos redutos e nichos de poder vinculados a grupos que começavam a perder “musculatura” na política baiana. As bases eleitorais dos partidos também sofrem modificações, na medida em que lideranças locais passam a sustentar outros projetos de governo, em muitos casos migrando de partidos. E esse cenário traz consigo a possibilidade de provocar mudanças no perfil dos redutos que tradicionalmente deram sustentação às candidaturas desses partidos. Em certa medida, esse deslocamento das bases eleitorais apresentaria a possibilidade de afetar a representatividade dos centros urbanos do estado na esfera legislativa, tanto em nível estadual, como no plano federal.

---

<sup>4</sup> Essa discussão será desenvolvida a partir da demonstração e análise dos dados eleitorais do período.

## 2 - PROBLEMA DE PESQUISA

Conforme já trabalhado em monografia da graduação (NUNES, 2014), identifica-se que os reposicionamentos dos principais partidos na Bahia (PT, PMDB e PFL/DEM) no espectro governo/oposição não são suficientemente explicativos em relação às mudanças dos padrões de concentração e dispersão da votação de seus parlamentares. No presente trabalho, verifica-se se é possível identificar alguma relação entre esses reposicionamentos e a mudança nos padrões de Dominância destas votações, já que os parlamentares que atingiram a condição de governistas passaram a ter possibilidade de penetração eleitoral em novas regiões e municípios, principalmente levando-se em consideração o desempenho na eleição para governador. Além disso, amplia-se a análise da dimensão horizontal (concentração e dispersão) para todos os partidos com representação na ALBA.

Esse estudo acerca da Geografia do Voto analisa as bases eleitorais dos partidos e procura trazer elementos que se relacionam com o histórico da trajetória política destes, tendo em vista as composições heterogêneas aos governos, sem, no entanto, estabelecer classificações mais enrijecidas de seus posicionamentos ideológicos. De acordo com Tarouco e Madeira (2013), classificar as possíveis orientações políticas dos partidos brasileiros “(...) é importante para compreender o funcionamento do sistema partidário” (p. 94), e de outras variáveis dependentes, como políticas públicas, coligações, comportamento eleitoral e parlamentar, governabilidade, etc. A classificação destes partidos não é adotada em primeiro plano neste trabalho, tendo em vista, inclusive, determinadas imprecisões e divergências entre os diversos estudos que buscam estabelecê-la. Determinar que tipo de postura, ou de conteúdo programático, de uma agremiação partidária específica se classifica como sendo de direita ou de esquerda não é simples, e nem se apresenta de maneira objetiva ao pesquisador. Envolve trabalhar com critérios aos quais determinados juízos valorativos estão presentes. A trajetória política das agremiações na clivagem governo/oposição trará mais substância analítica para compreender as movimentações dos partidos em relação às suas bases eleitorais. Ainda assim, em alguma medida a utilização da localização de determinadas legendas no espectro ideológico é mencionada, mais como desdobramento da análise do que como elemento causal do fenômeno estudado.

A análise da competitividade eleitoral dos municípios brasileiros feita por Carvalho (2003), parte do suposto dos teóricos da modernização, para os quais, quanto mais

desenvolvida economicamente uma determinada sociedade, maior será a competitividade de seus distritos eleitorais. Investigando a competição por cadeiras para a Câmara dos Deputados nos municípios de todos os estados brasileiros, nas eleições de 1994 e 1998, Carvalho (2003) chega a uma dupla conclusão: 1) “A despeito de adotarmos uma legislação eleitoral fraca, do número extremo de partidos e das listas extensas de candidatos à Câmara” (p. 89), mais da metade dos municípios apresenta um padrão de reduzida competitividade; 2) Haveria uma “oligarquização” do processo político, pois

[...] a baixa competitividade nos distritos estaria correlacionada à concentração de recursos de poder – como renda e educação – nestas unidades. [...] Numa palavra, os testes empíricos levados a cabo sugerem que, quanto mais pobre um dado município, maior a probabilidade de a competição ali ser concentrada em poucos candidatos. (CARVALHO, 2003, pp. 89-90).

Essa “oligarquização” seria ainda reforçada por outra hipótese testada pelo autor: “[...] a taxa de aproveitamento de votos, ou seja, o número de votos dados a candidatos eleitos aumenta exatamente naqueles municípios mais pobres e com menor índice de desenvolvimento humano” (IBID, 2003, p. 90).

Ainda de acordo com esse autor, o estado da Bahia reúne um dos maiores percentuais de municípios com baixa competitividade e o maior percentual de municípios com menor taxa de votos desperdiçados, indicando, segundo ele, uma “coordenação estratégica do voto entre eleitores, de um lado, e elite política, do outro” (p. 87). Ou seja: seria um dos mais oligarquizados estados da Federação, no período analisado pelo autor.

A ideia da competitividade levantada por Carvalho (2003) aparece como parte do roteiro das questões abordadas pelos teóricos da modernização e da teoria democrática. Está presente no argumento de Dahl (2012), quando afirma que uma sociedade moderna e desenvolvida apresenta elevadas taxas de competitividade, e dialoga com a questão levantada por Bobbio (1997), acerca da derrota do poder oligárquico como promessa não realizada da democracia. Essas formulações, em diálogo com o objeto de estudo, serão retomadas e desenvolvidas no próximo capítulo.

Aliado a esse diagnóstico, outro estudo analisa o custo do voto para deputados estaduais e distritais no Brasil, observando se há variação desse custo de acordo com as grandes regiões, com os estados e com as microrregiões e municípios, além de identificar se estas variações são afetadas por características socioeconômicas. O estudo é feito tendo como referência a eleição de 2010, e identifica que as médias dos custos por voto são estatisticamente diferentes entre as grandes regiões e entre os estados (SILVA e NETTO

JUNIOR, 2013, p. 17). Através de regressões log-lineares os autores concluem que as microrregiões mais pobres estão relacionadas a um custo mais alto do voto. Ou seja, quanto maior a desigualdade socioeconômica da região, maior tende a ser o valor que o candidato deve gastar para conquistar seus votos (*IBID*, 2011, pp. 19-20).

Cidades com baixo desenvolvimento, portanto, mais pobres, são as de menor competitividade eleitoral, ou seja, tornam-se redutos de determinadas candidaturas, geralmente legitimadas por algum intermediador (liderança) local. Sendo assim, o padrão de votação dos candidatos apoiados em redutos desse perfil é do tipo Dominante. Em nosso estudo veremos que tradicionalmente o desempenho eleitoral dos partidos com maior tempo de trajetória governista em anos anteriores – mais à direita no espectro ideológico –, tinham bases eleitorais ancoradas nestes tipos de redutos, com padrão de votação Dominante. Já os partidos de esquerda, tradicionalmente oposicionistas, sem acesso a recursos governamentais, tinham bases mais vinculadas às grandes cidades, mais desenvolvidas, com maior competitividade, impossibilitando que o padrão de votação seja o Dominante.

Sendo assim, considerando o reposicionamento dos partidos de esquerda na Bahia para a condição de governo, aliado ao fato de que a votação dos candidatos do PT a presidente e a governador eleitos se relaciona com o alcance de programas sociais do governo federal em pequenos municípios (mais pobres) – antigos redutos eleitorais de partidos tradicionalmente à direita – busca-se verificar se este deslocamento foi observado também para o caso dos candidatos à deputado estadual, identificando se o padrão geográfico de suas votações é significativamente alterado. Verifica-se, portanto, o perfil das bases eleitorais dos partidos no plano legislativo; se, no caso dos atuais partidos governistas, a partir da ascensão ao governo do estado, passaram a pulverizar seu crescimento em regiões menos desenvolvidas, reduzindo sua presença eleitoral nos grandes centros urbanos. E vice-versa, se ampliou a presença das agremiações tradicionalmente governistas nestas aglomerações urbanas. Uma questão que esse estudo procura responder, portanto, é: o voto governista é de tipo dominante?

Essa dimensão da geografia do voto possibilita verificar o alcance vertical da votação dos parlamentares, identificando em que medida um determinado deputado *Domina* um reduto específico; com isso, demonstra, também, o grau de competitividade desse mesmo reduto ao qual o parlamentar está vinculado. O pressuposto adotado nesse estudo é o de que o partido de oposição tende a ter presença eleitoral *Concentrada* e vinculada a grandes cidades, nas quais não conseguem atingir uma *Dominância* eleitoral. Essas cidades, por serem as mais urbanizadas, possuem melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômico – mais alto IDH, estando relacionadas a uma maior competitividade eleitoral, portanto, possuem “maior”

qualidade democrática. O inverso se daria nos municípios de pequena e média dimensão – municípios com baixos indicadores de desenvolvimento social, mais distantes da capital e maior população rural – nos quais é possível verificar a presença de parlamentares e partidos geralmente vinculados ao governo, com desempenho eleitoral *Dominante*, portanto, com menor competitividade eleitoral.

Como se analisam aqui três processos eleitorais é possível visualizar em que medida essa tendência se acentua ou diminui. Tomando todo o distrito como referência, se o estudo das eleições Legislativas estaduais, indica uma não-predominância de parlamentares com votação de tipo Dominante, assim como, maior equilíbrio do grau de *dominância* eleitoral dos partidos, isso pode significar aumento do patamar de competitividade, ou uma tendência a parâmetros de competição mais equilibrados, mantendo o diálogo com os pressupostos teóricos observados em Dahl (2012), assim como, superando a expectativa de Bobbio (1997) acerca da manutenção de uma oligarquização do regime democrático.

Além disso, em trabalho anterior, também se observou que as bancadas dos partidos sofreram mutações significativas em seu tamanho de acordo com o posicionamento frente às esferas de governo. O destaque se dá, porém, para o caso do PT, pois sua ascendência vinha ocorrendo antes de participar dos governos; e também para o caso do PFL/DEM, que reduziu drasticamente sua presença no parlamento baiano na primeira eleição em que disputou como oposição nos dois planos. Esse diagnóstico demonstra estar de acordo com a descrição da dinâmica eleitoral nos estados menos desenvolvidos, apresentada por Borges, Sanches Filho e Rocha (2011):

Quando o governador pertence a um partido de oposição à coalizão nacional, os presidentes podem tirar vantagem do seu controle sobre determinadas políticas sociais e cargos de livre nomeação para ajudar os candidatos do seu partido ou coalizão nas eleições estaduais. Isto implica dizer que a influencia do governador e seu grupo político sobre o desempenho dos postulantes a cargos legislativos pode ser menos significativa numa situação em que a oposição local conta com o apoio da maquina do governo federal. Analogamente, em momentos marcados pela coincidência entre as coalizões nacional e estadual, as forcas de oposição ao governador estariam em situação de maior fragilidade, pela impossibilidade de obter acesso aos recursos políticos controlados pelos Executivos estadual e federal. (BORGES, SANCHES FILHO e ROCHA, 2011, p. 6).

Sendo assim, três questões serão trabalhadas e procurarão ser respondidas por esse estudo:

1. Observado um ciclo completo de reposicionamento dos partidos frente às esferas federal e estadual de governos, ocorrido entre 2002 e 2006, na Bahia, os achados da

literatura sobre mudanças fortes na geografia do voto por reposicionamentos desse tipo, em eleições majoritárias, reproduzem-se nas eleições para Deputado Estadual naquele Estado?

2. A magnitude das mudanças verificadas, a partir dos reposicionamentos do período, nas características geográficas das bases eleitorais de deputados estaduais baianos e de partidos com diferentes trajetórias anteriores de situação e de oposição, nacional e estadual, permite dizer que o voto horizontalmente disperso e/ou verticalmente dominante para Deputado Estadual na Bahia, é um voto governista?
3. A partir da verificação dos padrões de Dominância das votações dos deputados e partidos, e tendo como referência a literatura citada, é possível observar, na disputa para o Legislativo Estadual da Bahia, uma tendência à ampliação do patamar de competitividade, ou a uma preponderância da votação de tipo Dominante, sugestiva de um padrão oligárquico de competição política?

A seguir, serão apontados os procedimentos metodológicos adotados nesse estudo de maneira generalizada, os quais estarão também diluídos em seus procedimentos nos capítulos que cuidam das análises empíricas. Já a fundamentação teórica do estudo, com a literatura que dá conta das temáticas às quais a pesquisa mantém diálogo, aprofundando aspectos apontados na metodologia a seguir, está reunida na discussão estabelecida no capítulo 1.

### **3 - METODOLOGIA**

Conforme é abordado de maneira aprofundada no capítulo 1, a fundamentação teórico-metodológica na qual esse estudo se assenta é formada por um tripé, onde dois campos de análise teórica aliados a uma elaboração mais histórica se relacionam: os modelos teóricos elaborados pela teoria democrática, em diálogo e crítica com os teóricos da modernização (DAHL, 1965, 1989; BOBBIO, 1997); os estudos institucionalistas relacionados ao sistema partidário, eleitoral e aos partidos (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2001; MELO, 2010a, 2010b; SARTORI, 1982; NICOLAU, 2006) – principalmente na dinâmica de conformação de suas coalizões eleitorais e na percepção das regras que delineiam a competição política; e uma abordagem de interpretação histórico-política sobre a evolução da competição política no estado da Bahia, principalmente a partir dos anos 1990 (DANTAS NETO, 2004, 2006a,

2006b, 2010a). Essas três abordagens estão em permanente diálogo com os estudos acerca da Geografia do Voto, utilizado como referência metodológica principal.

Para realizar o presente estudo, foram utilizados dados secundários, colhidos do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), para a votação dos deputados estaduais e dos partidos nos anos de 2002, 2006, 2010. Além disso, um levantamento de dados socioeconômicos, assim como das votações agregadas (voto nominal + voto em legenda) dos partidos nos municípios da Bahia foi realizado através do site do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Alguns dados não disponibilizados virtualmente foram colhidos junto ao TRE-BA (Tribunal Regional Eleitoral da Bahia). A metodologia para os procedimentos de coleta, organização e análise de dados, referente a estas eleições, assim como às correlações de indicadores sociais às votações, consistem na aplicação do instrumental quantitativo. De acordo com Cervi (2012), esse instrumental apresenta uma das possibilidades para a representação de fenômenos sociais. É, portanto, ajustado para utilização em pesquisas que procuram discernir e explicar determinados padrões e relações entre características de eventos dessa natureza.

O procedimento leva em conta a análise das votações dos deputados e dos partidos, dentro dos critérios estabelecidos pela tipologia selecionada. Conforme Kerlinger (1979), “*Análise é a categorização, manipulação e sumarização de dados. Seu objetivo é reduzir grandes quantidades de dados brutos passando-os para uma forma interpretável e manuseável*” (KERLINGER, 1980, p. 353). Os dados eleitorais disponibilizados pelo TSE serão utilizados para percepção dos padrões de concentração e dominância elaborados por Barry Ames (2001) – concentrado-dominante; concentrado-coompartilhado; disperso-dominante; e disperso-compartilhado. Para visualizar o grau de concentração/dispersão, seguiu-se o estudo de Carvalho (2003), e foi aplicado o índice de fragmentação de Rae invertido, muito utilizado na literatura como medida de fragmentação das cadeiras entre os partidos com representação no Congresso. O índice sugere o número de municípios em que os deputados estaduais eleitos foram votados de forma efetiva, e define quatro faixas de concentração e dispersão do voto que designam quatro tipos de deputados ou de estratégias políticas, tal seja: deputados de votação com Concentração Alta, são aqueles que, em média, conseguem concentrar num único município 65% de sua votação e/ou nos 10 primeiros municípios obtém um percentual da ordem de 85%; já os deputados de votação com Concentração Média, são aqueles que atingiram, em média, 40% dos votos num único município ou 75% dos votos nos 10 primeiros municípios; os deputados de votação com Dispersão Média, são os que não obtém mais de 30% dos votos num único município e, nos 10 primeiros municípios pode chegar a até 60% dos votos; por fim, os deputados de votação com Dispersão Alta são os que

concentram no primeiro município, em média, 15% dos seus votos, ou acumulam 50% nos 10 primeiros municípios.

A operacionalização do conceito de Dominância, sua classificação, seguiu as orientações de Carvalho (2003), através da fórmula:

$$\sum n \left( \frac{v_i}{p_i} \right) \times \left( \frac{v_i}{V} \right)$$

Onde  $v_i$  = número de votos recebidos pelo deputado estadual da cidade  $i$ ;  $p_i$  = número total de votos válidos para deputado estadual na cidade  $i$ ;  $V$  = total de votos recebidos pelo deputado estadual no estado inteiro, e  $n=15$  municípios. Registra-se que o índice de dominância utilizado segue Carvalho (2003) e faz o recorte de 15 cidades nas quais o deputado obteve o maior percentual de votos, já que entre essas, em média, o deputado faz mais de 75% de sua votação entre os três pleitos selecionados.

A estipulação das faixas de Dominância leva em consideração o desvio padrão com relação à média de dominância da Legislatura para a divisão das quatro faixas classificatórias de penetração vertical: Sem Dominância, Baixa Dominância, Média Dominância e Alta Dominância. Nisso, uma ponderação diz respeito à classificação adotada após a aplicação da fórmula, já que o índice de dominância é variável contínua. Aqui, os deputados eleitos nos três pleitos selecionados são classificados de acordo com quatro faixas de penetração vertical: votações com alta dominância, média dominância, baixa dominância e sem dominância. Em seguida, porém, converte-se estas faixas numa variável dicotômica: dominância/não dominância – a exemplo do que foi feito com a dicotomia concentração/dispersão dos votos.

A análise acerca dos Índices de Dominância e Fragmentação das votações agregadas dos partidos no período seguiu o estudo de Borges, Sanches Filho e Rocha (2011): calcula-se o Índice de Dominância através da fórmula  $\sum (V_i \times C_i) / 100$  ( $i = 1, 2, 3...N$ ), sendo  $V_i$  a votação do partido no município (% dos votos válidos),  $C_i$  a contribuição do município  $i$  à votação total do partido (% sobre a totalidade de seus votos), e  $N$  o total de municípios no distrito eleitoral analisado. “Um alto índice de dominância indica que os municípios mais importantes para o partido (do ponto de vista da contribuição à votação total) se caracterizam por votações médias elevadas” (BORGES, SANCHES FILHO e ROCHA, 2011, p. 9).

O cálculo do índice de fragmentação da votação dos partidos é feito a partir do Índice de Rae invertido, tal como utilizado também por Carvalho (2003), muito comum nos estudos nessa área. A fórmula para mensuração do índice é dada por  $1 / (\sum C_i^2)$ , sendo  $i = 1, 2, 3...N$ ,

onde  $C_i$  equivale à contribuição do município  $i$  à votação total do partido no estado, em número de votos. É esse indicador que apresenta o peso aproximado dos municípios de votação efetiva do partido.

Tendo em vista o estudo de Carvalho (2003), deputados com votação de tipo não-dominante, geralmente ancorada em distritos de grande dimensão, são desincentivados a reivindicarem crédito pela alocação de determinados benefícios, políticas, por conta da baixa visibilidade que teriam. Sendo assim, estariam mais propensos a dar prioridade à tomada de posição com relação a grandes temas, atuando no parlamento a partir de questões relacionadas principalmente à fiscalização do Poder Executivo – seriam, portanto, parlamentares com base eleitoral mais vinculada ao chamado “voto de opinião”, com comportamento mais universalista. Por outro lado, deputados com votação dominante, possuem base eleitoral geralmente de média e pequena dimensão, buscando com isso alocar recursos e projetos aos distritos que compõem sua base eleitoral, tendo em vista atender às demandas destas localidades. Estes seriam parlamentares com comportamento mais particularista, paroquialista.

No sentido de buscar estabelecer maior nível de compreensão acerca das bases eleitorais dos partidos na Bahia, contribuindo para visualizar em quais realidades socioeconômicas essas agremiações possuem maior vínculo eleitoral, além da percepção acerca dos padrões de votação desses partidos, relacionamos seus votos a indicadores sociais. Verificamos a correlação entre as votações agregadas de alguns partidos e indicadores sociais reunidos no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), assim como na população rural dos municípios baianos, para perceber se há uma alteração do perfil de suas bases eleitorais na medida em que se reposicionam em relação aos governos – ou seja, para além da percepção de que houve uma significativa mudança do padrão de suas votações, entre disperso e concentrado, dominante e não-dominante; saber se configurou-se uma mudança nas características dessas bases eleitorais.

O método adotado para esse procedimento foi o simples cálculo do Coeficiente de Correlação de *Pearson*, já que não procurávamos identificar que indicadores poderiam ser explicativos em relação a uma ou outra variável, mas sim, perceber em que perfil de municípios, em termos de IDH e/ou população rural dos municípios, se localizam o eleitorado dos partidos selecionados. Nesse caso, portanto, a variável dependente na análise dos dados é a votação agregada (nominal + voto em legenda) dos partidos no município, que irá variar de acordo com o IDH municipal, ou com o tamanho da população rural. Dessa forma é possível

ter maior clareza acerca da clivagem rural X urbano atravessando as bases eleitorais de algumas legendas.

No caso do IDH, como se tratam de variáveis numéricas de diferentes proporções, o IDH sendo variável contínua e a votação sendo variável discreta, estabeleceu-se a transformação da votação dos partidos nos municípios em variável contínua, sobre a proporção dos votos válidos, convertendo-os ao mesmo indicador em que se observa a variação do IDH, ou seja, de 0 a 1, onde 0 significa muito baixo e 1 muito alto. A conversão desses valores, portanto, é necessária para o manuseio do cálculo de correlação de *Pearson*, onde se medirá o grau da correlação, e a direção dessa correlação – se positiva, ou negativa – entre as duas variáveis. Assim, os valores de “*p*” de *Pearson* pertencem ao intervalo entre -1 e 1, onde  $p = 1$  significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis – ou seja, aumentando uma, aumenta a outra;  $p = -1$ , significa uma correlação perfeita negativa entre as duas variáveis – isto é, se uma aumenta, a outra sempre diminui;  $p = 0$  significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra.

Esses procedimentos, ao final da análise, ajudarão também a perceber em que medida é possível conceber um padrão elevado de competitividade política nos redutos eleitorais baianos, e se a tendência tem sido a de ampliar esse patamar de competitividade ou, ao contrário, tem se dado no sentido de uma espécie de oligarquização desses redutos. Essa discussão dialoga com as percepções dos autores da teoria democrática, como Bobbio (1997) – acerca da insistência da oligarquização do processo político, assim como do voto de “permuta” –, e Dahl (1997; 2012), quando da observação de que maiores patamares de competitividade nem sempre estariam associados a contextos de maior desenvolvimento econômico. A pesquisa aqui efetivada lança luz sobre essas questões tendo como foco os padrões de votação dos partidos nos municípios da Bahia.

A análise empreendida nesta pesquisa é de natureza qualitativa, com a utilização de técnicas quantitativas, na etapa da coleta, organização e análise de dados recolhidos nos sites do TSE e IPEA.

## **CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA**

## **1.1- DIÁLOGOS DA LITERATURA SOBRE A GEOGRAFIA DO VOTO COM SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS**

### **1.1.1- A Geografia do Voto problematizada por distintas vertentes teóricas**

O objeto de estudo dessa dissertação dialoga com uma série de questões e problematizações presentes em variados campos de estudo da ciência política. Marcadamente, os estudos sobre o sistema partidário e eleitoral, visando compreender a dinâmica político-partidária a partir de uma série de regras e instituições que condicionam o comportamento dos atores, subsidia parte significativa da análise empírica. Além disso, mantém contato com a literatura que aborda a conexão eleitoral, assim como os autores da perspectiva distributivista, pelo forte viés que dedicam à influência das bases eleitorais dos parlamentares brasileiros – como sendo de alta relevância para o entendimento de seus comportamentos nos mandatos. Essas duas abordagens participam em permanente diálogo e conflito no interior dos estudos da Geografia do Voto, buscando traçar uma perspectiva mais equilibrada entre as abordagens, a partir do extrato da análise dos dados.

Não distantes dessas questões de natureza empírica, algumas abordagens no plano mais teórico também contribuem na problematização de determinados aspectos do presente estudo. Alguns tópicos da teoria democrática, assim como levantados pelos teóricos da modernização, referenciam parte significativa das questões apontadas. Da teoria democrática surgem grandes questionamentos acerca das imperfeições do regime democrático. Uma vasta literatura se debruça em analisar uma quantidade significativa de países que adotam esse regime para estabelecer comparações e “medir” a qualidade de seus governos e instituições. O diálogo com os teóricos da modernização representa uma ponte direta com uma abordagem da ciência política e dos estudos de sociologia eleitoral, que discute e analisa a Geografia do Voto, buscando relacionar desempenhos eleitorais de partidos políticos e candidatos, a aspectos territoriais, demográficos e socioeconômicos.

A análise da Geografia do Voto leva em consideração duas dimensões de redutos – espécie de distritos informais característicos da eleição dos deputados – e estratégias eleitorais dos partidos e candidatos ao parlamento. Uma delas, a horizontal, diz respeito à distribuição espacial da votação dos parlamentares; a outra dimensão, a vertical, busca dar conta não apenas da distribuição territorial dessas votações, como também da competitividade de

determinado reduto, visualizando o patamar de “controle” de um parlamentar (ou partido) sobre um município específico.

Essa dimensão passou a ser explicitada a partir da inovação metodológica estabelecida no trabalho de Barry Ames (2001), o qual seguiu a tradição dos estudos de geografia eleitoral, que, até ali, davam maior peso à análise da distribuição territorial dessas votações – se dispersa ou concentrada em determinados municípios ou regiões. A dimensão horizontal foi visualizada inicialmente por Fleischer (1976), sobre a base territorial dos deputados de Minas Gerais. Neste estudo, o autor encontrou considerável número de deputados com votação concentrada em determinadas regiões – “fato que, posteriormente, se viu interpretado, pela literatura sobre o tema, como indício da possível existência de um ‘sistema distrital de fato’ operando no interior de nosso sistema proporcional” (CARVALHO, 2009, p. 371).

Carvalho (2009) também apresenta outros trabalhos que encontraram resultados em consonância com o fenômeno observado por Fleischer (1976), seguindo enfoques metodológicos diversos. Autores como Indjaian (1981), e Dias (1991) (apud CARVALHO, 2003) estudaram as bases dos deputados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro e encontraram elevado número de deputados com base territorial de suas votações concentradas.

Esses estudos terminaram provocando uma importante discussão acerca da operacionalização do sistema eleitoral brasileiro, já que, elegendo representantes com bases eleitorais delimitadas territorialmente, estariam “deformando” o princípio normativo orientador da ideia da proporcionalidade, o qual deveria, em tese, favorecer a eleição de deputados de votação dispersa, geralmente considerada de tipo não-paroquial. De toda sorte, a literatura da geografia eleitoral da época estabelecia claro juízo acerca das caracterizações dessas diferentes bases eleitorais típicas dos deputados: se um reduto se apresentava como majoritariamente concentrado, seus representantes teriam comportamento tipicamente paroquial; se a votação fosse de tipo disperso, o parlamentar teria comportamento mais universalista. Essa interpretação adviria da ideia de que o “(...) representante eleito com os votos, esforços e recursos de pessoas de uma área geográfica específica naturalmente atribui importância especial a suas visões e demandas, tanto por um senso de obrigação como de autointeresse” (CAIN, FAREJOHN e FIORINA, 1987, p. 19, apud CARVALHO, 2009, pp. 372-373).

A diferença na interpretação sobre essas questões tem relação com a discussão acerca da origem dos redutos destes parlamentares. Conforme nos aponta o próprio Carvalho (2003; 2009), há nítida distinção de comportamento entre parlamentares com votação concentrada em grandes redutos – capitais e grandes cidades –, e deputados com votação concentrada em

pequenos municípios – diferença esta ancorada justamente quando se correlaciona essa dimensão com a dominância destes deputados sobre estes redutos. Nas capitais, dada a grande dimensão do reduto eleitoral, os parlamentares seriam desincentivados a atraírem políticas de cunho distributivista, já que a delimitação de suas bases é mais difusa, dificultando a reivindicação de crédito por estas iniciativas. Por conta disso os representantes com votação de tipo concentrada, mas em redutos de grande dimensão, teriam comportamento mais universalista, assumindo posições relacionadas a determinados temas. Estariam ancorados no chamado “voto de opinião”.

É essa discussão que será relacionada com a perspectiva teórica desse estudo. A segmentação territorial da votação dos parlamentares obedece a determinadas estratégias eleitorais adotadas por eles. A perspectiva dos teóricos da modernização de ampliação da competitividade quanto maior o desenvolvimento econômico – e, desta forma, melhor qualidade democrática – apresenta a tendência à redução da oligarquização da democracia. Quanto maior o indicador de dominância eleitoral na votação dos parlamentares, mais oligárquico é o reduto, sendo menor a competitividade. Isso se daria pelo fato de que menores índices de desenvolvimento social proporcionariam maior concentração dos recursos de poder, gerando com isso maior possibilidade de um parlamentar dominar eleitoralmente determinado reduto.

Nesse ponto a questão mantém diálogo com a teoria democrática, que procurou problematizar determinados pressupostos dos teóricos da modernização, dando maior relevância explicativa aos fenômenos políticos a partir da própria dinâmica da política. Dessa forma, contribuiu para ressaltar a política como elemento de causalidade, não apenas epifenômeno das questões econômicas e sociais – considerações que ajudaram a fortalecer a ciência política como campo de estudo, principalmente a partir das formulações teóricas de Robert Dahl (1997; 2012).

Por outro lado, esse conjunto de questões está diretamente vinculado a uma discussão proposta por uma corrente predominante na ciência política mais recente, que procura identificar o papel das regras e instituições no jogo democrático, tais como, os mecanismos que regem o processo eleitoral; as regras de organização do papel dos partidos no interior do parlamento e na relação executivo-legislativo; do mesmo modo enfatizam, do ponto de vista das suas implicações institucionais, as estratégias dos partidos e candidatos no processo eleitoral – definição das listas, distribuição do fundo partidário, do tempo de propaganda, das coligações no pleito majoritário e proporcional; dentre outras.

Essas e outras discussões que referenciam esse trabalho são desdobradas em mais detalhes nas duas subseções a seguir.

### **1.1.2- Teoria Democrática e Geografia do Voto: a importância explicativa da dinâmica da Política**

O filósofo político italiano Norberto Bobbio, em seu livro “O Futuro da Democracia” (BOBBIO, 1997), utiliza o termo “permuta” para qualificar como clientelista o voto de maior incidência na democracia contemporânea, em detrimento do fortalecimento do “voto de opinião”. Isso seria consequência de uma promessa não-cumprida da democracia: a de educar o cidadão para o exercício da prática democrática (BOBBIO, 1997, p. 31). Permuta tem significado relacionado com negociação, troca, barganha. O que equivaleria, seguindo seu raciocínio, a uma prática “paroquial”, a qual precisaria, normativamente, ser superada.

No texto com o mesmo título do livro, “O Futuro da Democracia”, o autor trabalha essa percepção em um dos tópicos – “Os ideais e a matéria bruta” (p. 21) –, no qual deixa claro que discutirá questões que envolvem a democracia como ela é, e não aquilo que foi concebido como “nobre e elevado”: “Mais que sobre a transformação, parece-me mais útil concentrar nossa reflexão sobre o contraste entre os ideais democráticos e a ‘democracia real’” (BOBBIO, 1997, p. 21), apontando, antes disso, que as leituras acerca dessa transformação da democracia partem de diferentes matizes ideológicos, tanto à esquerda quanto à direita. Portanto, ele se debruça justamente sobre o contraste entre aquilo prometido e o que efetivamente se realizou.

O autor reúne seis aspectos que se constituíram como promessas do regime democrático, os quais não se concretizaram. Para dialogar com a perspectiva abordada por Bobbio (1997), duas das promessas serão ressaltadas nesse estudo: a promessa, já mencionada, de educar o cidadão para o exercício democrático; e a promessa de derrota do poder oligárquico. A primeira estaria relacionada com o comportamento do cidadão, o qual não teria sido suficientemente “preparado” para a participação no processo de tomada de decisões num regime democrático. Com esse raciocínio o autor procura dar conta de classificar a persistência do clientelismo.

A adjetivação “clientelista” para um padrão de comportamento político também leva em consideração outras questões relevantes. Parte do suposto da existência de trocas assimétricas, onde a relação “patrão-cliente” é a estabelecida. Isso seria permitido pela desigualdade de recursos econômicos e sociais, tendo como desdobramento a má distribuição

dos recursos de poder (políticos) na sociedade. Esse fenômeno estaria na raiz de alguns dos principais dilemas de democracias mais recentes, convivendo com índices de desenvolvimento socioeconômicos relativamente baixos, que afetariam a efetividade de suas políticas e governos. Mas também pode ser percebido como elemento estrutural, presente na formação de sociedades como a brasileira, uma das suas “gramáticas políticas”, tal como trabalhado por Edson Nunes (1997), no seu clássico estudo sobre o tema. Nesse livro, o autor ressalta que o clientelismo repousaria “num conjunto de redes personalistas que se estendem aos partidos políticos, burocracias (...)” nas quais estaria envolvida

(...) uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo. As elites políticas nacionais contam com uma complexa rede de corretagem política que vai dos altos escalões até as localidades. Os recursos materiais do Estado desempenham um papel crucial na operação do sistema; os partidos políticos – isto é, aqueles que apóiam o governo – têm acesso a inúmeros privilégios através do aparelho de Estado. Esses privilégios vão desde a criação de empregos até a distribuição de outros favores como pavimentação de estradas, construção de escolas, nomeação de chefes e serviços de agências, tais como o distrito escolar e o serviço social de saúde. Os privilégios incluem, ainda, a criação de símbolos de prestígio para os principais “corretores” dessa rede, favorecendo-os com acesso privilegiado aos centros de poder (NUNES, 1997, p. 32).

Assim, a discussão travada por esse autor vai no sentido de diagnosticar um traço característico de troca generalizada que viria a legitimar determinadas relações sociais: as relações pessoais e hierárquicas seriam características do padrão de relações sociais no Brasil, ancoradas na assimetria de poder. O clientelismo teria se mantido forte em diferentes períodos históricos, não sendo, portanto, algo situado num contexto obsoleto ou retrógrado da formação de nossa sociedade, que exigisse a sua imediata superação. Em certa medida, seria identificado como um canal de representação e atendimento de determinadas demandas as quais o Estado não possuiria os instrumentos formais para atendê-las.

A contramão da tendência à persistência do clientelismo, relacionado com a manutenção de baixos índices de desenvolvimento socioeconômicos, seria o que defendem os teóricos da modernização, para os quais a evolução e modernização das sociedades trariam em seu bojo um processo de ampliação e aperfeiçoamento do regime democrático. Se uma determinada sociedade tende a melhorar seus indicadores sociais, ampliando o acesso a bens econômicos a uma maior parcela da população, ela criaria as condições para uma melhora na qualidade da democracia.

O pressuposto dos teóricos da modernização parte do pioneiro estudo de Lipset (1967), em que se correlacionou níveis de democracia a indicadores de desenvolvimento econômico, sustentando a hipótese de que “quanto mais próspera uma nação, maior as

chances de sustentar a democracia” (LIPSET, 1967, p. 31, apud, CARVALHO, 2003, p. 69). A transição das sociedades do tradicional ao moderno seria marcada pelo delineamento de mais autonomia a diferentes esferas da vida social, ocorrendo processos de diferenciação e caracterizando essa modernização. Como aponta Limongi, em prefácio à “Poliarquia” de Robert Dahl (1997), esse processo “seria marcado pelo aparecimento e incremento prévio da urbanização, educação, comunicação de massa, burocratização, etc.” (LIMONGI, apud DAHL, 1997, p. 03), do qual a obtenção de uma “democracia estável” seria o ponto culminante. Maior desenvolvimento social e econômico seria o principal critério a possibilitar maior qualidade e estabilidade da democracia.

Essa discussão, porém, seria bastante problematizada num determinado momento do desenvolvimento da ciência política. Nas explicações dos autores dessa corrente, os regimes políticos sofreriam mudanças e transições independentemente da intervenção dos atores políticos e das escolhas institucionais que fazem. É nesse ponto que a “Poliarquia” de Dahl surge como um elemento de ruptura, por ressaltar uma maior autonomia e poder explicativo a variáveis do próprio universo da política (LIMONGI, *apud* DAHL, 1997).

O diálogo de Dahl (1997; 2012) com a teoria da modernização tinha relação com o eixo analítico da competição que, na sua teoria poliárquica, permite avaliar a competitividade de um determinado regime político. Mais especificamente, ele procurou analisar também os efeitos do acesso e do controle de poder socioeconômicos e de coerção sobre a democracia. Para ele, a inclusão política era uma consequência do confronto entre situação e oposição e não apenas das regras de participação eleitoral, constituinte do outro eixo analítico da poliarquia. A modernidade se acharia relacionada de maneira próxima à democracia, já que um de seus principais desdobramentos está na dispersão dos recursos políticos entre todos os atores sociais. Uma “sociedade pluralista moderna” conteria traços de modernidade, como “altos níveis de riqueza, consumo, renda e educação, grande diversidade ocupacional, população urbana expressiva, uma diminuição notória na população agrícola e a importância relativa da produção econômica” (DAHL, 2012, p. 251). Com esse processo de modernização, os dois vetores de progresso da Poliarquia – tal como proposto por Dahl – se viabilizam: permite o desenvolvimento de um sistema político competitivo, num primeiro momento, e mais inclusivo, numa etapa final. Mas um dos principais determinantes do sucesso do regime democrático estaria no pluralismo societal, já que, nas sociedades plurais nenhum grupo social tem acesso exclusivo a qualquer dos recursos de poder, não podendo com isso garantir sua preponderância sobre os demais grupos.

Essa ideia da competitividade presente no argumento de Dahl (2012) dialoga favoravelmente com outra questão levantada por Bobbio (1997), dentre as promessas não cumpridas da democracia: a derrota do poder oligárquico. Para o autor italiano, retomando argumentos de autores da Teoria das Elites, apesar de os regimes democráticos de governo não eliminarem jamais as oligarquias no poder, não negando a existência de elites, o que se defende é “a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular” (BOBBIO, 1997, p. 27).

Dentre as questões que dão substrato aos estudos da geografia do voto, algumas estão presentes, e em diálogo, com afirmações contidas nos estudos anteriores. A primeira que se apresenta é a ideia do comportamento paroquial no regime democrático. Bobbio (1997) afirma que esse comportamento teria relação com a não-educação para a prática democrática por parte dos cidadãos, uma das promessas não cumpridas da democracia. Na geografia eleitoral, esse tipo de comportamento político estaria relacionado com uma localização territorial de determinadas bases eleitorais, que exerceriam influência sobre mandatos parlamentares. Essas bases seriam suscetíveis a uma prática política marcada pela “permuta”, justamente por não ter acesso a determinados serviços públicos essenciais, ou os teriam de forma muito aquém das necessidades. Níveis de escolaridade, de renda e acesso a serviços de saúde, seriam muito baixos, tornando essas populações dependentes de políticas que não seguiriam um padrão universalista de atendimento.

Os parlamentares vinculados a esse perfil de reduto eleitoral possuem, geralmente, uma votação de tipo Dominante, justamente pelo papel que cumprem de intermediador privilegiado destas políticas, muitas vezes pela relação que manteriam com o governo. Essas localidades, portanto, teriam baixo patamar de competitividade, estando, também, aquém da pluralidade e do padrão de modernização necessários a uma maior qualidade democrática.

A ideia da competitividade, por outro lado, dialoga com a manutenção ou não da oligarquização como característica predominante no regime democrático. Nas análises empíricas desse estudo verifica-se em que medida o nosso objeto de estudo pode ser enquadrado nessa perspectiva, a partir da verificação da incidência do fenômeno da Dominância eleitoral em todo o distrito estudado. O contraponto a essa incidência seria a percepção de uma não-predominância de parlamentares com votação de tipo Dominante, assim como maior equilíbrio do grau de *dominância* eleitoral dos partidos, podendo significar aumento do patamar de competitividade, ou uma tendência a parâmetros de competição mais equilibrados, mantendo o diálogo com os pressupostos teóricos observados em Dahl (2012).

Esse achado também reforçaria a tese de Dahl (1997) acerca da capacidade explicativa da própria dinâmica política, frente à necessidade de observá-la sempre a partir dos fenômenos de ordem econômica e social, na medida em que seja possível observar maior competitividade eleitoral em redutos menos desenvolvidos e a não-predominância do padrão Dominante na Geografia do Voto.

### **1.1.3- Instituições, Comportamento Estratégico e Geografia do Voto**

Outro campo teórico que referencia essa pesquisa estabelece maior centralidade na discussão sobre o sistema partidário, os partidos e o sistema eleitoral. Como referência numa formulação mais ampla, na tentativa de estabelecer parâmetros para classificação dos sistemas partidários, uma vertente da teoria democrática também contribui para esse estudo no sentido de situar os partidos na disputa do poder político em democracias contemporâneas. É o caso do clássico estudo de Sartori (1982), o qual conceitua *partido relevante* como aquele dotado de *potencial de coalizão* e/ou *potencial de chantagem* – conceitos que são trabalhados mais adiante para situar o sistema político brasileiro, assim como para interpretar os padrões de competição política na Bahia. Como se sabe, esses estudos e formulações possuem maior contato com uma literatura de corte institucionalista.

Dentro dessa perspectiva analítica, no Brasil, os estudos eleitorais e a literatura sobre os partidos políticos possuem vasta bibliografia. Muito se tem pesquisado acerca dos impactos do sistema eleitoral e partidário brasileiro nas instituições políticas, abarcando desde o perfil dos deputados, passando pelos mecanismos de recrutamento e seleção dos candidatos por parte dos partidos (BRAGA, VEIGA & MIRÍADE, 2009), os mecanismos de controle dos representantes por parte dos representados (NICOLAU, 2002), até a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo como, por exemplo, a distribuição das emendas orçamentárias entre parlamentares e partidos da base do governo e da oposição (LIMONGI & FIGUEIREDO, 2005). Além disso, verifica-se, geralmente, qual a centralidade do partido e/ou do poder econômico no que se refere ao comportamento eleitoral dos cidadãos, se são significativos no voto do eleitor ou se são secundários (BRAGA, 2006; PAIVA, BRAGA & PIMENTEL, 2007; RUBIO, 2005; SAMUELS, 1997).

Existe uma literatura que procura dar enfoque, mínimo ou máximo, à participação dos partidos políticos, ou ter como foco básico os deputados, os partidos e algumas unidades do

Congresso. Esta abordagem divide a teoria institucionalista em três vertentes: a distributivista, a partidária e a informacional.

Desta abordagem, surgem desdobramentos que polemizam acerca da interpretação sobre o modelo brasileiro. Os autores brasilianistas afirmam que a política brasileira é marcada pela pecha da produção de favores e pelo uso da máquina pública em proveito próprio, com fins meramente eleitoreiros, sendo os deputados brasileiros considerados indisciplinados, agindo sempre individualmente. Por outro lado, autores como Figueiredo e Limongi (2001), defendem o inverso: a atuação dos partidos políticos origina um comportamento fiel dos seus deputados, não sendo procedente a ideia de que os políticos buscam a aprovação de políticas individualistas em detrimento de políticas nacionais. Essa vertente, portanto, elege como elemento central do funcionamento do sistema político a atuação partidária, que se estabelece como contraponto à perspectiva analítica distributivista, deixando de lado o comportamento individualizado dos deputados. Uma terceira via, porém, defende a complementaridade destas duas perspectivas. Para autores como Pereira; Mueller (2002), os partidos são fracos na arena eleitoral, mas fortes na arena legislativa.

Dentre os autores que desenvolvem análises de acordo com a perspectiva partidária, aqui privilegiada como referência, destaca-se Melo (2010a; 2010b), que procurou analisar a estabilidade do sistema partidário brasileiro, identificando um padrão estável de competição, em meio à elevada fragmentação e baixo vínculo dos partidos com os eleitores. Essa estabilidade na competição, porém, não se confirmaria, segundo ele, no plano dos estados.

Para esse autor, o leque de escolhas dos líderes partidários é amplo, devido à possibilidade de combinação entre três opções oferecidas aos partidos: priorizar a disputa presidencial, concorrer no plano estadual, ou apostar apenas no Parlamento. E isso se dá, em boa parte, devido a dois fatores: o primeiro deles é o “aninhamento” entre as eleições nacionais e estaduais, onde o *pay-off* em uma determinada arena é influenciado pelas decisões tomadas em outra. O outro fator é o caráter de coalizão do presidencialismo brasileiro, no qual tanto a condução política, como os recursos disponíveis no plano federal tendem a ser compartilhados, fazendo com que o presidencialismo não seja um jogo de soma zero; a eleição de uma bancada de tamanho médio no Congresso aumenta o potencial de coalizão de um partido (Cf. MELO, 2010a).

Compreendendo a combinação desses elementos é que se pode verificar as estratégias de competição política nos estados, adotadas pelas elites e partidos locais. As candidaturas do PT, PMDB e do PFL/DEM ao governo do estado da Bahia, entre os pleitos de 2002 e 2010, seguiram o roteiro de possibilidades que nos apresenta esse modelo. Na análise empírica,

verifica-se de que maneira o aninhamento dos jogos se manifestou nas três disputas selecionadas.

Tendo em vista os alinhamentos partidários, existem quatro possíveis situações, que impactam nas eleições dos parlamentares e votações dos partidos: parlamentares e partidos que fazem parte da oposição ao governo federal e oposição ao governo estadual; parlamentares e partidos que fazem parte da oposição ao governo federal e situação no governo estadual, e vice-versa, situação federal e oposição estadual; e, por fim, parlamentares e partidos que fazem parte da situação no governo federal e estadual.

Figueiredo e Limongi (2001) defendem que a postura dos parlamentares de procurar manter-se na condição de aliado ao governo é uma postura racional, já que é esta condição que facilita seu acesso às políticas públicas implementadas pelo Executivo e aos cargos, contribuindo para seu sucesso eleitoral. Para contemplar esse intento, estes parlamentares atuariam de duas maneiras: sendo fiéis à liderança partidária; e orientando sua votação de acordo com os movimentos do Poder Executivo.

Essa discussão, porém, se insere em outra abordagem acerca das características do presidencialismo brasileiro, herdadas do regime militar, onde o Poder Executivo possui grande proeminência política. Conforme apontado por autores como Figueiredo e Limongi (2001), o Executivo possui poderes legislativos e prerrogativas institucionalizadas que o mantém forte a nível federal, perante o Congresso Nacional. No plano subnacional o Executivo não possui os mesmos poderes legislativos como no caso nacional, mas ainda assim, é uma força considerável.

Conforme mencionado na introdução, este estudo parte do pressuposto de que os partidos e os candidatos que disputam vagas no Legislativo têm fortes motivos para buscar o apoio do Governador nas suas estratégias de campanha, assim como do Executivo Federal. Isto estaria de acordo com entendimento de Borges, Sanches Filho e Rocha (2011), em citação já apontada anteriormente, a qual defende que o governador em oposição ao governo federal possui uma oposição local com capacidade de mobilizar o apoio do presidente, o que diminui a vantagem competitiva das forças governistas em nível estadual. Ao mesmo tempo, pertencendo à coalizão nacional, os deputados e partidos governistas possuem máxima vantagem, através do acesso a cargos e recursos controlados pelos executivos estadual e nacional. Nesse cenário, a oposição estadual estaria destituída de qualquer vantagem no que se refere à intermediação de políticas e verbas oriundas dos governos.

Também encontramos outras evidências na literatura acerca dos partidos que buscam se relacionar com o poder Executivo com o objetivo de lograr êxito em suas campanhas. É o

caso de Kinzo (2007), que afirma que o sistema partidário brasileiro possui uma alta fragmentação, sendo um sistema pluripartidário em que partidos de diversos perfis costumam formar a composição de governo, mesmo quando possuem capacidades diferenciadas de conseguir apoio eleitoral.

Essa dimensão da discussão acerca do sistema partidário, no entanto, pode também ser problematizada à luz de elaboração anterior de Sartori (1982) que, além de estabelecer superar uma classificação dos sistemas partidários de acordo com um critério numérico de partidos, concebeu uma formulação de dois tipos de partidos, atuando em diferentes sistemas partidários: o partido que possui *potencial de coalizão* – identificado como aquele que “deve ser levado em conta, por menor que seja, se estiver em posição de determinar, com o tempo e em certo momento, pelo menos uma das maiorias governamentais possíveis” (SARTORI, 1982, p. 147). E outro grupo de partidos, os que possuem *potencial de chantagem*, identificados como aqueles que possuem relevância competitiva, principalmente na arena da oposição, geralmente modificando a direção da competição partidária.

“Relevantes”, então, seriam os partidos que se enquadram em uma das regras apontadas acima, ou seja, que tenham ao menos *potencial de coalizão*, influenciando “na tática da competição intrapartidária” (p. 157). No caso de nosso estudo de uma realidade subnacional – o distrito estadual baiano –, são relevantes o PT, PMDB e PFL/DEM (como núcleo principal), partidos enquadrados também por suas trajetórias políticas, que serão sinalizadas na próxima seção, além de serem objetos de análise mais específica em alguns dos planos empíricos dessa dissertação; num segundo plano estão ainda PPB/PP, PL/PR, PDT – partidos com protagonismo maior na dinâmica estadual pela participação nos governos ou, quando vindos de trajetória oposicionista, pelo crescimento observado no último pleito.

Essa formulação de Sartori, porém, leva em consideração uma classificação mais sistemática acerca das características que possibilitam “enquadrar” determinados sistemas partidários. Esse autor elenca cerca de 8 definições que marcam o *Sistema Competitivo de Pluralismo Polarizado*, cuja especificação não vem ao caso nesse estudo.

Como apontado no início desse trabalho, não adota-se aqui uma classificação que elenque critérios ideológicos na localização dos partidos políticos. Portanto, a leitura da tipologia de Sartori (1982) não enquadrará nesses termos as agremiações. Mas chama a atenção a menção à importância do partido de centro, nesses tipos de sistemas, comportando-se como elemento que garantiria certo equilíbrio a uma disputa “bipolarizada”, como passou a ser o caso baiano a partir de 2002. Como no caso de Sartori, centro não vai aqui entendido como posicionamento ideológico:

É importante ressaltar que, quando se fala de um sistema baseado no centro, a preocupação é apenas com um *posicionamento de centro* e não com doutrinas, ideologias e opiniões de centro, quaisquer que possam ser. A ocupação física do centro é, em si e por si, de grandes consequências, pois significa que a área central do sistema político está *fora de competição* (...) com a mecânica do rodízio governamental das organizações políticas baseadas no centro. (...) o partido centrista (ou principal partido do centro) não está sujeito à alternância: sendo a base e espinha dorsal de qualquer maioria governamental seu destino é governar indefinidamente (SARTORI, 1982, p. 160-164).

PT e PSDB na arena eleitoral presidencial; e PT e PFL/DEM na disputa pelo Governo Estadual na Bahia, representariam, de maneira aproximada, a competição bi polarizada (sistema competitivo bi-partidário) incluída na classificação de Sartori (1982). Isso não implica a desconsideração das outras siglas que se lançaram à disputa no plano majoritário, apenas joga luz sobre as duas de melhor desempenho e que se constituíram, em 2002 e 2006, enquanto pólos aglutinadores da competição política. Já no pleito de 2010, na Bahia, a participação do PMDB com articulação de amplo leque de alianças, além da sua presença relevante em prefeituras municipais, sinalizou para a possibilidade de uma competição tripolar. Seu desempenho no pleito relativizou esse diagnóstico, mas como o do DEM foi equivalente ao seu, na prática, em 2010, não se estabeleceu polarização alguma e a hipótese da bi-polarização só se desenharia novamente no contexto das eleições de 2014, já fora do período aqui analisado.

Ainda no campo da abordagem institucionalista, é preciso considerar também a relevância do sistema eleitoral, para compreensão dos variados elementos que incidem sobre as estratégias dos atores, notadamente na arena eleitoral. Nicolau (2006) analisa sistematicamente o funcionamento do sistema eleitoral de lista aberta no Brasil, apontando suas características particulares, e defendendo que esses mecanismos operam impactos importantes em outras arenas. O fundamental é visualizar “(...) a combinação da lista aberta com outros atributos do sistema eleitoral: grandes distritos eleitorais, (...) coligações, eleições simultâneas para outros cargos (...) e distorção acentuada na representação dos estados na Câmara dos Deputados” (NICOLAU, 2006, p. 690).

Esses elementos, portanto, influenciam os modos pelos quais os partidos estabelecem suas prioridades, desde a articulação das alianças, passando pela montagem das listas das candidaturas – onde podem ter prioridade candidatos à reeleição, ex-secretários, etc. –, assim como o comportamento durante os mandatos, exercendo maior ou menor controle sobre o parlamentar. Seria, portanto, de se supor a existência de Conexão Eleitoral, onde os incentivos advindos da arena eleitoral perpassam as fronteiras do Legislativo.

O que pode ser apresentado como desdobramento desses cenários é a comprovação ou não do significativo peso que exercem as regras (instituições) do processo eleitoral sobre as estratégias eleitorais dos agentes (partidos e candidatos), sendo determinantes no baixo peso relativo dos partidos nesta arena; ou, por outro lado, demonstrar que mesmo não ganhando alta visibilidade na campanha, os partidos são determinantes no período pré-eleitoral, quando da definição das alianças e controle do tempo de propaganda em rádio e televisão, assim como da distribuição do fundo partidário.

Em outra abordagem da literatura, a Geografia do Voto busca escapar da monocausalidade do comportamento parlamentar, procurando reformular a perspectiva da conexão eleitoral, ou seja, a determinação do comportamento parlamentar pelas injunções do processo de eleição e reeleição, que favoreceria apenas uma modalidade de comportamento, o de tipo “distributivista”.

Carvalho (2003) identifica a tendência de voto governista nos municípios mais pobres e menos urbanizados, ao tempo em que as regiões metropolitanas teriam fraca representação nas eleições legislativas. De acordo com Borges, Sanches Filho e Rocha (2011), isso estaria relacionado com as estratégias territoriais de controle político das elites estaduais e regionais, assim como com o papel dos governadores e da estrutura burocrática estadual, no constrangimento dos processos eleitorais e partidários, sobretudo por conta do seu controle sobre as nomeações de secretários de estado e sobre a implementação de políticas.

Assumir essa premissa para o plano da competição proporcional, no entanto, implica considerar outras variáveis, as quais essa dissertação não trará resultados conclusivos, já que precisaríamos passar a outra etapa de análise, envolvendo a arena parlamentar e identificando os padrões de comportamento dos deputados nos mandatos. Nesse estudo buscamos identificar em que medida é possível assegurar, a partir de Ames (2001), que os deputados estaduais baianos seriam incentivados a adotar um comportamento de tipo paroquial, por predominar em suas bases o padrão de votação dominante; ou se o peso desse perfil de reduto eleitoral não é tão significativo na composição do Parlamento estadual, refletindo os achados de Carvalho (2003) para o caso da Câmara dos Deputados. Além disso, ao ampliarmos em mais um cenário eleitoral – 2010 – quando comparamos com o citado trabalho de Carvalho (2003), visualiza-se, também, se a ocorrência do voto de padrão dominante está, necessariamente, vinculada aos partidos governistas – sugerindo, portanto, que a conexão eleitoral que se manifesta no plano majoritário também se reflete no âmbito da disputa proporcional.

A seguir, será feita uma discussão que procura resgatar determinados aspectos históricos da construção e estruturação de elites e partidos políticos na Bahia, buscando com isso situar melhor em que contexto se estabeleceu a capilaridade eleitoral dessas siglas, assim como em quais condições de competição política passaram a participar dos processos eleitorais selecionados para esse estudo. Grande parte da discussão travada na próxima seção segue as contribuições de Dantas Neto, que em diversos estudos (2003; 2004; 2006a; 2006b; 2010a; 2010b) procurou dar conta de compreender e explicar a dinâmica da disputa política no estado.

## **1.2- COMPETIÇÃO POLÍTICA, ELITES E PARTIDOS POLÍTICOS NA BAHIA: *CARLISMO, ANTICARLISMO E PÓS-CARLISMO***

O objetivo desse estudo é compreender os desdobramentos que as três eleições gerais (de Presidente, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais) da última década, geraram na composição e no padrão de votação dos deputados estaduais e partidos da Bahia. Atingir esse objetivo exige um esforço de interpretação e resgate de elementos importantes que compõem a evolução política do estado, a partir de uma análise histórico-política e estudos das Instituições Políticas e Elites subnacionais, compreendendo as raízes das mudanças conjunturais que vêm sendo operadas no último período, até o contexto dos pleitos selecionados nesse estudo.

A construção dessa seção absorve parcela do estudo produzido no âmbito da graduação, no qual nosso objeto de pesquisa apontou questões que se desdobraram para essa dissertação de mestrado. A interpretação sobre o processo de evolução da competição política na Bahia, assim como a compreensão dos papéis exercidos pelos partidos políticos e elites locais nesse contexto, guardam ainda semelhanças com o que foi desenvolvido no trabalho de conclusão de curso (NUNES, 2014), com algumas alterações tendo em vista a ampliação do alcance do objeto e universo empírico do presente estudo.

### 1.2.1- Ascensão do *carlismo*, suas fases e os desdobramentos na política baiana

O estudo das instituições e da política subnacional envolve desafios interpretativos dos variados fatores que operam sobre sua dinâmica. Para o caso deste trabalho, a consideração do fator nacional é extremamente relevante, já que partimos do pressuposto de que as principais alterações na política baiana da última década estão também atreladas aos eventos e fenômenos nesse âmbito; e, além disso, como vimos, estar numa coalizão política que participa do governo nos dois planos tem um peso significativo durante o processo eleitoral.

Não é só na última década, porém, que a dinâmica nacional tem relevância para a interpretação das questões locais; não é somente nesse último período que os fatores nacionais foram determinantes na estruturação e fortalecimento de uma determinada elite política ou partido. Para o caso baiano esse elemento é de muita relevância, pela capacidade que um agrupamento político adquiriu de hegemonizar a política no estado, justamente a partir da maneira como soube aproveitar-se da dinâmica nacional sem maiores rupturas no plano local, combinando tradição e modernização – adjetivos referidos à contraposição entre “valor ou instituição oligárquica, não-competitiva, localista, agro-mercantil”, de um lado, e a “lógica liberal, cosmopolita, urbano-industrial”, de outro (DANTAS NETO, 2006a, p. 21) – naquilo que também tem sido apontado como um “cenário de revolução passiva” (IBID, 2006a, p. 21).

Compreender a magnitude do *carlismo* e seu atual contexto de derrotas no plano estadual – assim como o papel desempenhado pela principal liderança do grupo, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães – exige esse breve resgate de interpretação histórico-política – já consolidada na literatura que apoia esse trabalho<sup>5</sup> –, para avaliar uma experiência histórica que entrou num processo de relativo esgotamento<sup>6</sup>, mas tem sua trajetória marcada por idas e vindas, compondo um cenário de três atos: uma fase chamada de *primeiro carlismo*, compreendido pelo período inicial do grupo, de fins dos anos 1960 à primeira metade dos 70, restrito ao plano estadual; uma segunda fase subdividida em dois momentos do *carlismo baiano-nacional*, compreendido entre meados da década de 1970 até o final dos anos 90, onde um primeiro subperíodo é marcado pela influencia nacional de Antonio Carlos Magalhães e um segundo subperíodo (anos 90) em que essa influencia é compartilhada com seu filho, Luís

---

<sup>5</sup> Esse elemento de resgate histórico será curto, mencionado apenas com o objetivo de compreender a trajetória de uma elite local em contraste com o atual período; é analisado exaustivamente nas obras de Dantas Neto (2006a; 2006b).

<sup>6</sup> Conforme será visto posteriormente, esse “esgotamento” ainda pode ser discutido, a partir de elementos apontados pela literatura, acerca de fatos mais atuais, onde a conquista da prefeitura de Salvador por Antonio Carlos Magalhães Neto representa uma possibilidade de novos cenários a serem analisados.

Eduardo Magalhães; e uma terceira fase, o *carlismo pós-carlista*, representando o período em que o grupo volta a perder a característica nacional, marcado por relativo declínio do comando unipessoal do ex-Senador Antonio Carlos e uma consequente ampliação do núcleo dirigente do grupo, tornando-o mais colegiado (mantendo a composição original do núcleo duro do carlismo, composta pelo PFL – principal sigla –, PTB, PL e PPB – os dois últimos são os atuais PR e PP). Este período é marcado também pelos primeiros revezes do grupo, “mediante o declínio político de seu protagonista e após o falecimento prematuro de Luís Eduardo, em 1998” – coroado com a derrota no governo do estado em 2006, e posterior falecimento de Antonio Carlos, em 2007 (DANTAS NETO, 2006b, p. 248).

O primeiro período, e a primeira fase do segundo período, são mencionados aqui para descrever a ascensão de um agrupamento político, saindo de uma fase coadjuvante, e que vai se projetando na medida em que se afirma como uma elite autônoma, emancipada de seus iniciais “padrinhos” – no caso, a afirmação de Antonio Carlos Magalhães como prefeito de Salvador e posterior emancipação deste da liderança de Juracy Magalhães, antigo interventor do estado, e ex-governador por duas vezes.

Esse elemento de projeção da liderança de Antonio Carlos está totalmente relacionado ao processo de incorporação de determinadas elites baianas a um certo campo político nacional, que se manifesta anteriormente a 1964, mas se consolida “quando o carlismo se constrói como grupo político regional, iniciando, ao final do período, sua trajetória de fenômeno baiano-nacional” (DANTAS NETO, 2006b, p. 255), que é manifestado justamente quando o prefeito-interventor finaliza seu primeiro mandato como governador da Bahia, indicado pelo regime militar logo após ter deixado a prefeitura. Nesse contexto, porém, o grupo ainda não se constituía enquanto hegemônico no estado, embora já se apresentasse como o mais forte.

Vale destacar como crucial, nesse período compreendido pelo carlismo baiano-nacional, justamente a capacidade de seu principal dirigente em se afirmar perante o cenário político do estado, mesmo não tendo conseguido fazer seu sucessor ao deixar o mandato de governador em 1974.

É importante registrar que uma hegemonia do carlismo começa a se afirmar através da consolidação da lógica política marcada pelo binômio carlismo/anticarlismo, sendo o jogo ditado pelo grupo dominante num contexto de regime político autoritário. Reassumindo o governo do estado em 1979 – por indicação militar homologada, primeiro pelo partido da situação (então ainda ARENA), depois pelo Poder Legislativo Estadual –, ACM usou o poder que detinha, comandando os quadros do partido e da administração do Estado, “para acabar

de anular os grupos rivais”, que se somariam à oposição da década seguinte (DANTAS NETO, 2006b, p. 264).

Essa dicotomia política passou a marcar também a segunda fase do carlismo baiano-nacional, consolidada a partir da retomada do poder estadual, após os governos de Waldir Pires (1986-88) e Nilo Coelho (1989-90), agora num contexto democrático e pela primeira vez através do voto, ao vencer as eleições de 1990. Tendo sido elemento relevante na afirmação do grupo enquanto hegemônico no estado, a mesma dicotomia carlismo/anticarlismo torna-se recorrente agora, na posterior consolidação do grupo numa condição equivalente a de um partido predominante, como sugere Sartori (1982). O fato de o domínio se manter, agora já em sistema competitivo, leva o carlismo a ser considerado “como resultado de uma sucessão de estratégias adaptativas da elite política estadual a circunstâncias institucionais e/ou conjunturais da política nacional” (DANTAS NETO, 2006b, p. 251).

Desse modo, transita por toda a década de 90 como força política predominante no Estado em constante diálogo e conformação com a conjuntura nacional, capitalizando a participação decisiva de ACM no governo Sarney (1985-90) ocupando o Ministério das Comunicações; mantendo relação e dando suporte ao governo Collor (1991-92), e sendo determinante para a consolidação da aliança entre o PFL e o PSDB em 1994 – tornando-se um dos principais grupos regionais a dar suporte político ao primeiro mandato de FHC no Congresso Nacional, tendo grande participação na composição de governo. O ápice desse período deu-se justamente durante a ocupação, por parte dos dois líderes desta elite regional-nacional – ACM e seu filho, Luis Eduardo –, da presidência das duas casas legislativas do país: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Em convergência com a literatura, que aponta a relevância da participação em governos para obter dividendos na arena eleitoral, essa supremacia carlista seria marcada por importantes vitórias eleitorais. Ganhou as quatro eleições para o governo estadual realizadas desde 1990, sendo que três já no primeiro turno (1990, 1998 e 2002). No tocante às eleições municipais, o domínio não foi diferente. Na eleição de 1996, o grupo conquistou 75% do total de prefeituras, elegendo perto de 300 prefeitos, ganhando inclusive na capital, Salvador. Nas eleições de 2000 o fato se repetiu, tendo o *carlismo* conquistado 312 prefeituras, número que foi ampliado posteriormente para 363 através do *adesismo*, aumentando o patamar do grupo para mais de 80% das prefeituras. Para as eleições de 2004, o grupo manteve sua hegemonia, ganhando em 335 cidades, apesar do crescimento da oposição – principalmente PT e PSDB – que conquistou aproximadamente 70 prefeituras (Cf. BORGES, SANCHES FILHO E ROCHA, 2011).

A morte do ex-Deputado Luis Eduardo Magalhães, em plena campanha para ser o governador do estado em 1998, representa o início do processo de encerramento desse segundo período da trajetória carlista, assim como colocou o grupo na condição de não mais possuir uma liderança sucessora imediata, com condições de dar continuidade à trajetória de interlocuções com o poder federal desenvolvida por seu pai. Este investia para tornar o filho o principal líder do grupo baiano. Mas não circunscrevendo ao estado da Bahia: Presidente da Câmara dos Deputados, Luis Eduardo se projetava nacionalmente. Com bom trânsito entre os partidos, seja os da base governista ou da oposição ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, a sua candidatura ao Governo da Bahia em 1998 era um largo passo tático dentro de uma estratégia cujo objetivo era a chegada a chegada à Presidência da República em 2002, numa ascensão da carreira política em curto espaço de tempo. Sua morte súbita nesse processo, portanto, inviabilizou os planos do líder da elite política baiana e a deixou sem um sucessor imediato de prestígio e confiança.

Este período dá início á terceira fase do carlismo, denominada de *carlismo pós-carlista*, onde o mandato de 1999-2002 é marcado pelo início da administração da crise (DANTAS NETO, 2006b, p. 272). Esta fase é a que caracteriza a gradual derrocada do grupo, onde se deram suas principais derrotas, seja no âmbito do jogo eleitoral, ou para além deste – culminando, inclusive, com a morte de ACM em 2007. Daqui por diante, a compreensão dos fenômenos da política se relacionam com os desdobramentos sobre a contraposição ao carlismo, reunidas no que se convencionou de anticarlismo – assim como o grupo carlista, a oposição era uma constelação de legendas e grupos políticos –, que se reforçam e iniciam uma trajetória de diferenciações. Parte-se, então, para o entendimento da oposição ao grupo na década de 90, até aos partidos que se tornaram mais relevantes para esse estudo no contexto atual.

### **1.2.2- O declínio da predominância carlista e a ascensão do PT**

O gradual processo de enfraquecimento do grupo carlista na política baiana coincide justamente com o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, período em que o grupo passava a conviver sem o sucessor de ACM – seu filho, Luis Eduardo. Sucessivos acontecimentos prejudicam a continuidade do domínio construído pelo grupo ao longo de mais de duas décadas de vigência do “carlismo baiano-nacional” e que tivera apenas um breve interregno, entre 1986 e 1990.

O auge eleitoral do grupo carlista combina com os seis primeiros dos oito anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com o qual ACM e Luis Eduardo mantinham boa relação, servindo de elo na aliança nacional PSDB-PFL. Seu declínio, iniciado com o escândalo do painel em 2001, tem sua desestabilização confirmada a partir de 2002, coincidindo com a vitória do presidente Lula (PT). O PT baiano, que ao longo da década de 90, emerge como “*oposição natural*” do grupo carlista, em 2003, após a vitória de Lula, ganha força regional, tendo conquistado expressiva votação no Estado e passando a representar perigo para o campo governista (BORGES, SANCHES FILHO E ROCHA, 2011, pp. 342-343).

Esse processo, porém, é antecedido por diversos elementos que vão configurando as oposições na Bahia, composta por grupos diferenciados, porém abrigados de maneira maniqueísta frente àquele adversário em comum, fazendo deste uma representação estática dos interesses de segmentos tradicionais da sociedade baiana: tratando-o como representação de uma oligarquia coronelista, o anticarlismo terminava não interpretando as reais dimensões da hegemonia deste grupo no estado. Conforme Dantas Neto (2006b):

Também a oposição contribuiu para esse cenário de esterilidade política, ao tratar o carlismo como persistência fantasmagórica do coronelismo, termo de uso tão largo quanto inapropriado, ao se reportar a um personagem que sempre esteve, no balcão da política tradicional, do lado oposto ao do coronel, isto é, como encarnação do Estado que, cada vez mais, dava as cartas e subordinava, a seus desígnios, declinantes oligarquias tradicionais.

Estas só obtinham (...) a garantia (em termos) de conservação do *status quo* agrário e concessões cada vez mais parcas na ocupação de cargos públicos, desde que em troca de absoluta fidelidade político-eleitoral, a qual, via de regra, passava por adesão ao governo de candidaturas oligárquicas aos Legislativos e por imposição a líderes interioranos de nomes palacianos, noviços tecnocratas vindos de camadas médias urbanas, através dos quais o carlismo cumpria o *script* modernizante (DANTAS NETO, 2006b, p. 268).

A tese defendida pelo autor tem relação com o papel que as oposições cumpriam no estado, ao subestimarem a principal razão que fundamentou a hegemonia (referida aqui em sentido gramsciano<sup>7</sup>, empregado pelo autor) do carlismo, que era o fato de “ter sido, por três décadas, o protagonista político, na Bahia, da modernização conservadora brasileira” (IBID, 2006b, p. 269). O grupo construiu esse tipo de hegemonia tendo ampla aceitação e influencia

---

<sup>7</sup> Foi utilizado no texto a condição de elite hegemônica e o termo hegemonia sem fazer as devidas considerações apontadas pela literatura, principalmente da maneira como o conceito de *hegemonia* é trabalhado por Gramsci (1978, apud DANTAS NETO, 2006a), sendo algo mais amplo e completo (complexo) do que a simples *dominação* – esta, exercida com base apenas no poder coercitivo; a outra, combinando este poder à influência cultural, intelectual e moral sobre a sociedade civil. Estas considerações são mais problematizadas em Dantas Neto (2006a; 2006b).

em setores políticos, artísticos, comunitários, empresariais, intelectuais, religiosos: em diversos segmentos sociais haviam adesões pragmáticas ao projeto que levava a cabo fazer da Bahia um estado moderno, voltado aos interesses do mercado.

Esse campo político anticarlista tinha, porém, como já dito, variações. Havia, claramente, dois sub-campos fazendo oposição na Bahia: um capitaneado pelo PT, mais à esquerda; o outro, de centro, comportando, dentre outras siglas, o PMDB, o PSDB e o PDT.

A estratégia adotada pelo PT sempre seguiu o itinerário nacional da legenda, inicialmente lançando candidaturas próprias em praticamente todos os pleitos estaduais desde seu surgimento na cena política, adotando uma perspectiva de alianças apenas com o campo mais à esquerda – mesmo na conjuntura baiana, de polarização com uma elite política hegemônica –, quando as eleições estaduais não eram conjuntas ao pleito presidencial. Em 1990, lança uma candidatura claramente para demarcar espaço no processo eleitoral do estado.

Já em 1994, com o aninhamento dos jogos eleitorais – primeira eleição pós-redemocratização em que deputados, governadores e o presidente são eleitos no mesmo pleito – o PT entra no jogo seguindo orientação nacional, nesse caso dando validade à tese defendida por Melo (2010a), de que a estratégia nacional – na principal arena – do partido determinava seu posicionamento nas outras arenas. Neste pleito, em acordo com o então ministro de Itamar Franco e pré-candidato ao governo da Bahia, Jutahy Magalhães (PSDB), o comando central do PT “constrangeu” sua seção estadual a compor a coalizão do líder tucano baiano, em troca do fortalecimento do palanque da candidatura de Lula. Por outro lado, para o caso do PSDB, a adoção da estratégia nacional não se aplicou ao caso da Bahia, já que o palanque do candidato tucano à Presidência da República, FHC, não contou com a participação de sua seção estadual, a partir de uma dissidência aberta contra a orientação nacional, chegando, em acordo com o PT, a subir no palanque adversário.

Por sua vez, em 1998 o Partido dos Trabalhadores lança uma candidatura mais efetiva, com maior capacidade eleitoral, se equiparando em votos com a outra parcela da oposição. Finalmente, em 2002 se afirma como a principal alternativa ao carlismo no estado – ficando em segundo lugar, mas obtendo a vitória no plano federal.

O outro sub-campo tinha mais capilaridade eleitoral no estado durante a primeira metade da década de 90. Composto por antigas lideranças que resistiam ao regime militar, e sua representação carlista na Bahia, os três partidos mencionados desse campo se posicionavam geralmente desunidos nesse período, favorecendo ao carlismo ampla capacidade eleitoral e impedindo qualquer vestígio de polarização política no estado. PSDB e

PDT, na maioria das disputas, se apresentavam como as principais referências das oposições, em alguns pleitos, nem sempre marchando juntas. Já o PMDB, legítimo representante das insatisfações ao carlismo nos anos 80, também oscilava na relação com as outras duas legendas, chegando a aderir à elite carlista no final da década, para romper no início dos anos 2000.

O fato é que as oposições haviam sido pulverizadas durante a maior parte da década de 90, neutralizadas pela condição “dominante” do carlismo no período; só ao final dessa segunda fase do carlismo *baiano-nacional* é que o PT passa a se constituir como força polarizadora da política no estado (Cf. DANTAS NETO, 2010, p. 7).

A longeva prevalência carlista na Bahia pode ser considerada à luz da concepção do já citado trabalho de Sartori (1982) acerca dos sistemas partidários. Até meados dos anos 80, o formato da competição eleitoral na Bahia pode ser situado proximamente ao conceito de sistema *não-competitivo* de *partido hegemônico*, na medida em que havia vários partidos, mas sem alternância possível do poder (SARTORI, 1982), em razão da escolha do Governador ser feita, até 1978, por “via indireta” e a de 1982, ainda sob situação de transição, na vigência de diversos casuísmos eleitorais. A partir de meados dos anos 80 houve um enfraquecimento desse grupo hegemônico, relacionado ao processo de mudança do regime no plano nacional. Isso levou o grupo ao primeiro passo de sua estratégia adaptativa à democracia, que foi a adesão à candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e, depois, ao Governo Sarney, liderado pelo PMDB. O que se percebe, concomitantemente, é uma gradual aproximação do formato de competição política na Bahia ao conceito de *sistemas competitivos* de *partido predominante*, também sugerido por Sartori (1982), aproximação que se mostraria melhor e mais plenamente durante os anos 90, quando a força do grupo voltou a crescer, sob essas novas condições institucionais. Nesse novo momento de avanço, o carlismo “baiano-nacional” chegou a ameaçar instalar, de novo, uma situação hegemônica, quando, nas eleições de 1998, ganhou o governo no primeiro turno contra uma oposição pulverizada e com o apoio até do PMDB. O crescimento do PT evitou essa hegemonia e viabilizou, a partir de 2002, a evolução da competição eleitoral na Bahia de um formato compatível com um sistema competitivo de partido predominante para um formato bi polarizado, compatível com sistemas bi-partidários.

É pela relevância que apresenta durante todo esse percurso, somada ao fato de ser um partido determinante nas coalizões nacionais, que o PMDB é uma força a ser necessariamente considerada nos estudos da política baiana. Seu percurso se inicia nos anos de vigência do regime militar, onde, na Bahia, a oposição ao carlismo se organizava por dentro do MDB, seu

antecessor; passa pela ocupação do governo do estado em 1986 – vencendo o candidato do carlismo, com a vitória de Waldir Pires; chegando aos anos 90, de partido que oscilou da oposição para a adesão ao carlismo, e posteriormente romper. Além disso, foi determinante para garantir a vitória do PT em 2006, e, em 2010, apresenta-se como uma terceira força no cenário eleitoral, fazendo com que o contexto político fosse pautado por três forças políticas relevantes – não pelo desempenho nas urnas, já que o PT elegeu-se com larga vantagem no primeiro turno; mais pela articulação de forças tradicionais da política baiana, além de grande penetração em prefeituras do interior do estado.

A erosão da situação dominante estabelecida por Antonio Carlos Magalhães na Bahia, para além dos fatos já mencionados, mantém relação com a dinâmica nacional. Em 2001, após o episódio da violação do painel do Senado, o grupo liderado por ele foi alijado dos cargos de primeiro escalão que detinha no governo federal, apesar de ainda influenciar nas ocupações dos cargos federais lotados no estado. Somado a isso, sua liderança unipessoal entra num processo de declínio, pressionado que estava por aliados e adversários, dentro e fora dos partidos que compunham o grupo carlista.

Por outro lado, apesar do gradual enfraquecimento da liderança de ACM e do seu poder de influenciar o carlismo enquanto grupo mais amplo, o PFL – principal sigla que abrigava o núcleo principal do grupo – não sofre uma perda imediata no plano eleitoral. Conforme vimos no trabalho de conclusão da graduação, apesar da queda de sua votação para o parlamento do pleito de 1998 para o de 2002, consegue recuperação deste para o pleito de 2006 – tendência que é contrária entre os outros partidos que compunham a antiga elite carlista (NUNES, 2014). Com isso, o carlismo pós-carlista representa, neste trabalho: a gradual perda de poder de seu principal mentor; o esvaziamento do agrupamento enquanto um “metapartido”; e a consolidação de uma atuação restrita ao principal partido do grupo, o PFL.

O processo de refluxo e perdas mais expressivas deste partido se dá na medida em que se fortalece o campo liderado pelo PT, coroado com a derrota para o governo do estado em 2006, após a qual, assiste a um intenso processo de migração de quadros para legendas que davam sustentação ao governo petista – dentre elas, o PMDB foi a maior beneficiada.

Para além de ter contribuído para a vitória eleitoral petista em 2006, o PMDB foi determinante para criar as condições de governabilidade, pois, por ser difuso no interior do estado, propiciou ao aliado acesso a novas áreas na geografia eleitoral, além de ter feito expressivas bancadas legislativas, tendo à frente Geddel Vieira Lima, então ministro de Lula e ex-aliado do presidente Fernando Henrique Cardoso (Cf. DANTAS NETO, 2010, p. 02).

O governo do PT na Bahia, liderado por Jaques Wagner, cumpriu o papel inicial de fortalecer os partidos da sua base de sustentação – justamente a partir do refluxo do carlismo, primeiro, e depois do próprio PFL. Esse fortalecimento do novo bloco governista foi capitaneado por dois campos, um liderado pelo PT, o outro pelo PMDB. É esse cenário que se apresenta na eleição para a prefeitura de Salvador em 2008, no qual o PMDB da Bahia inicia um processo de ruptura com o governo petista, a partir do desdobramento deste pleito eleitoral, no qual PMDB e PT polarizaram o segundo turno – sendo o primeiro consagrado nas urnas.

Assim, o pleito eleitoral de 2008 poderia sugerir um processo de disputa entre três blocos de forças mais equilibrado em 2010, no qual uma delas se apresentaria enquanto situação nos dois planos, ocupando a cadeira de governo da Bahia; outra força, com capilaridade junto a importantes bases eleitorais no interior do estado, fruto do processo de migração de antigos prefeitos e lideranças do PFL/DEM, além de agora ocupar a prefeitura de Salvador; e uma terceira força que, mesmo em refluxo, ainda possuía lideranças eleitorais expressivas, assim como um recente passado de hegemonia no estado.

Dentre os vários elementos que influenciaram para tornar o processo eleitoral de 2010 menos equilibrado do que sugeria o pleito municipal recente, a incorporação de um importante agrupamento político ex-carlista, organizado dentro do PP, sob a liderança de Otto Alencar, é um deles. A disputa girou em torno das três principais agremiações políticas da Bahia no período, o PT, o PMDB e o DEM. A capacidade de mobilização do eleitorado em variadas regiões do interior do estado por parte do “neo-aliado” do governo, porém, fez o processo apenas consolidar a liderança do governador no comando político do estado: com expressiva vitória já no primeiro turno, a disputa não deixou margem a nenhuma polarização entre as legendas.

Esse desdobramento faz sugerir uma ponderação que retoma o conceito de Sartori (1982) acerca do sistema competitivo: com o resultado eleitoral de 2010, a bipolaridade que marcou os processos eleitorais de 2002 e 2006 na Bahia, chegou a ser ameaçada, já que o formato da competição política apontava para uma situação compatível com um sistema competitivo de partido predominante, a partir do campo governista liderado pelo PT – a exemplo dos anos 90, sob liderança do PFL e do carlismo; ou seja, partidos de oposição existem, mas sem perspectivas eleitorais majoritárias, apesar da competição estar institucionalmente assegurada. Com o processo eleitoral de 2012, e seu desdobramento em 2014, essa possibilidade de retorno a uma situação de partido predominante foi revertida, com a retomada da bipolarização.

Por fim, vale ressaltar que, apesar desse largo período de refluxo vivido pelo carlismo, ainda cabem discussões acerca da manutenção ou não da sua existência. Apesar de não mais reunir as principais características que marcaram sua trajetória, e da diluição de importantes “ex-carlistas” em variadas siglas, sejam as da base governista, sejam da oposição, o principal herdeiro político do grupo, o PFL/DEM, continua atuando de forma efetiva no estado, contando com antigos dirigentes que exerceram o papel de comando no grupo desde que ACM passou a perder espaço interno, como o ex-governador Paulo Souto (novamente candidato em 2014, sendo o segundo colocado no pleito) e o ex-deputado José Carlos Aleluia. Além disso, nem sempre a trajetória do grupo foi marcada por momentos de estabilidade; nem sempre esteve ocupando a cadeira de governador do estado da Bahia. Momentos de inflexão e transição foram sempre significativos nesta história (Cf. DANTAS NETO, 2010, p. 07).

Todos estes elementos aqui retratados compõem um cenário político no qual, em determinados momentos da análise, e para os objetivos deste trabalho, três forças são determinantes e destacadas nas comparações: o PFL, atual DEM; o PT; e o PMDB. Além disso, serve para pontuar a conexão empírica entre a ascensão e queda do carlismo e um movimento de afirmação de partidos sobre a elite política, que sobressai dessa análise histórica e poderá ser confirmada nos capítulos empíricos.

**CAPÍTULO 2: GEOGRAFIA DO VOTO DE DEPUTADOS ESTADUAIS  
E PARTIDOS: *PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DAS  
VOTAÇÕES***

Neste capítulo busca-se analisar a distribuição espacial da votação dos deputados estaduais e partidos da Bahia, nas eleições de 2002, 2006 e 2010, a partir de seus padrões de concentração e dispersão sobre determinados municípios.

Os elementos condicionantes que agem sobre os processos eleitorais no Brasil, influenciando sobremaneira o desempenho de determinadas forças políticas em estados e municípios mais pobres, estão mais relacionados a questões e processos de natureza institucional, e não apenas conjuntural. Conforme aponta Borges (2010), “(...) de um lado o federalismo e as instituições eleitorais e partidárias da democracia brasileira conspiram contra a reprodução de oligopólios na esfera dos estados”; de outro lado, a ampliação e institucionalização das políticas sociais, “contribui para erodir as bases de intermediação clientelista nas regiões mais pobres” (BORGES, 2010, p. 186).

Desta forma, conforme já antecipado na discussão da literatura, parte-se do fato de que os partidos com trajetória de oposição no período democrático imediatamente anterior, a partir do pleito de 2006, tiveram um deslocamento de suas bases eleitorais, quando se analisa o desempenho dos candidatos a Governador e a Presidente da República. Isso está relacionado com a ascensão desse bloco ao Governo Federal, liderado pelo PT, e aos Programas Sociais de combate à pobreza (principalmente o Bolsa Família), colocados em prática no governo, fazendo com que o PT passasse a ter penetração eleitoral em municípios mais pobres e de menor concentração populacional, tradicionais redutos de partidos de direita (BORGES, 2010; NICOLAU e PEIXOTO, 2007; LICIO, RENNÓ & CASTRO, 2009).

Assim, neste capítulo, procura-se analisar se esse desempenho eleitoral se reproduz também no plano legislativo, observando o caso das votações para deputado estadual da Assembleia Legislativa da Bahia em três eleições: a de 2002, na qual, no espectro governo/oposição nos dois planos, havia uma distinção mais precisa entre os perfis dos partidos no governo e na oposição: o PFL liderava a coalizão governista no estado da Bahia, vindo de uma trajetória de participação também no governo Federal<sup>8</sup>, enquanto o PT liderava a oposição nacional e também o núcleo mais forte de oposição estadual; a de 2006, na qual o PT já ocupava a Presidência da República e liderou uma coalizão oposicionista de *centro-esquerda* vitoriosa no pleito estadual na Bahia, contra o governo do PFL; e a de 2010, onde o PT lidera uma coalizão heterogênea de partidos, entrando na disputa na condição governista

---

<sup>8</sup> À exceção justamente da disputa de 2002, na qual o PFL da Bahia não apoiou a candidatura do PSDB a Presidência da República, após o rompimento com o governo de FHC desde o ano de 2001 (ver capítulo 2 deste trabalho).

nos dois planos federativos, e o DEM (antigo PFL), concorre como partido oposicionista também nos dois planos.

Observa-se o impacto desses reposicionamentos dos partidos no espectro governo/oposição sobre a geografia do voto dos seus parlamentares, para identificar se neste plano é possível visualizar o mesmo processo de deslocamento de bases eleitorais verificado no plano majoritário. Logo, as bases eleitorais dos partidos governistas estariam mais atreladas a determinados redutos, municípios mais empobrecidos e de menor concentração populacional. Sendo assim, o tradicional padrão de votação de legendas de tradição oposicionista, de tipo Concentrado, localizado nos centros urbanos (CARVALHO, 2003), sofreria uma mudança significativa ao assumir posição governista, passando a um padrão de tipo cada vez mais Disperso.

Na primeira seção observa-se a geografia eleitoral e sua relação com os parlamentares, analisando a votação dos deputados de acordo com os aspectos de concentração e dispersão dos votos nas eleições de 2002, 2006 e 2010.

Na segunda seção, analisam-se as votações do parlamentares e bancadas partidárias de acordo com os padrões de concentração e dispersão dos votos, relacionando com os posicionamentos dos partidos frente aos governos. Analisa-se também a votação agregada do PT, PFL/DEM e PMDB, correlacionando-as a indicadores socioeconômicos, especialmente ao IDH dos municípios da Bahia, buscando identificar as características do eleitorado desses partidos e as tendências de mudança. Essas bases eleitorais serão também identificadas a partir da visualização da distribuição delas nos cartogramas dos municípios da Bahia. Por último, os apontamentos finais do capítulo.

## **2.1 PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS BAIANOS, NAS ELEIÇÕES DE 2002, 2006 E 2010**

No sistema eleitoral brasileiro, as regras eleitorais que regem os pleitos nos estados são definidas em âmbito nacional, tendo validade efetiva em todos os entes federativos. Como Estado da Federação, a Bahia elege seus representantes em todas as esferas, dentre elas, o Legislativo estadual.

As regras eleitorais não definem traços geográficos ou distritos eleitorais no interior dos estados – o distrito é o próprio estado. Apesar disso, a unidade eleitoral de fato, no Brasil, tem por sede o município. É aí, portanto, onde realmente se trava a competição por votos entre os postulantes a mandatos legislativos. Assim, cada candidato pode fazer campanha em

qualquer um dos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios do estado. Isto, aliado ao voto em lista aberta, torna a competição política mais acirrada, com candidatos disputando votos com seus colegas de partido, e com postulantes de outras siglas. Mesmo com tamanha competição, é possível associar os candidatos a áreas geográficas definidas durante a eleição.

Conforme já apontado na metodologia desse trabalho, para se estabelecer a classificação dos deputados estaduais da Bahia em relação à Concentração/Dispersão dos votos utiliza-se o índice sugerido por Carvalho (2003): deputados com votação de Concentração Alta são aqueles que conseguem concentrar num único município 65% de sua votação e nos 10 primeiros municípios obtém um percentual da ordem de 85%; já os deputados com votação de Concentração Média são aqueles que atingiram, em média, 40% dos votos num único município e 75% dos votos nos 10 primeiros municípios; os deputados com votação de Dispersão Média são os que não obtêm mais de 30% dos votos num único município e, nos 10 primeiros municípios pode chegar a até 60% dos votos; por fim, os deputados com votação de Dispersão Alta são os que concentram no primeiro município, em média, 15% dos seus votos, e acumulam em torno de 50% da votação nos 10 primeiros municípios.

Desta forma, os deputados estaduais da Bahia foram classificados com relação à Dispersão/Concentração de seus votos nas três eleições selecionadas, como é apresentado no quadro a seguir.

**Quadro 1: Classificação dos parlamentares de acordo com os quatro padrões de concentração/dispersão dos votos, nas eleições de 2002, 2006 e 2010:**

Ano	Padrão/%	DA	%	DM	%	CM	%	CA	%	Total	%
<b>2002</b>		11	17,46%	14	22,22%	17	26,98%	21	33,34%	63	100%
<b>2006</b>		12	19,05%	20	31,75%	20	31,75%	11	17,45%	63	100%
<b>2010</b>		22	34,92%	12	19,05%	17	26,98%	12	19,05%	63	100%

DA: Dispersão Alta; DM: Dispersão Média; CM: Concentração Média; CA: Concentração Alta.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Conforme se observa no quadro, os dois indicadores que mais sofreram mudanças no período foram os padrões de Dispersão Alta e Concentração Alta, que tiveram uma inversão quase equivalente de suas porcentagens de 2002 para 2010: em 2002 a presença do padrão de

votação com Concentração Alta era de 33,34% dos deputados, enquanto que o de Dispersão Alta era de 17,46%; já em 2010, 19,05% representava os parlamentares com votação de Concentração Alta, ao passo que 34,92% representava o padrão de Dispersão Alta. Os outros dois padrões, o de Dispersão Média e o de Concentração Média, sofreram variações semelhantes, porém mantendo o mesmo patamar quando se compara a primeira eleição analisada com a última.

A leitura do quadro também sugere um movimento contínuo em direção à dispersão das votações. Pode-se dizer que o aumento da Dispersão Alta entre os pleitos de 2006 e 2010 é a continuação lógica da queda da Concentração Alta nas eleições de 2002 e 2006, tendo os níveis Dispersão Média e Concentração Média cumprido o papel de autênticos intermediários, ou seja, fazendo a passagem entre os extremos, ao longo do tempo. Por isso a incidência maior desses padrões em 2006.

Por isso, a queda inicial do padrão de votação de Concentração Alta e a subida final do padrão de Dispersão Alta não parecem ser fenômenos diversos e sim momentos diversos de um único fenômeno.

A percepção da significativa ampliação da presença de parlamentares com bases eleitorais com perfil de alta dispersão pode estar associada à construção das alianças nos períodos pré-eleitorais em 2006 e 2010, assim como na composição dos cargos de confiança por parte do governo, a partir das indicações políticas. Em tese, existe um movimento de mão-dupla influenciando a lógica das indicações de cargos no governo do estado. Em primeiro plano, algumas importantes indicações seguem o critério de contemplar uma chapa ampla na coligação majoritária, visando tornar a chapa situacionista mais competitiva. Em segundo plano, pode-se identificar, em alguma medida, a estratégia do governo na indicação de cargos a partir de critérios eleitorais, ou seja, força eleitoral de uma agremiação, localização de suas bases eleitorais; por fim, esse movimento pode ser simultâneo ao inverso, nos quais partidos e parlamentares indicam ao mandatário quais pastas teriam preferência, justamente para atender a esse critério territorial (eleitoral) visando reforçar ainda mais seus vínculos com determinados redutos, potencializando candidaturas em outros pleitos.

Partindo do suposto já apontado em capítulos anteriores, referenciados na literatura da ciência política que confere aos partidos políticos peso relevante nas relações envolvendo o executivo e o legislativo, em âmbito nacional, de acordo com Loureiro, Olivieri e Martes (2010), os partidos seriam atores centrais na garantia da governabilidade, para a qual o governo disporia do expediente da indicação de cargos, atendendo, com isso, às demandas de parlamentares e lideranças partidárias junto a seus eleitores e apoiadores.

No caso da Bahia, essa menção torna-se importante principalmente levando em consideração os critérios que permearam o processo de indicação dos cargos de confiança por parte do governo do estado nos anos de 2007 e 2011 (primeiro e segundo governos de Jaques Wagner – PT). Em sua dissertação de mestrado, Priscilla Silva (2013) aponta que entre os dois mandatos do governador petista o critério adotado na alocação de cargos, principalmente os de âmbito regional de segundo e terceiro escalões, sofreu uma modificação significativa: ao invés de seguir o critério da votação individual do deputado no município, o peso era dado prioritariamente à expressividade eleitoral do *partido* numa região classificada como Território de Identidade<sup>9</sup>. Num primeiro movimento de estipular o critério, considera-se a votação do partido, para, em seguida, observar-se a votação dos parlamentares no interior das legendas.

Essa estratégia governista, conforme também nos aponta o trabalho de Priscilla Silva (2013), obviamente trouxe certos desconfortos na base aliada, principalmente levando-se em consideração, nos diversos Territórios de Identidade, o significativo peso eleitoral do PT, que foi o mais votado em 24, dos 26 Territórios (SILVA, 2013, p. 24).

Com uma composição na Assembleia que lhe dava sólida maioria, a coalizão governista liderada pelo PT passou a alcançar áreas eleitorais ainda mais esparsas, na medida em que, sendo o PT um dos principais partidos beneficiários na alocação de cargos regionais de segundo e terceiro escalão, passaria a dispor de novos instrumentos e recursos de poder para estabelecer novas bases eleitorais no estado. Por si só, esse movimento pode ser um dos fatores explicativos para a ampliação da bancada de parlamentares com bases eleitorais de alta dispersão – já que, como visto em trabalho de conclusão da graduação, o PT em 2002 não elegeu nenhum parlamentar com esse padrão de distribuição territorial dos votos, chegando, porém, a 2010 com seis (6) deputados com alta dispersão, dos treze (13) eleitos (NUNES, 2014, p. 45).

Além disso, o fato de o critério de definição desses cargos passar a ser focado prioritariamente no partido, em seguida nos deputados com maiores votações dentro dos partidos, favorece determinadas alterações de bases eleitorais entre os próprios deputados de uma mesma legenda – já que, um determinado parlamentar, sendo o mais votado, mesmo não tendo uma trajetória de votação significativa numa região específica, pode passar a

---

<sup>9</sup> De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, o Território de Identidade é “conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se correlacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial” (Fonte: <http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa>).

estabelecer vínculos com essa área no sentido de ampliar sua base de apoio visando o próximo pleito.

Um caso passível de referência é a votação do deputado José Neto, do PT. Eleito Deputado Estadual em 2002, o parlamentar com origem eleitoral em Feira de Santana, foi reeleito nos dois pleitos posteriores ampliando significativamente sua votação – que saiu de 32.038 votos em 2002, para 81.223 em 2010. Conforme também se mostrou na monografia da graduação, além dessa expressiva ampliação de sua votação, é notável também a dispersão de suas bases eleitorais pelo estado da Bahia, alcançando novas áreas, de regiões distantes de seu território de origem – a cidade de Feira de Santana representa, em 2002, mais de 70% de seus votos; em 2010 fica em pouco menos de 40% (NUNES, 2014, pp. 65 e 67). Com isso, o padrão de sua votação no pleito de 2010 passa a ser entre o de média dispersão e o de média concentração, tendendo mais ao segundo – portanto, significativamente menos concentrado do que no primeiro pleito, quando atuava como candidato de oposição nos dois planos.

José Neto foi o quarto Deputado Estadual mais votado do PT no pleito de 2006, ficando atrás de Valmir Assunção, Waldenor Pereira e José Carlos, os quais eram de agrupamentos políticos internos ao partido diferente do que o governador Jaques Wagner pertencia; por participar do mesmo grupo do Governador, José Neto poderia ser considerado de maior “confiança” frente aos demais. Além disso, o mais votado dos três deputados citados, Walmir Assunção, fazia parte de uma corrente interna mais à esquerda, com trajetória ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), e visava a progressão de sua carreira, já que em 2010 se elegeu para Deputado Federal. Waldenor Pereira é um quadro oriundo do município de Vitória da Conquista, com interesses mais direcionados à sua região, além de também buscar progredir na carreira parlamentar, pois veio a se eleger Deputado Federal no pleito de 2010. Já o deputado José Carlos não participa do núcleo dirigente mais influente dentro do partido, resumindo sua atuação à manutenção da influência junto à categoria dos rodoviários na Bahia – sendo, dentre esses, o de menor confiança direta do governador. Sendo assim, é também de se supor que um dos maiores beneficiados pelos realocamentos de bases eleitorais<sup>10</sup> visando o pleito de 2010, tivesse sido o deputado José Neto, aquele que, talvez, viesse a ter maior experiência com mais um mandato no parlamento estadual, cumprindo os requisitos de manutenção da capacidade de articulação do governo no legislativo.

---

<sup>10</sup> Esses realocamentos podem significar a distribuição de territórios por parte do chefe do executivo para contemplar os deputados dos quais não abre mão no parlamento, ou cumprindo alguma promessa de negociação política – no caso do governador Wagner, então candidato à reeleição com amplo leque de apoios e alianças, interessava diretamente ao seu próximo mandato influenciar na composição da Casa.

Quando se analisa esses padrões de maneira conjugada, em apenas uma variável, pode-se constatar uma inversão semelhante à observada aos padrões de máxima Concentração e máxima Dispersão. Ou seja, ao se somar o percentual de parlamentares com padrão de votação de Dispersão Alta com Dispersão Média em 2002, tem-se a presença de 39,68% dos parlamentares com esse padrão. Em 2006, aplicando o mesmo raciocínio, observa-se uma presença de 50,80% dos deputados com votação de tipo Disperso. E em 2010, essa presença equivale a 53,97% dos parlamentares eleitos.

Fazendo o mesmo com o padrão de votação Concentrado, ou seja, somando os padrões de Concentração Alta e Concentração Média, encontram-se os valores restantes: em 2002, 60,32% dos parlamentares possuíam votação de tipo Concentrado; em 2006, 49,20%; e em 2010, 46,03%. A apresentação desses padrões agregados pode ser melhor visualizada no quadro a seguir:

**Quadro 2: Classificação dos Parlamentares com votação Dispersa e Concentrada de forma agregada, nos pleitos de 2002, 2006 e 2010:**

	<b>Dep. Vat. Concent.</b>	<b>% Concentrada</b>	<b>Dep. Vat. Dispersa</b>	<b>% Dispersa</b>	<b>Total</b>
<b>2002</b>	38	60,32%	25	39,68%	63
<b>2006</b>	31	49,21%	32	50,79%	63
<b>2010</b>	29	46,03%	34	53,97%	63

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no site do TSE.

A inversão do patamar de representatividade desses dois padrões pode estar relacionada com a evolução dos padrões de votação dos partidos com trajetória oposicionista ininterrupta de 1989 a 2002, que se reposicionaram frente aos governos no período. Conforme se verificou no trabalho de conclusão do curso de graduação, o Partido dos Trabalhadores possuía, em 2002, um padrão de votação tipicamente concentrado. Neste pleito ainda era um partido com trajetória política de atuação na oposição nos dois planos, com presença eleitoral mais intensa na Região Metropolitana de Salvador. Na eleição de 2010 é possível notar uma mudança no padrão de votação do PT, que ainda possui a maioria de seus representantes com padrão de votação concentrado, porém, a presença do padrão disperso também é relevante: dos 13 deputados eleitos pela sigla, 6 possuíam votação com padrão disperso e 7 com padrão concentrado.

Isso também marcou o desempenho eleitoral de outros partidos com a mesma trajetória de atuação política no campo da oposição, tais como o PCdoB, PSB, PDT, PPS e PV. Algumas dessas siglas, além de ampliarem sua presença na ALBA, tiveram seus padrões

de votação alterados do pleito de 2002 para o de 2010 – com destaque para os casos do PDT e do PSB, nos quais em 2002 todos os parlamentares foram eleitos com o padrão de votação Concentrado e em 2010 todos com padrão de votação Disperso.

Ampliando a análise, os partidos que compuseram a coligação liderada pelo PT para o governo da Bahia em 2002 elegeram 16 deputados estaduais; em 2010, o mesmo PT liderou uma coligação que elegeu 34 parlamentares. Alguns desses partidos na coligação liderada pelo PT em 2010 possuíam atuação política mais vinculada ao campo governista, ou seja, aderiram ao campo liderado pelo PT, mas não possuíam a mesma trajetória anterior de atuação política – portanto, nem o mesmo perfil de bases eleitorais – que os partidos citados anteriormente. Isso equivale a dizer também, que a representação desses partidos na Assembleia não reduziu significativamente, já que pertenciam a coalizão vitoriosa nas urnas; além disso, conforme se verá, o padrão de votação típico destes partidos é também o Disperso.

No mesmo estudo, identificou-se que o padrão de votação do PFL – também situado no campo da direita –, em 2002, era de tipo Disperso; em 2010, já como DEM e na oposição nos planos estadual e federal, teve sua bancada reduzida significativamente, porém, mantendo o mesmo padrão de votação Disperso.

A chegada do PT e de outros partidos outrora opositoristas ao governo do estado em 2007, portanto, pode ser considerado fator relevante para a percepção dessa tendência à ampliação da dispersão das bases eleitorais dos deputados estaduais baianos, já que, como será visto adiante, nesses partidos passaram a equilibrar-se, entre seus deputados, os padrões de concentração e dispersão dos votos para deputado estadual.

Esse movimento geograficamente mais dispersivo pode ter relação, dentre outras causas possíveis, com uma maior autonomização institucional dos partidos em relação às várias facções da elite política, quebrando “redutos” de uma dessas facções (o PFL/DEM) e dispersando também as bases antes mais pessoais de deputados petistas, que passam a acompanhar o raio de penetração do partido, numa operação coordenada pelo próprio partido e pelo governo. Esse movimento pode ser considerado um desdobramento relevante da ascensão do PT ao governo, tendo como parâmetro o período de estudo selecionado.

## **2.2 PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DAS VOTAÇÕES DE DEPUTADOS, E DISTRIBUIÇÃO DAS VOTAÇÕES DOS PARTIDOS**

### ***2.2.1 Os Deputados e os padrões de Concentração/Dispersão das votações***

A análise da Geografia do Voto empreendida neste estudo leva em consideração a dupla dimensão de visualização das bases eleitorais na Bahia, espécie de distritos informais característicos da eleição dos nossos parlamentares. Essa dupla dimensão, conforme já explicado, passou a ser explicitada a partir da inovação estabelecida no trabalho de Ames (2001), e visava dar conta não apenas da distribuição territorial da votação, como também da competitividade de determinado reduto, visualizando o patamar de “controle” de um parlamentar sobre um município específico.

Como visto, a dimensão que classifica a votação dos parlamentares em concentrada ou dispersa foi aplicada inicialmente por Fleischer (1976), sobre a base territorial dos deputados de Minas Gerais, no qual o autor identificou considerável número de deputados com votação concentrada em determinadas regiões. Esse fenômeno terminava por sugerir certa deturpação do princípio normativo de nosso sistema eleitoral proporcional, na medida em que era possível perceber uma clara delimitação territorial nas bases dos parlamentares – percepções presentes em inúmeros trabalhos apoiados por essa perspectiva teórica e metodológica à época, ainda de estágio inicial das pesquisas de geografia eleitoral.

Essa literatura nesse período estabelecia claro juízo acerca das caracterizações dessas diferentes bases eleitorais típicas dos deputados: uma votação majoritariamente concentrada caracterizava os representantes com comportamento tipicamente paroquial; votação de tipo disperso colocaria o parlamentar na condição de ter comportamento mais universalista. Essa seria a racionalidade atribuída aos parlamentares dentro dos diferentes contextos sociais.

Estabelecer diferenças nessas interpretações exige uma percepção acerca da origem das bases destes parlamentares. Carvalho (2003; 2009) nos aponta a existência de diferentes padrões de comportamento entre parlamentares com votação concentrada em cidades com maiores índices de desenvolvimento – como as capitais e grandes cidades –, e deputados com votação concentrada em redutos, municípios mais pobres, com maior população rural e menores indicadores de desenvolvimento social. Dada a grande dimensão das bases do primeiro tipo, os parlamentares seriam desincentivados a atraírem políticas de cunho distributivista, já que a delimitação dessas bases é mais difusa, dificultando a reivindicação de

crédito por estas iniciativas. Por conta disso os representantes com votação de tipo concentrada, mas em grandes municípios, teriam comportamento mais universalista, assumindo posições relacionadas a determinados temas. Seriam conhecidos como parlamentares com o chamado “voto de opinião”. Dessa forma, a contribuição estabelecida pelos estudos de Ames (2001) e Carvalho (2003; 2009) desconstruem parcela dos argumentos que sustentavam a percepção dos autores que analisaram a geografia eleitoral em contexto anterior, na medida em que, correlacionar comportamento paroquial a padrão de votação concentrado não seria necessariamente suficiente, já que parte significativa dos deputados com esse padrão de votação estava ancorada em cidades de maior dimensão. Para obter uma percepção mais clara acerca da maneira como esses parlamentares se relacionariam com esses redutos, seria preciso perceber a outra dimensão de suas votações, aquela que identifica a Dominância eleitoral – objeto do próximo capítulo dessa dissertação.

Sendo assim, os parlamentares vinculados a agremiações situadas à esquerda, com trajetória oposicionista, teriam bases eleitorais de tipo mais concentrada, porém, em grandes centros urbanos. O contrário sendo aplicado aos representantes de agremiações de centro e de direita, mais identificados ao comportamento pragmático, paroquial. Nesse estudo, porém, não se classificam os partidos de acordo com o espectro ideológico das agremiações. Conforme se apontou na seção anterior, organiza-se a classificação das votações das bancadas partidárias a partir da identificação das trajetórias políticas desses partidos e seus reposicionamentos frente aos governos. Em cada pleito, esses partidos serão distribuídos de acordo com o posicionamento frente aos governos.

Essa pesquisa analisou as bases eleitorais das bancadas dos partidos nas eleições de 2002, 2006 e 2010 para deputado estadual na Bahia. Os resultados encontrados apontam para a confirmação dessa leitura no pleito de 2002, e uma tendência à mudança desse padrão a partir da eleição de 2006 – pleito em que os partidos na oposição estadual em 2006 já contam com apoio da coalizão governista federal. A distribuição das bancadas dos partidos de acordo com os padrões de Concentração/Dispersão nos pleitos selecionados, será apresentada nos quadros a seguir, que estão organizadas de acordo com as quatro situações possíveis de posicionamento dos partidos em relação aos dois níveis de governo: um bloco de partidos que estão na condição de governistas nos dois planos (Bloco 1 – situação/situação); um bloco de partidos que estão na condição de situação no plano nacional e oposição no plano estadual (Bloco 2 – situação/oposição); partidos que estão na oposição no plano estadual e situação no plano local (Bloco 3 – oposição/situação); e partidos que estão na oposição aos governos nos dois planos (Bloco 4 – oposição/oposição). Vale registrar que essa organização em quatros

blocos se dá pelos quatro tipos de posicionamento/alinhamento em relação aos dois níveis de governo. A ausência do bloco 3 nos pleitos de 2002 e 2010 se explica pelo fato de que, somente em 2006 foram eleitos parlamentares de partidos que se posicionaram como oposição nacional e situação em nível local. Mesmo assim, adotou-se a numeração dos blocos de maneira fixa, a representar os 4 cenários. As porcentagens que aparecem nos quadros estão apontadas tendo em conta o universo de deputados de cada bloco de partidos:

**Quadro 3: Bancadas do Bloco 1 de partidos na condição de situação nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e Dispersão na eleição de 2002 – Deputado Estadual:**

	<i>CA</i>	%	<i>CM</i>	%	<i>DM</i>	%	<i>DA</i>	%	<i>TOTAL</i>	%
<b>PFL</b>	2	5,26	2	5,26	6	15,79	6	15,79	16	42,10
<b>PTB</b>	1	2,63	1	2,63	2	5,26	0	--	4	10,53
<b>PPB*</b>	1	2,63	2	5,26	2	5,26	2	5,26	7	18,42
<b>PSD**</b>	1	2,63	1	2,63	0	--	0	--	2	5,26
<b>PRP</b>	0	--	1	2,63	0	--	0	--	1	2,63
<b>PR/PL</b>	0	--	2	5,26	1	2,63	1	2,63	4	10,53
<b>PST***</b>	2	5,26	1	2,63	1	2,63	0	--	4	10,53
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>18,42</b>	<b>10</b>	<b>26,32</b>	<b>12</b>	<b>31,58</b>	<b>9</b>	<b>23,68</b>	<b>38</b>	<b>100</b>

DA: Dispersão Alta; DM: Dispersão Média; CM: Concentração Média; CA: Concentração Alta.

\* O partido viria a se reorganizar como PP posteriormente.

\*\* A partir de 2003 o partido se reorganizou no PTB.

\*\*\* A partir de 2003 o partido passou a se organizar no PL.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

**Quadro 4: Bancadas do Bloco 2, de partidos na condição de situação no plano nacional e oposição no plano local, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão na eleição de 2002 – Deputado Estadual:**

	<i>CA</i>	%	<i>CM</i>	%	<i>DM</i>	%	<i>DA</i>	%	<i>TOTAL</i>	%
<b>PMDB</b>	2	28,57	1	14,29	0	--	0	--	3	42,86
<b>PSDB<sup>11</sup></b>	0	--	1	14,29	1	14,29	1	14,29	3	42,86
<b>PSC</b>	0	--	0	--	1	14,29	0	--	1	14,29
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>28,57</b>	<b>2</b>	<b>28,57</b>	<b>2</b>	<b>28,57</b>	<b>1</b>	<b>14,29</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

DA: Dispersão Alta; DM: Dispersão Média; CM: Concentração Média; CA: Concentração Alta.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>11</sup> Apesar de ser o partido do Presidente da República no ano de 2002 – com candidato a presidente neste pleito – o PSDB na Bahia teve toda a sua trajetória política no campo da oposição ao governo do estado, liderado pela composição carlista, sendo, inclusive, preterido de ter alguma influência na estrutura do governo federal em nível local – que ficava sob coordenação e responsabilidade do grupo liderado por Antonio Carlos Magalhães.

**Quadro 5: Bancada do Bloco 4 de partidos na condição de oposição nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e Dispersão na eleição de 2002 - Deputado Estadual:**

	<i>CA</i>	%	<i>CM</i>	%	<i>DM</i>	%	<i>DA</i>	%	<i>TOTAL</i>	%
<b>PT</b>	6	33,33	4	22,22	0	--	0	--	10	55,56
<b>PDT</b>	2	11,11	0	--	0	--	0	--	2	11,11
<b>PCdoB</b>	2	11,11	0	--	0	--	1	5,55	3	16,67
<b>PSB</b>	1	5,55	1	5,55	0	--	0	--	2	11,11
<b>PPS</b>	1	5,55	0	--	0	--	0	--	1	5,55
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>66,6</b>	<b>5</b>	<b>27,77</b>	<b>0</b>	<b>--</b>	<b>1</b>	<b>5,55</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

DA: Dispersão Alta; DM: Dispersão Média; CM: Concentração Média; CA: Concentração Alta.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De acordo com os quadros, é possível constatar a efetiva presença dos padrões de Dispersão Média e Dispersão Alta nas bancadas dos partidos governistas do período – seja em âmbito nacional e/ou estadual – quando se compara com o quadro dos partidos oposicionistas. Neste pleito, conforme já apontado, o estado da Bahia ainda era governado pelo grupo carlista. Em que pese este grupo enfrentar o período eleitoral em rota de colisão com a composição governista no plano nacional – com o PFL não compondo a chapa majoritária liderada pelo PSDB –, e de já ter perdido os cargos de primeiro escalão do Governo Federal, ainda conservava os cargos federais sediados na Bahia, alguns sabidamente capazes de propiciar bom rendimento eleitoral. Estadualmente, vivia ainda um momento de predominância política, pois embora já houvesse perdido boa parte de seu controle sobre a imprensa local e de sua influência sobre o Poder Judiciário, o grupo controlava a imensa maioria das prefeituras, além de estar à frente do Governo Estadual e deter as maiores bancadas na Câmara e na Assembleia. Assim, o destaque dos padrões de Dispersão Alta e Dispersão Média se dão justamente para o caso do PFL, o partido com mais deputados de redutos nesses padrões – sendo maior a incidência do padrão de Dispersão Alta entre os deputados desse partido, 16% dos 24% de parlamentares do bloco nesse padrão.

Uma observação relacionada a esses partidos se dá para os casos do PST e PSD: formalmente, não compuseram a chapa majoritária liderada por Paulo Souto, do PFL, para o governo do estado em 2002, apesar de serem siglas que davam sustentação ao grupo carlista na Bahia. Essas duas siglas tiveram a maior parte de seus representantes com votação de tipo Concentrada. Apenas um desses parlamentares tem seus votos concentrados na capital do estado: o Deputado Maurício Gonçalves Trindade (PST) obtém mais de 95% do seu desempenho eleitoral na cidade de Salvador. Os outros quatro parlamentares destas siglas com

votação concentrada têm suas bases em redutos de média e pequena dimensão, notadamente em acordo com a sustentação da literatura que aponta para um perfil mais pragmático de estratégia eleitoral.

Dentre os outros representantes desse bloco de partidos que possuem bases eleitorais de padrão concentrado, apenas um tem significativa presença eleitoral na capital: o deputado Márcio Carlos Marinho, do PL, é eleito com mais de 94% de sua votação em Salvador; e os outros com votação de Concentração Alta possuem votação significativa no município de Feira de Santana – segundo maior eleitorado da Bahia.

No bloco de partidos que se encontravam na condição de situação nacional e oposição estadual dois possuem maior relevância, como o PSDB e o PMDB – partidos que possuíam grande presença na Câmara dos Deputados, trajetória protagonista na política baiana, ou, no caso do primeiro, por ser o partido do Presidente da República – e possuem uma variação diferenciada em suas bases: o PMDB com representantes vinculados ao padrão de tipo concentrado, com maior presença do padrão de Concentração Alta; o PSDB com distribuição mais diluída, porém com apenas um representante de votação concentrada (Concentração Média), um representante com votação de Dispersão Média e um parlamentar com votação de Dispersão Alta. Os três deputados do PMDB têm suas bases vinculadas a municípios de pequena dimensão, localizados no interior do estado. Os três do PSDB, tendo votação de tipo disperso, não possuem uma área mais relevante para seus desempenhos eleitorais; mesmo assim, dentre eles, também prevalece a presença mais significativa de municípios de pequena dimensão. Essas visualizações confirmam também uma possível estratégia eleitoral mais pragmática destas agremiações.

Esse grupo de partidos possui cerca de 43% de seus deputados eleitos com votação em padrão Disperso, incidência muito mais significativa aqui do que no bloco de partidos que são oposição nos dois planos – 5,55% –, e menor do que a incidência no bloco daqueles que são governistas também no plano estadual – cerca de 55% –, demonstrando que, possivelmente, a trajetória anterior desses três partidos, somada à condição de serem situação no plano nacional, exerceu um peso maior do que o fato de não participarem da coalizão governista no estado.

O quadro dos partidos oposicionistas apresenta um primeiro dado significativo de nota: dentre os parlamentares dessas siglas – do PT ao PPS – apenas um representante aparece com base eleitoral caracterizada com padrão de votação Disperso. O Deputado Edson Sampaio Pimenta, do PCdoB – conhecido por sua trajetória de militância em entidades de representação dos trabalhadores rurais, como a FETAG –, é eleito com uma distribuição

eleitoral de Dispersão Alta, demonstrando a verdadeira relação entre esse padrão de votação e a presença de redutos em pequenos e médios municípios do interior do estado na votação do parlamentar. Os outros dezessete parlamentares dessas agremiações possuem votação de tipo Concentrado. O principal destaque se dá para o PT: significativamente a maior bancada dentre esses partidos, e com a maior parte de seus deputados com base eleitoral relacionada ao padrão de Concentração Alta – a maior parte destes com bases eleitorais localizados na Região Metropolitana de Salvador.

Ao se agregarem as votações em apenas dois padrões, relacionando com o posicionamento dos partidos em relação aos governos, tem-se a seguinte distribuição:

**Quadro 6: Distribuição dos Deputados Estaduais nos padrões de Concentração/Dispersão relacionados ao posicionamento frente aos governos em 2002:**

	<i>Oposicionistas</i>	<i>%</i>	<i>Governistas</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>
<b>C</b>	17	94,44%	21	46,67%	38
<b>D</b>	1	5,56%	24	53,33%	25
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>100%</b>	<b>45</b>	<b>100%</b>	<b>63</b>

C: Concentrado; D: Disperso.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

É possível observar a presença significativa de parlamentares vinculados a partidos governistas: mais que o dobro dos representantes das siglas de oposição. Dentre eles, predomina o padrão de votação do tipo disperso, mesmo com número significativo de parlamentares com reduto de padrão concentrado – quantidade superior aos representantes que as siglas de oposição possuem neste padrão. Conforme se analisou, porém, a imensa maioria destes representantes está ancorada em municípios com características próximas às de redutos, isto é, municípios de pequena e média dimensão, localizados em regiões do interior da Bahia, mais afastadas da capital e região metropolitana.

Esses dados, portanto, corroboram com a interpretação corrente na literatura acerca da geografia eleitoral, apontando uma clara delimitação entre ser eleito por uma agremiação com trajetória oposicionista e possuir votação de padrão concentrado; por outro lado, ser eleito por um partido de trajetória com participação mais relevante em algum esquema governista e possuir significativa presença de suas bases eleitorais mais vinculadas a municípios de pequena e média dimensão, prováveis redutos, com predominância da votação de padrão disperso. A partir do pleito de 2006 é possível observar uma mudança inicial nessa tendência,

de acordo com os quadros abaixo. Tendência esta que se reconfigura ainda mais no pleito de 2010.

Na eleição de 2002 o PT liderou uma coalizão de partidos que se sagrou vitoriosa no plano nacional. Por outro lado, no plano do estado, a coligação liderada pelo PFL manteve seu controle sobre a máquina governamental. Sendo assim, algumas questões merecem destaque, como é o caso do PMDB, que, apesar de não ter mudado de bloco de partidos, estando na mesma condição, participaria deste leito em outra condição. Em 2006 esse partido participava do governo federal liderado pelo PT, ao contrário da situação anterior, onde participou do processo como situação no governo tucano, em nível nacional; mas continuaria participando do pleito estadual no campo da oposição ao carlismo, porém, agora, numa coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores. O caso do PSDB também é digno de nota: neste pleito o partido participaria como oposição nos dois planos, migrando do bloco 2 para o bloco 4: no plano nacional era oposição ao governo petista; no estado, participou indiretamente da coalizão de forças em oposição ao carlismo, lideradas pela candidatura do PT, embora dividido, tanto em relação aos prefeitos, como em relação aos seus deputados. Além dessas duas siglas, o PTB – antigo partido do núcleo dirigente do carlismo na Bahia também aderiu ao campo liderado pelo PT no nível estadual. Além de outros partidos com trajetória governista, mas agora em outro campo.

**Quadro 7: Bancadas dos partidos do Bloco 1, situação nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão na eleição de 2006 – Deputado Estadual:**

	<i>CA</i>	%	<i>CM</i>	%	<i>DM</i>	%	<i>DA</i>	%	<i>TOTAL</i>	%
<b>PL</b>	1	10%	1	10%	1	10%	2	20%	5	50%
<b>PP</b>	0	--	1	10%	2	20%	2	20%	5	50%
<b>TOTAL</b>	1	10%	2	20%	3	30%	4	40%	10	100%

DA: Dispersão Alta; DM: Dispersão Média; CM: Concentração Média; CA: Concentração Alta.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

**Quadro 8: Bancadas dos partidos do Bloco 2, situação no plano nacional e oposição no plano local, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão na eleição de 2006 – Deputado Estadual:**

	<i>CA</i>	<i>%</i>	<i>CM</i>	<i>%</i>	<i>DM</i>	<i>%</i>	<i>DA</i>	<i>%</i>	<i>TOTAL</i>	<i>%</i>
<b>PT</b>	0	--	4	15,38	4	15,38	2	7,69	10	38,46
<b>PMDB</b>	3	11,54	0	--	3	11,54	0	--	6	23,08
<b>PSB</b>	0	--	1	3,85	0	--	0	--	1	3,85
<b>PDT</b>	1	3,85	2	7,69	0	--	0	--	3	11,54
<b>PCdoB</b>	2	7,69	0	--	0	--	1	3,85	3	11,54
<b>PMN</b>	1	3,85	0	--	0	--	0	--	1	3,85
<b>PRTB</b>	0	--	1	3,85	1	3,85	0	--	2	7,69
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>26,92</b>	<b>8</b>	<b>30,77</b>	<b>8</b>	<b>30,77</b>	<b>3</b>	<b>11,54</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

DA: Dispersão Alta; DM: Dispersão Média; CM: Concentração Média; CA: Concentração Alta.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

**Quadro 9: Bancadas dos partidos do Bloco 3, oposição no plano nacional e situação no plano local, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão na eleição de 2006 – Deputado Estadual:**

	<i>CA</i>	<i>%</i>	<i>CM</i>	<i>%</i>	<i>DM</i>	<i>%</i>	<i>DA</i>	<i>%</i>	<i>TOTAL</i>	<i>%</i>
<b>PFL</b>	1	4,54	4	18,18	8	36,36	3	13,64	16	72,72
<b>PRP</b>	0	--	3	13,64	0	--	0	--	3	13,64
<b>PTdoB</b>	0	--	1	4,54	0	--	0	--	1	4,54
<b>PSL</b>	0	--	1	4,54	0	--	0	--	1	4,54
<b>PTN</b>	1	4,54	0	--	0	--	0	--	1	4,54
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>9,09</b>	<b>9</b>	<b>40,91</b>	<b>8</b>	<b>36,36</b>	<b>3</b>	<b>13,64</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

DA: Dispersão Alta; DM: Dispersão Média; CM: Concentração Média; CA: Concentração Alta.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

**Quadro 10: Bancadas dos partidos do Bloco 4, oposição nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão na eleição de 2006 – Deputado Estadual:**

	<i>CA</i>	<i>%</i>	<i>CM</i>	<i>%</i>	<i>DM</i>	<i>%</i>	<i>DA</i>	<i>%</i>	<i>TOTAL</i>	<i>%</i>
<b>PSDB</b>	1	20%	0	--	0	--	2	40%	3	60%
<b>PSC</b>	0	--	1	20%	1	20%	0	--	2	40%
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>20%</b>	<b>1</b>	<b>20%</b>	<b>1</b>	<b>20%</b>	<b>2</b>	<b>40%</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>

DA: Dispersão Alta; DM: Dispersão Média; CM: Concentração Média; CA: Concentração Alta.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

É possível observar que os partidos do bloco 2 – situação/oposição – reúnem o maior número de parlamentares eleitos com padrão de votação de Concentração Alta: dos onze (11) representantes eleitos nesse padrão, dentre todos os blocos de partidos, sete (7) estão nesse bloco; e oito (8) parlamentares possuem padrão de votação de Concentração Média, sendo, junto com o de Dispersão Média, os de maior predominância nas bases eleitorais desses partidos na eleição de 2006. Apesar de não serem todos os partidos desse bloco em 2006 os

mesmos que estavam em 2002, a maior parte deles vieram de trajetória oposicionista no período imediatamente anterior. Portanto, o dado mais significativo de nota em relação aos padrões de votação dos deputados desse bloco é a acentuada ampliação da incidência do padrão Disperso entre esses parlamentares: em 2002 somente 1 deputado obteve votação nesse padrão; em 2006 esse número salta para 11 deputados com padrão de votação Disperso. Esse novo elemento pode sugerir um efetivo peso do reposicionamento nacional sobre os desempenhos eleitorais dos partidos no plano proporcional no estado.

Outro dado significativo refere-se ao PT: neste pleito de 2006 o partido não elegeu nenhum representante com padrão de votação de Concentração Alta, ao contrário do desempenho no pleito anterior, quando mais da metade de seus parlamentares foram eleitos dentro desse padrão. Quatro de seus parlamentares estão vinculados a bases eleitorais em que a votação se deu no padrão de Concentração Média. Por outro lado, outros quatro parlamentares desse partido foram eleitos com padrão de votação de Dispersão Média, indicando uma radical mudança no padrão de votação do partido, tornando o padrão Disperso o de maior predominância nas votações de seus parlamentares – conforme já observado na seção anterior. O PSB e o PDT passam a ter seus parlamentares com bases assentadas no padrão de Concentração Média, também indicando uma variação na tendência de suas votações, no sentido de reduzir a concentração.

Dentre os parlamentares dos partidos do bloco 1 – situação nos dois planos – há uma incidência significativa do padrão de votação de Dispersão Alta: 40% dos representantes dessas siglas se encontram nesse tipo de base eleitoral. Se a esses forem somados os parlamentares com padrão de votação de Média Dispersão, 70% desses possuem votação de padrão Disperso. O quadro 9, referente ao bloco de partidos do bloco 3 – oposição/situação –, apresenta uma distribuição bastante equilibrada: 50% dos parlamentares desse bloco possuem votação Dispersa e outros 50% Concentrada. Porém, o padrão de maior incidência nesse campo deixa de ser o de Dispersão Média passando ao de Concentração Média, podendo sugerir uma tendência à Concentração da votação desses partidos, a partir dos reposicionamentos. A presença relevante de parlamentares dos partidos desses dois blocos com votação significativa no padrão Disperso (70% no bloco 1, e 50% no 3), tendo em vista que, nos dois casos, os partidos possuem uma trajetória mais relevante de participação em governos, ainda está em consonância com o que sustenta a literatura, para a qual esses deputados possuem bases em municípios de pequena e média dimensão, onde concentram parcela significativa de seus votos.

Chama a atenção no bloco 3 a significativa diminuição do número de parlamentares com padrão de votação de Alta Concentração e com padrão de Alta Dispersão: eram 7 deputados com padrão C.A. em 2002 e passou a apenas dois em 2006; eram 9 deputados D.A. em 2002 e passou a 3 em 2006. Mesmo assim, é preciso registrar que houveram algumas mudanças na composição dos campos em 2006.

Seria preciso explorar esse estudo em outros direcionamentos para explicar as razões pela não reeleição de alguns parlamentares com padrão de votação de Concentração Alta. Cabe mencionar alguns aspectos: dos dois parlamentares do PMDB eleitos em 2002 com esse padrão de votação um não se reelegeu ou não se candidatou; o outro foi reeleito por outra legenda, o PL, continuando, portanto, no campo governista nos dois planos. Dos outros parlamentares do bloco 3, apenas um é reeleito, outros cinco não se reelegem ou não se candidatam, e somente um deles é eleito deputado federal – uma das possibilidades de progressão na carreira política, a qual visa, prioritariamente, a ocupação de postos no executivo, fazendo dos mandatos uma espécie de “trampolim” para conseguir cargos de maior prestígio, conforme aponta Samuels (2003, apud SANCHES FILHO e BORGES, 2012), para o qual a busca da reeleição não é a única, nem a mais importante motivação dos parlamentares.

Dos dois deputados do bloco da situação estadual (bloco 3) com padrão de votação de Concentração Alta em 2006, portanto, apenas um é parlamentar reeleito: Tarcízio Suzart Pimenta Junior, neste pleito eleito pelo PFL; em 2002 esse parlamentar havia sido eleito pelo PTB, porém, compondo o mesmo campo político carlista. O outro parlamentar com padrão de votação de alta concentração eleito nesse campo político é eleito pela primeira vez. Conforme verificado, entre os sete deputados com esse padrão de votação em 2002, nesse campo, somente um foi reeleito, o já citado Tarcízio Suzart Pimenta (PFL).

Cabe ainda registrar que dois dos deputados estaduais eleitos na coalizão de partidos liderados pelo PFL na eleição de 2006, João Carlos Bacelar Batista, pelo PTN, e Ivo de Assis Rodrigues, pelo PL, são parlamentares com mais da metade de seus votos concentrados na capital do estado, Salvador. E um terceiro dentre esses, o deputado Tarcízio Suzart Pimenta (PFL), possui base eleitoral concentrada em Feira de Santana, segundo maior colégio eleitoral do estado. Esse registro mantém diálogo com o que aponta a literatura acerca das bases eleitorais dos deputados com padrão concentrado de votação estarem, em grande parte, vinculadas a grandes municípios – salvos os casos em que o parlamentar possui padrão de votação *Dominante*, o qual será analisado em outro capítulo.

Estabelecendo o mesmo raciocínio feito na análise dessas distribuições para o pleito de 2002, e agregando os dados em apenas dois padrões, relacionando com o posicionamento dos partidos – agora somente em relação ao plano estadual –, chega-se ao quadro a seguir:

**Quadro 11: Distribuição dos Deputados Estaduais em relação aos posicionamentos frente ao Governo Estadual nos padrões de Concentração/Dispersão em 2006:**

	<i>Oposicionistas (BA)</i>	<i>%</i>	<i>Governistas (BA)</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
<b>C</b>	17	54,84%	14	43,75%	31	49,20%
<b>D</b>	14	45,16%	18	56,25%	32	50,80%
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>	<b>63</b>	<b>100%</b>

C: Concentrado; D: Disperso.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do TSE.

A presença de deputados vinculados às agremiações do campo governista em nível estadual permanece maior, porém, dessa vez mais equilibrada: apenas 1 parlamentar a mais é eleito nesse campo – o que pode demonstrar que, para o caso do parlamento estadual, o poder de atração do governo do estado é mais determinante que o executivo federal. Esse dado estaria em consonância com o que se apontou acerca da literatura que analisa as relações Executivo-Legislativo no Brasil. Em que pese os estudos nessa área serem ainda pouco exaustivos para a realidade subnacional, o diagnóstico mais comum é o de que é racional para um parlamentar procurar manter-se na condição de aliado ao governo, já que teria mais facilidade de acesso às políticas públicas, recursos e cargos que contribuem para seu sucesso eleitoral, tal como afirmam Figueiredo e Limongi (2001).

Apesar disso, o crescimento do número de representantes do campo oposicionista frente ao pleito de 2002 é um dado mais significativo, pois elegeram 18 parlamentares naquele pleito, chegando, em 2006, a 31 deputados – desempenho que também pode estar relacionado com a possibilidade de articulação desses partidos com recursos políticos disponibilizados pelo Governo Federal, dado que a maior parte deles participava do campo governista nacional. Analisando os padrões de votação é possível verificar mudanças importantes para os parlamentares do campo oposicionista estadual: é significativa a presença de representantes desses partidos com votação de tipo Disperso, em comparação com o pleito de 2002: 14, dos 31 eleitos, possuem bases eleitorais nesse padrão, mantendo, porém, o número de parlamentares com padrão de votação Concentrado do pleito anterior, 17 deputados. Também se demonstra pela agregação dos dados a tendência à dispersão dos votos dessas agremiações, quando se compara com o desempenho de 2002.

Os representantes dos partidos governistas no plano local alteraram pouco sua presença nos padrões disperso e concentrado, em que pese ter que considerar a redução da bancada desses partidos. A diferença em termos percentuais entre os dois anos sugere uma pequena ampliação do padrão Disperso nas votações desses parlamentares: em 2002 cerca de 53% dos deputados governistas foram eleitos com esse padrão de votação; em 2006 esse padrão representou cerca de 56%, mantendo-se, portanto, como o padrão mais predominante. No caso dos opositoristas, esse dado é mais significativo de nota: 94% dos deputados desse campo foram eleitos com padrão de votação Concentrada em 2002; em 2006, mesmo mantendo esse padrão como mais predominante entre as votações desses deputados, esse índice reduziu para 55% dos seus deputados eleitos, confirmando a acentuada incidência do padrão Disperso nas votações desses parlamentares – saindo de 6% desses em 2002 para chegar em 45% em 2006.

Em 2010 novos cenários se apresentam para o processo eleitoral, desdobramentos do pleito anterior que reposicionou os partidos em relação aos governos. Essas novas situações são apresentadas nos quadros a seguir:

**Quadro 12: Bancadas dos partidos do Bloco 1, situação nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e de Dispersão, na eleição de 2010 – Deputado Estadual:**

	<i>CA</i>	%	<i>CM</i>	%	<i>DM</i>	%	<i>DA</i>	%	<i>TOTAL</i>	%
<b>PT</b>	1	3,03	6	18,18	0	--	6	18,18	13	39,39
<b>PDT</b>	0	--	0	--	2	6,06	3	9,09	5	15,15
<b>PCdoB</b>	0	--	2	6,06	1	3,03	0	--	3	9,09
<b>PSB</b>	0	--	0	--	2	6,06	0	--	2	6,06
<b>PP</b>	0	--	0	--	2	6,06	4	12,12	6	18,18
<b>PSL</b>	1	3,03	0	--	0	--	1	3,03	2	6,06
<b>PRB</b>	1	3,03	0	--	1	3,03	0	--	2	6,06
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>9,09</b>	<b>8</b>	<b>24,24</b>	<b>8</b>	<b>24,24</b>	<b>14</b>	<b>42,42</b>	<b>33</b>	<b>100</b>

DA: Dispersão Alta; DM: Dispersão Média; CM: Concentração Média; CA: Concentração Alta.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do TSE.

**Quadro 13: Bancadas dos partidos do Bloco 2, situação nacional e oposição local, de acordo com os padrões de Concentração e Dispersão, na eleição de 2010 – Deputado Estadual:**

	<i>CA</i>	%	<i>CM</i>	%	<i>DM</i>	%	<i>DA</i>	%	<i>TOTAL</i>	%
<b>PMDB</b>	3	15%	0	--	0	--	3	15%	6	30%
<b>PR/PL</b>	0	--	3	15%	0	--	1	5%	4	20%
<b>PTN</b>	2	10%	1	5%	0	--	0	--	3	15%
<b>PSC</b>	2	10%	1	5%	1	5%	1	5%	5	5%
<b>PRP</b>	0	--	0	--	1	5%	1	5%	2	10%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3,5%</b>	<b>5</b>	<b>25%</b>	<b>2</b>	<b>10%</b>	<b>6</b>	<b>30%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

DA: Dispersão Alta; DM: Dispersão Média; CM: Concentração Média; CA: Concentração Alta.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do TSE.

**Quadro 14: Bancadas dos partidos do Bloco 4, oposição nos dois planos, de acordo com os padrões de Concentração e Dispersão, na eleição de 2010 – Deputado Estadual:**

	<i>CA</i>	%	<i>CM</i>	%	<i>DM</i>	%	<i>DA</i>	%	<i>TOTAL</i>	%
<b>DEM</b>	0	--	1	10%	2	20%	2	20%	5	50%
<b>PSDB</b>	0	--	2	20%	0	--	0	--	2	20%
<b>PV</b>	1	10%	0	--	0	--	0	--	1	10%
<b>PTdoB</b>	1	10%	1	10%	0	--	0	--	2	20%
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>20%</b>	<b>4</b>	<b>40%</b>	<b>2</b>	<b>20%</b>	<b>2</b>	<b>20%</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>

DA: Dispersão Alta; DM: Dispersão Média; CM: Concentração Média; CA: Concentração Alta.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do TSE.

Dentre os partidos do primeiro bloco, apenas 3 parlamentares tiveram suas bases eleitorais com padrão de Concentração Alta: um deles no PT, outro no PSL e outro no PRB – os dois participando da coligação liderada pelo PT neste pleito. Um dado relevante é que o PDT e o PSB, que tiveram seus parlamentares todos eleitos com padrão de votação Concentrado nos pleitos anteriores, nesta eleição tiveram seus deputados todos localizados no padrão de votação Disperso. O PCdoB não elege nenhum parlamentar com padrão de Concentração Alta dos votos, mas mantém dois deles – o partido elegeu três parlamentares novamente – com votação de Concentração Média. Portanto, dentre esses partidos com votação nesse padrão, dois parlamentares têm suas bases eleitorais na capital do estado. São eles, Deraldo Damasceno, do PSL, com mais de 86% de seus votos concentrados em Salvador; e Sidelvan Nóbrega, do PRB, com quase 70% dos votos concentrados também na capital.

Dentre os partidos desse bloco que vieram de trajetória oposicionista anterior a 2002, apenas o PT e o PDT viram suas bancadas crescerem do pleito de 2006 para o de 2010: o PT elegeu treze parlamentares e o PDT elegeu cinco, dois a mais que o pleito anterior. Seis

parlamentares do PT foram eleitos com padrão de votação de Concentração Média; outros seis, com padrão de Dispersão Alta, ampliando significativamente o número de parlamentares eleitos com esse padrão de votação. Isso pode sugerir uma ampliação das áreas que passaram a ser alcançadas pelo partido, alterando, portanto, as tradicionais bases eleitorais que sustentavam eleitoralmente seus representantes. Fazendo um paralelo com a eleição de governador, os parlamentares do PT podem ter acompanhado a distribuição geográfica dos votos de seu candidato ao governo, tendo mais predominância em municípios menores e de menor desenvolvimento. O PDT tem um “puxador de voto” importante nesse pleito: o deputado José Marcelo Nilo pertencia ao PSDB, migrando para o PDT durante o mandato do Governador Wagner. Nesse período, passa dois mandatos como Presidente da Assembleia Legislativa, e é o candidato mais bem votado na eleição de 2010, ampliando, assim, o quociente eleitoral da legenda, favorecendo a ampliação de sua representação naquela casa.

Os partidos do bloco 2 (situação/oposição), com trajetória mais significativa de participação em alguma esfera de governo no período anterior a 2002, elegem o maior número de parlamentares com padrão de votação de Alta Concentração, diferente dos anos anteriores: em 2002 eram os oposicionistas; em 2006, eram os oposicionistas no plano estadual.

O PMDB elege três parlamentares com padrão de votação de Concentração Alta, mantendo o mesmo desempenho em relação ao pleito anterior. Mas, mesmo mantendo três parlamentares com votação dispersa, a dispersão foi maior que o pleito anterior, quando metade de sua bancada era de Dispersão Média e passou a ser de Dispersão Alta. Esse dado pode estar relacionado com a ampliação do número de prefeituras do partido, que contribuíram para ampliar a distribuição territorial de sua votação pelo estado, mesmo não contando com o apoio da máquina de governo estadual. O fato de permanecer na coalizão governista nacional, com seu candidato ao governo tendo ocupado importantes cargos no Governo Federal, contribui para a manutenção dessas bases eleitorais com o partido.

Os partidos do bloco 4 (oposição nos dois planos) tiveram um desempenho diferenciado frente aos pleitos anteriores, com destaque para o DEM. Esse partido viu sua presença na ALBA ser amplamente reduzida, saindo de dezesseis eleitos em 2006 para somente cinco em 2010. Outro destaque, no entanto, se dá pela manutenção do padrão de votação dispersa de sua bancada, não procedendo a ideia de que, por participar do processo como oposição nos dois planos a votação de seus parlamentares passaria a se afirmar como predominantemente Concentrada. Uma afirmação mais completa desse dado, porém, precisará considerar a votação global do partido para deputado estadual entre os municípios baianos,

para confirmar a manutenção do padrão Disperso como predominante, ou a tendência a uma concentração de seu eleitorado.

Já o PSDB reduziu somente um deputado neste pleito, porém, sua bancada eleita obteve um padrão de votação diferente do pleito anterior: os dois eleitos em 2010 tiveram votação de Média Concentração, quando no anterior havia predominado o padrão de Alta Dispersão. Apesar disso, tanto em 2006, quanto em 2010, o eleitorado dos representantes desse partido esteve mais vinculado a pequenos ou médios municípios, não tendo desempenho significativo em cidades mais desenvolvidas ou de grande concentração populacional.

Em 2010 o cenário eleitoral é marcado por mudanças importantes no contexto político no estado. Com a vitória de Jaques Wagner para o Governo do Estado em 2006, em aliança com o PMDB, há um importante deslocamento de forças no poder. O então PFL passa a sofrer um processo intenso de debandada de antigas lideranças e prefeitos, perdendo grande capilaridade em variadas regiões do interior, tradicionais redutos do carlismo – o que explica a perda acentuada de deputados em 2010. Os partidos que compunham a chapa vitoriosa em 2006 foram beneficiados por esse processo, com destaque para o PMDB, sigla que mais recebeu prefeitos migrantes no período. Com isso, novos cenários são testados já em 2008, ano de eleição municipal. Neste pleito o PMDB sagra-se como partido mais vitorioso nas urnas, fazendo o maior número de prefeitos no estado, além de reeleger o prefeito da capital, Salvador. Sem dúvida, iria com mais força para a disputa eleitoral de 2010.

Acontece que este pleito de 2008 promove um rompimento da aliança que unificava o PT e o PMDB, colocando-os em palanques opostos na eleição de 2010. O PT continuava liderando um campo político mais amplo, contando com antigos partidos e lideranças do próprio carlismo como aliados; o PMDB entra na disputa também liderando uma ampla chapa de partidos, reunindo desde lideranças rompidas com o carlismo, passando por partidos “nanicos”, até agremiações que tiveram trajetória de oposição ao carlismo, mas não se aliaram ao PT em 2010. Na outra ponta, o antigo PFL, atual DEM, lança uma chapa mais estreita, com praticamente a mesma composição nacional – DEM/PSDB –, porém com a candidatura do DEM, novamente com Paulo Souto, para o governo.

Dessa forma, o PT e o conjunto de partidos da coalizão, participam do processo com a “vantagem” de estar no governo, concorrendo, portanto, à reeleição. Além disso, nacionalmente, contava com o cenário favorável dos altos índices de popularidade do governo federal e, principalmente, do então presidente Lula, principal cabo eleitoral do partido.

A eleição de 2010 apresenta uma particularidade importante: além do PT, outros partidos que vieram de uma trajetória oposicionista anterior a 2002, participaram pela primeira vez de uma eleição como governista em dois planos: o governo estadual e o governo federal. Além disso, o PFL, agora DEM, participaria pela primeira vez – desde a redemocratização – de uma eleição como partido oposicionista nos dois planos; também o PSDB participaria como oposicionista nos dois planos (embora não pela primeira vez), desta vez aliado ao PFL/DEM – portanto, esses partidos não poderiam contar com a mobilização de recursos governistas em suas campanhas – condição que repercutiu mais sobre o DEM do que sobre o PSDB, que perdeu somente 33% de sua bancada anterior; o PFL/DEM perdeu 56%. Outro grupo de partidos com trajetória de maior participação em governos anterior a 2002 continuaram governistas em 2010. Dentre esses partidos, apenas três elegeram parlamentares à ALBA – o PRB, o PP e o PSL – somando um total de dez deputados.

Seis partidos da coligação liderada pelo PMDB elege representantes ao parlamento estadual, contabilizando um total de vinte e dois parlamentares. Alguns parlamentares dessas siglas viriam a fazer parte do bloco de parlamentares governistas durante o mandato, assim como participaram do governo no mandato anterior (2007-2010). Além disso, uma parte desses partidos estavam na base do Governo Federal, como é o caso do PMDB – participando com o candidato a Vice-Presidente da República na chapa liderada por Dilma Rousseff.

A considerar os três partidos mais relevantes para a análise dessa dissertação, pode-se perceber, a partir da análise dos três pleitos – tendo 2010 consolidado todos os cenários de reposicionamentos partidários frente aos planos de governo – pode-se perceber que o PT foi o partido no qual os reposicionamentos mais impactaram sobre as bases eleitorais de seus parlamentares, na medida em que migra da condição de exclusividade do padrão Concentrado em 2002, para uma predominância do padrão Disperso em 2006, chegando, em 2010, a uma incidência equilibrada dos dois padrões, com leve predominância do padrão Concentrado. No PMDB ocorreram modificações, porém, menos significativas que o PT e não se pode afirmar que estariam relacionadas ao posicionamento frente aos governos: em 2002 seus três parlamentares são eleitos no padrão Concentrado de votação; em 2006 amplia para 6 parlamentares, com presença de 50% deles em cada um dos padrões, o mesmo que 2010. Apesar disso, o posicionamento desse partido foi o mesmo nos três pleitos: situação no plano nacional, mesmo em distintos governos, e oposição no plano local. Já no caso do PFL/DEM, pode-se constatar que o reposicionamento frente aos governos não operou significativa mudança no padrão de maior predominância das votações de seus parlamentares: em 2002, 75% de seus parlamentares tiveram padrão de votação Disperso; em 2006 esse padrão

representa 69% de seus deputados; e em 2010, com vertiginosa diminuição do número de parlamentares, 4 parlamentares, dentre os cinco eleitos pelo partido, tiveram votação de padrão Disperso. Portanto, nesse caso, mesmo com reposicionamento completo, não se verificou alteração significativa de seu padrão de votação característico.

### ***2.2.2 Distribuição das votações do PT, PFL/DEM e PMDB nos municípios da Bahia e correlação com indicadores sociais***

Visando observar em que medida esses efeitos relacionados à ampliação da dispersão entre as votações dos deputados estaduais atingiu a distribuição territorial das votações dos partidos, a seguir verifica-se a correlação entre as votações agregadas dos partidos e indicadores sociais reunidos no IDH, para perceber se há uma alteração do perfil de suas bases eleitorais na medida em que se reposicionam em relação aos governos – ou seja, para além da percepção de que houve uma significativa mudança do padrão de suas votações, entre disperso e concentrado; saber se configurou-se uma mudança nas características dessas bases eleitorais.

Para o procedimento de análise da correlação dos votos dos partidos políticos com indicadores sociais, foram estabelecidas algumas escolhas: primeiro, em termos de indicador social optou-se pelo IDH, já que reúne informações de três diferentes indicadores: escolaridade, renda – através do PIB *per capita* – e longevidade – medida através da expectativa de vida ao nascer. Considera-se a reunião desses três tipos de indicadores suficiente para dar conta da percepção do perfil dos municípios baianos, além de ser índice amplamente utilizado em pesquisas desse tipo.

A segunda opção diz respeito aos partidos políticos escolhidos para essa análise. A princípio, idealizou-se fazer com todos os partidos com representação na ALBA, nos três pleitos elencados. Mas para os parâmetros demonstrativos e explicativos dessa pesquisa, a reunião dos três principais partidos – por suas trajetórias na Bahia – seria suficiente para se visualizar em que medida os reposicionamentos frente aos governos operaram alguma mudança substancial no perfil de suas bases eleitorais. Os partidos são o PT, o PMDB e o PFL/DEM, os quais participaram dos três pleitos eleitorais em distintas posições: o primeiro na oposição federal e estadual em 2002, na situação federal e oposição estadual em 2006, e na situação, em ambos os níveis federativos, em 2010; o segundo partido na situação no plano federal e oposição no Estado, nos três pleitos; e o terceiro, sempre na posição inversa à do PT,

como situação nos dois níveis em 2002, oposição nacional e situação estadual em 2006, e oposição nos dois planos federativos em 2010.

O quadro a seguir permite visualizar melhor esses alinhamentos:

**Quadro 15: Principais partidos atuantes na Bahia, segundo posição no espectro governo/oposição, a nível nacional e estadual, em momentos eleitorais, de 2002 a 2010:**

		PFL/DEM			PMDB			PT		
		2002	2006	2010	2002	2006	2010	2002	2006	2010
SITUAÇÃO	NAC.	X			X	X	X		X	X
	EST.	X	X							X
OPOSIÇÃO	NAC.		X	X				X		
	EST.			X	X	X	X	X	X	

É possível observar que o posicionamento dos três partidos no período se manifesta de maneira similar: PFL/DEM e PT invertendo posições a cada eleição, e PMDB mantendo o mesmo alinhamento político, em distintos contextos. Essa condição do PMDB, mantendo uma constância nos seus posicionamentos no espectro governo/oposição, o levava a aproximações diferenciadas com os outros dois partidos no período: como já observado anteriormente, em 2002 esse partido participava do Governo Federal, e compôs a chapa liderada pelo PSDB; na Bahia, vinha de um período de crise com o campo carlista, mesmo mantendo boas relações com a facção do PFL nesse grupo, mais ligada, então, ao candidato a Governador, Paulo Souto; mesmo assim, mais significativa era sua oposição frontal à liderança pessoal de ACM, tornando o PMDB o partido mais importante (ao lado do PDT) do núcleo de oposição de “centro” ao carlismo. Em 2006, tendo participado na metade final do mandato do Presidente Lula, do Governo Federal, viria disputar a eleição como situação em nível nacional – mesmo esse apoio não sendo “formalizado” na coligação de partidos, dada a regra da verticalização imposta pelo TSE<sup>12</sup>, e a prioridade do partido pela arena estadual, nos estados onde tinha a possibilidade de eleger o Governador<sup>13</sup>, pelo “aninhamento dos jogos”, como aponta Melo

<sup>12</sup> Nesta eleição era vigente a regra do verticalismo no pleito majoritário, onde os partidos que se coligassem no plano nacional deveriam reproduzir as coligações nos estados.

<sup>13</sup> A arena estadual era a de maior prioridade para o PMDB pela dificuldade em atender os interesses das diversas elites regionais do partido – que possuem grande poder interno na legenda.

(2010b); na Bahia viria a unificar as oposições ao carlismo na chapa liderada pelo PT, participando com o candidato a Vice-Governador e contribuindo decisivamente para a vitória desse campo neste pleito – derrotando o candidato governista, Paulo Souto do PFL. E em 2010, mantém a condição de situação no plano nacional – dessa vez compondo a chapa, com a candidatura à Vice-Presidente –, tendo rompido com o Governo do Estado e lançando candidatura de oposição na Bahia – afastando-se, portanto, do PT.

PT e PFL/DEM, durante todo esse período, estiveram liderando e/ou participando de campos inversos nos dois níveis Federativos: PT liderando as oposições nacional e estadual em 2002; liderando a oposição estadual e o Governo Federal em 2006; e liderando os governos, nos dois níveis, em 2010. O PFL/DEM liderando o Governo do Estado em 2002 e 2006, e participando do Governo Federal até o pleito de 2002; liderando um campo da oposição estadual e participando do campo oposicionista nacional liderado pelo PSDB em 2010.

Essa trajetória dos três partidos relevantes no histórico da competição política na Bahia – analisada no capítulo 1 dessa dissertação – deságua na disputa entre os três para o Governo do Estado em 2010, sendo, portanto, mais um elemento que contribui para reforçar a opção feita pelo pesquisador.

Outra opção aqui estabelecida diz respeito ao método de identificação da correlação entre esses indicadores. O método escolhido foi pelo simples cálculo do Coeficiente de correlação de *Pearson*, já que não se procurou identificar que indicadores poderiam ser explicativos em relação a uma ou outra variável, mas sim, perceber em que perfil de municípios, em termos de IDH, se localizam o eleitorado dos partidos selecionados. Nesse caso, portanto, a variável dependente na análise dos dados é a votação agregada (nominal + voto em legenda) dos partidos no município, que irá variar de acordo com o IDH municipal.

Como se tratam de variáveis numéricas de diferentes proporções, o IDH sendo variável contínua e a votação sendo variável discreta, estabeleceu-se a transformação da votação dos partidos nos municípios em variável contínua, sobre a proporção dos votos válidos, convertendo-os ao mesmo indicador em que se observa a variação do IDH, ou seja, de 0 a 1, onde 0 significa muito baixo e 1 muito alto. A conversão desses valores, portanto, é necessária para o manuseio do cálculo de correlação de *Pearson*, onde se medirá o grau da correlação, e a direção dessa correlação – se positiva, ou negativa – entre as duas variáveis. Assim, os valores de “*p*” de *Pearson* pertencem ao intervalo entre -1 e 1, onde  $p = 1$  significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis – ou seja, aumentando uma, aumenta a outra;  $p = -1$ , significa uma correlação perfeita negativa entre as duas variáveis – isto é, se

uma aumenta, a outra sempre diminui;  $p = 0$  significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra.

No procedimento adotado nessa pesquisa não serão utilizados os intervalos de correlação, já que foi percebida uma proximidade significativa dos índices das votações. Como se busca apenas verificar em que medida as votações desses três partidos estão mais ou menos correlacionadas ao IDH dos municípios, basta a identificação dessas tendências de correlação a partir da direção dessa correlação – se negativa, ou positiva.

Operacionalizando o manuseio desse cálculo obteve-se o seguinte resultado:

**Quadro 16: Correlações para as votações do PT, PMDB e PFL/DEM por município com o IDH dos municípios da Bahia na eleições de 2002, 2006 e 2010:**

<b>Partido/Ano</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>PT</b>	0,381	0,195	0,066
<b>PMDB</b>	0,01	0,049	0,015
<b>PFL/DEM</b>	-0,247	-0,18	-0,061

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no site do IPEADATA ([www.ipeadata.com.br](http://www.ipeadata.com.br)).

Observando o quadro é possível confirmar alguns movimentos percebidos anteriormente. A primeira confirmação que se tem é acerca da tendência à dispersão dos votos para deputado estadual na Bahia, na medida em que ocorrem os reposicionamentos frente aos governos. Isso se confirma quando se observa duas tendências paralelas: à medida em que assume posições de governo, a correlação positiva da votação do PT com o IDH dos municípios vai reduzindo, ou seja, o partido passa a ter desempenho cada vez maior em municípios de menor IDH, e/ou votação menor em alguns municípios de maior IDH. A tendência inversa se aplica ao caso do PFL/DEM: o partido possui votação negativamente correlacionada com o IDH dos municípios da Bahia nos três pleitos; porém, essa correlação diminui quando o partido passa ao campo da oposição aos governos.

Além da inversão no sentido das trajetórias dos dois partidos cabe registrar que as intensidades e ritmos dos dois movimentos são diferentes: o movimento do PT, de uma correlação mais positiva para uma menos positiva, é um pouco mais intenso no conjunto do período (82,7%, no acumulado) e gradualmente crescente – entre 2006 e 2010 a queda é um pouco mais intensa do que a que ocorrera entre 2002 e 2006; já o movimento do PFL/DEM, de uma correlação mais negativa para uma menos negativa, é um pouco menos intenso

(75,3% no acumulado), mas começa suave (entre 2002 e 2006) para se intensificar abruptamente entre 2006 e 2010. Resumindo: no conjunto do período, a penetração do PT em municípios de baixo IDH é um pouco mais intensa do que a do PFL/DEM nos de IDH mais alto, porém, ela se dá de modo mais gradual, ao longo do período, enquanto o PFL/DEM penetra nos grandes centros mais intensamente só a partir de 2006.

O PMDB possui um padrão de correlação de sua votação relativamente estável, levemente positiva frente ao IDH dos municípios baianos. Em que pese esse equilíbrio, a oscilação não se processou da mesma maneira que os outros dois partidos: de 2002 para 2006 a correlação oscila positivamente, e de 2006 para 2010 a oscilação aparece retomando um patamar próximo ao de 2002. Nesses três pleitos o partido esteve numa condição estável em relação aos governos, embora oscilasse nas alianças partidárias: participou da chapa governista no plano federal em 2002 sendo oposição ao campo governista na Bahia. Fez oposição por curto período ao governo do PT no plano federal, para participar, informalmente, do campo governista em 2006. Neste mesmo ano, participou da chapa oposicionista na Bahia liderada pelo PT local, vitoriosa nas urnas. Porém, rompe com o campo governista durante o mandato e participa das eleições em 2010 como situação no plano nacional, mas lança candidatura própria ao governo do estado.

Para obtermos uma visualização da distribuição territorial das votações agregadas desses três partidos entre os municípios da Bahia, segue abaixo seis cartogramas extraídos do site do IpeaData, constando essa distribuição das votações nas eleições de 2002 e 2006. O site não disponibiliza o cartograma com a distribuição das votações para o pleito de 2010. Nesses cartogramas, as gradações de cor representam as votações dos partidos em números absolutos, entre os municípios da Bahia, conforme se verá.

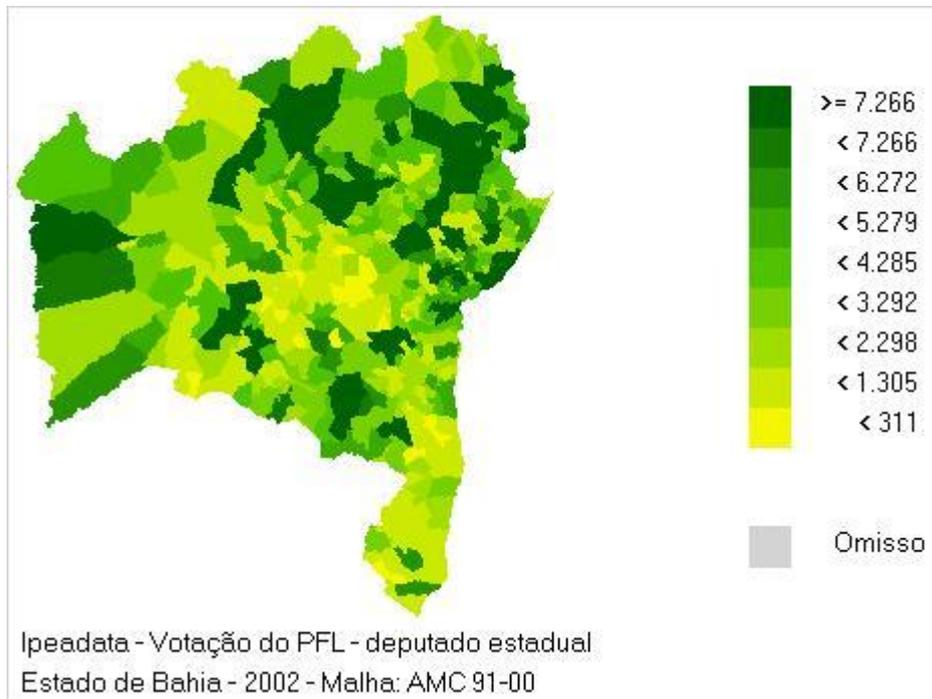
Além disso, para melhor visualizar a análise do desempenho eleitoral dos partidos em cada eleição, serão apresentadas quadros sistematizando esses dados, para depois compará-los.

**Quadro 17: Votação do PFL para Deputado Estadual, nas eleições de 2002 a 2010:**

<b>Ano</b>	<b>Votação</b>
<b>2002</b>	1.404.083
<b>2006</b>	1.661.184
<b>2010</b>	437.927

Dados eleitorais agregados dos partidos obtidos junto ao site do Ipeadata ([ipeadata.gov.br](http://ipeadata.gov.br)).

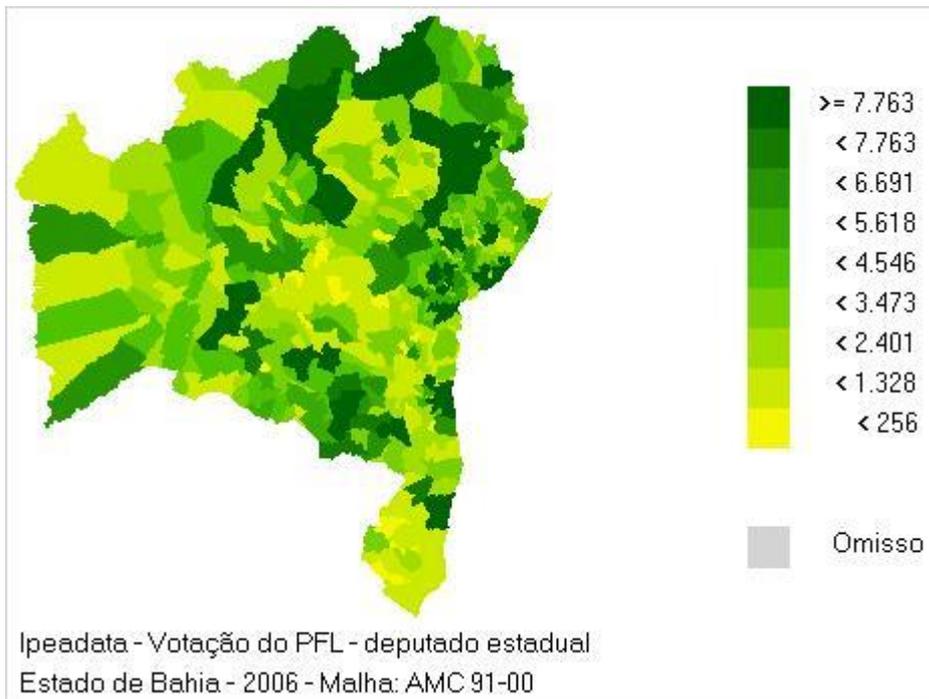
**Figura 1: Cartograma - Votação do PFL para Deputado Estadual da Bahia em 2002:**



Fonte: IPEADATA.

O mapa confirma a significativa dispersão da votação do PFL entre os municípios da Bahia no ano de 2002, conforme discutido anteriormente. As regiões onde o partido mais concentra seus votos aparecem em pontos distantes no mapa, sugerindo que sua capilaridade eleitoral alcançava redutos espalhados por todo o estado. Os vinte municípios em que o partido alcançou maior quantidade de votos, somados, representam pouco mais que 25% do total da votação do partido naquele pleito, confirmando também a elevada dispersão eleitoral da sigla. Desses vinte, sete estão entre os vinte municípios da Bahia com maior IDH; e cinco possuem população superior a cem mil habitantes: Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Barreiras e Vitória da Conquista.

**Figura 2: Cartograma - Votação do PFL para Deputado Estadual da Bahia em 2006:**



Fonte: IPEADATA.

Em 2006 a votação do PFL amplia pouco mais de 250 mil votos entre os municípios baianos, na disputa para deputado estadual. Em certa medida, esse desempenho acompanha o crescimento do partido na votação para governador, onde, apesar da derrota para a chapa liderada pelo PT, o candidato Paulo Souto obteve votação superior à dele mesmo em 2002 – à qual venceu o pleito. Essa análise aparece no estudo de Dantas Neto (2010), onde o autor cita a informação de que a votação do carlismo nunca teria superado um terço do eleitorado da Bahia (DANTAS NETO, 2010, p. 08). Essa ampliação de seu eleitorado em 2006 estava relacionada com a alienação eleitoral (abstenção + votos nulos e brancos) no estado, acima da média nacional, que fazia com que as votações entre os pleitos pudessem variar positivamente para os dois partidos, independentemente de sair vitorioso nas urnas.

Ainda neste pleito, os vinte municípios nos quais o PFL obteve mais votos passaram a representar pouco mais de 31% do total de sua votação, ampliando levemente a concentração eleitoral do partido. Também amplia para oito a presença de seu eleitorado entre os municípios de maior IDH, assim como entre as cidades com mais de 100 mil habitantes, saindo de cinco em 2002 para oito em 2006.

Já no pleito de 2010, a votação do agora DEM diminui drasticamente, demonstrando o patamar de dependência do partido da articulação de recursos governamentais para obter bom desempenho eleitoral, já que, desde a redemocratização, essa foi a primeira disputa na qual

participou como oposição nos dois planos. Isso confirma também a racionalidade apontada por Figueiredo e Limongi (2001), no que se refere à necessidade de que os parlamentares estejam na condição de aliados ao governo, para poderem mobilizar esses recursos e ampliarem seu desempenho eleitoral.

Chama a atenção, por outro lado, que a proporção da votação do partido entre os vinte municípios em que foi mais votado tenha ampliado em mais de dez pontos percentuais em relação ao pleito anterior: em 2010 as cidades de maior votação passam a representar pouco mais de 41% da votação total do PFL/DEM; é importante considerar esse dado ao visualizar o crescimento do peso dos vinte municípios onde o partido obteve mais votos sobre sua votação total nos três pleitos: em 2002 esses municípios concentravam 25%; em 2006 representava 31%, aumentando 22% entre um e outro pleito; em 2010, ao atingir 41%, o crescimento do peso da votação desses municípios sobre o montante total do partido passa a ser de 32%, maior que o crescimento anterior, apontando, portanto, uma maior tendência à concentração de seus votos para deputado estadual. É importante considerar, porém, que entre essas três eleições o universo da votação varia, assim como a composição do grupo dos vinte municípios em que o partido mais obteve votos. Portanto, essa observação tem somente o objetivo de demonstrar que o sentido da trajetória desse partido no período é o da concentração da votação.

Esse desempenho referente à votação agregada do partido é diferente do que sugere a votação somente *nominal* dessa mesma sigla em 2010 (o desempenho eleitoral da bancada), conforme visto anteriormente, e foi possível verificar no trabalho de conclusão de curso da graduação: o padrão predominante nas votações dos deputados do DEM, em 2010, continuou sendo o de tipo Disperso, com apenas um parlamentar, dentre os cinco eleitos, com padrão Concentrado (NUNES, 2014, p. 48). O fato de possuir 40% de seus votos em somente vinte cidades poderia sugerir uma maior presença do padrão Concentrado também na votação nominal do partido.

Seguindo o roteiro adotado para os pleitos anteriores, ao visualizarmos os vinte municípios onde o PFL/DEM obteve mais votos em 2010, sete estão entre os vinte maiores IDH's da Bahia, um a menos que no pleito anterior. No entanto, esse dado é pouco significativo, tendo em vista a acentuada queda de sua votação geral neste pleito em comparação aos demais. Além disso, o elemento mais relevante a ser mencionado é a redução da correlação negativa da votação do partido com o IDH dos municípios baianos, como apontado no quadro 16, principalmente na comparação entre 2010 e 2006: a queda da correlação negativa nesse período é mais significativa do que a ocorrência desse movimento

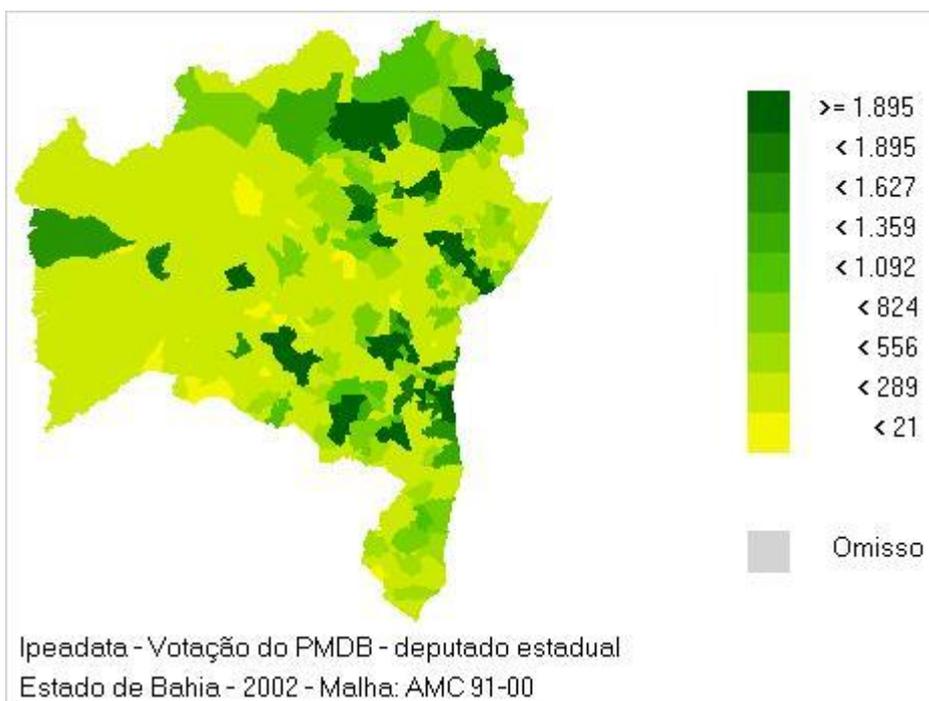
de 2002 a 2006. Esse dado sugere, portanto, duas situações possivelmente complementares: 1) ampliação da relevância dos municípios de maior IDH na votação total do partido; e 2) redução da participação eleitoral do partido nos municípios de menor desenvolvimento, redutos eleitorais em outros pleitos. Essa redução, por outro lado, não significa que deixou de ser relevante para o conjunto da votação do PFL/DEM, já que a maior parte de seus deputados eleitos manteve suas votações vinculadas a essas bases eleitorais. O que pode ser sugerido em relação a esse dado é a ampliação da competitividade nessas localidades, na medida em que o PT, por exemplo, reduziu, no mesmo período, sua correlação positiva em relação ao IDH dos municípios. Essas considerações serão mais desenvolvidas e analisadas nos capítulos que tratam das Dominâncias eleitorais do período.

**Quadro 18: Votação do PMDB para Deputado Estadual, nas eleições de 2002 a 2010:**

Ano	Votação
2002	299.295
2006	386.854
2010	689.078

Dados eleitorais agregados dos partidos obtidos junto ao site do Ipeadata ([ipeadata.gov.br](http://ipeadata.gov.br)).

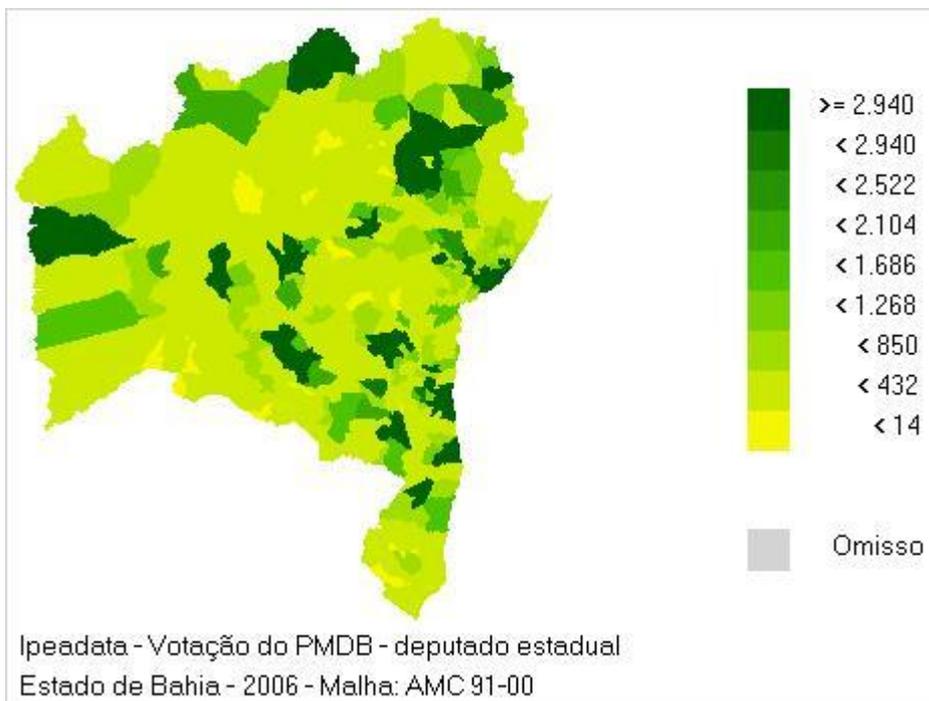
**Figura 3: Cartograma - Votação do PMDB para Deputado Estadual da Bahia em 2002:**



Fonte: IPEADATA.

Observando o mapa para o caso da votação do PMDB em 2002 nota-se uma situação bem diferenciada do PFL. O que se observa é uma presença bastante específica do eleitorado do partido em alguns pontos do Estado, nos quais concentram a maior parte de sua votação, com destaque para a região mais ao Norte – principalmente nas cidades de Euclides da Cunha e Paulo Afonso; as cidades de Feira de Santana e Salvador; além de algumas cidades mais ao Sul e ao Sudoeste do estado, como Ilhéus, Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista. Os vinte municípios onde o partido recebeu mais votos concentram mais de 57% do total de sua votação no Estado, confirmando esse patamar de concentração eleitoral mais acentuado. No ano de 2002 o PMDB possui padrão de votação bem assentado em determinados redutos eleitorais, nos quais o partido concentra seus votos – a partir de estruturas políticas locais, como prefeituras. Somente cinco cidades dentre as vinte de melhor desempenho do partido estão entre as vinte de maior IDH no Estado; assim como, também, somente cinco possuem população superior a 100 mil habitantes.

**Figura 4: Cartograma - Votação do PMDB para Deputado Estadual da Bahia em 2006:**



Fonte: IPEADATA.

O desempenho eleitoral do PMDB em 2006 não é muito superior ao de 2002, assim como o patamar de concentração eleitoral do partido. O mapa sugere um pequeno aumento dessa concentração, pois os municípios onde o partido obteve maior votação neste pleito superaram a marca de 2.940 votos, diferente de 2002, que superavam 1.895 votos. Percebe-se

também no mapa que ao redor desses municípios o desempenho do partido é inferior a marca de 850 votos. A proporção da votação do PMDB entre os vinte municípios de melhor desempenho é também de 57% em relação à totalidade dos votos. Entre essas cidades, sete estão entre os municípios de maior IDH da Bahia, assim como possuem população superior a 100 mil habitantes.

Em 2010, a ampliação da totalidade dos votos do partido para deputado estadual é mais acentuada, assim como reduz o patamar de concentração eleitoral entre os municípios do estado, já que, desta vez, caiu para um patamar de 44% da votação total do partido concentrada nos vinte municípios de melhor desempenho eleitoral. Essa situação combina com o desempenho dos deputados do partido, conforme também verificado no trabalho de conclusão da graduação, onde se mostra que metade da bancada do PMDB é eleita com padrão de votação de Alta Dispersão – a outra metade sendo de Alta Concentração, como nos pleitos anteriores. Mesmo tendo reduzido sua concentração eleitoral, essa marca ainda é superior à do PFL/DEM em 2010, que apresentou tendência inversa à do PMDB.

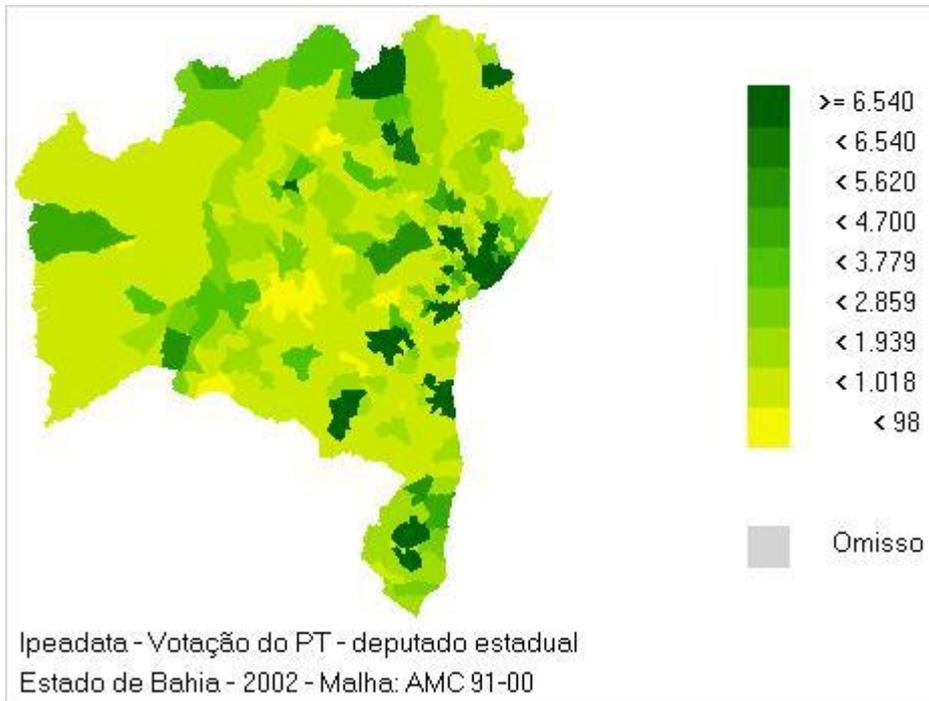
Entre os vinte municípios onde o PMDB obteve mais votos em 2010, nove estão entre as vinte cidades de maior IDH do Estado, e onze possuem população superior a 100 mil habitantes – sugerindo uma ampliação da presença eleitoral do partido nesses municípios, mesmo sua correlação tendo sido levemente reduzida neste pleito, conforme se verificou no teste de correlação de *Pearson*.

**Quadro 19: Votação do PT para Deputado Estadual, nas eleições de 2002 a 2010:**

Ano	Votação
2002	940.784
2006	1.070.877
2010	1.366.551

Dados eleitorais agregados dos partidos obtidos junto ao site do Ipeadata ([ipeadata.gov.br](http://ipeadata.gov.br)).

**Figura 5: Cartograma - Votação do PT para Deputado Estadual da Bahia em 2002:**

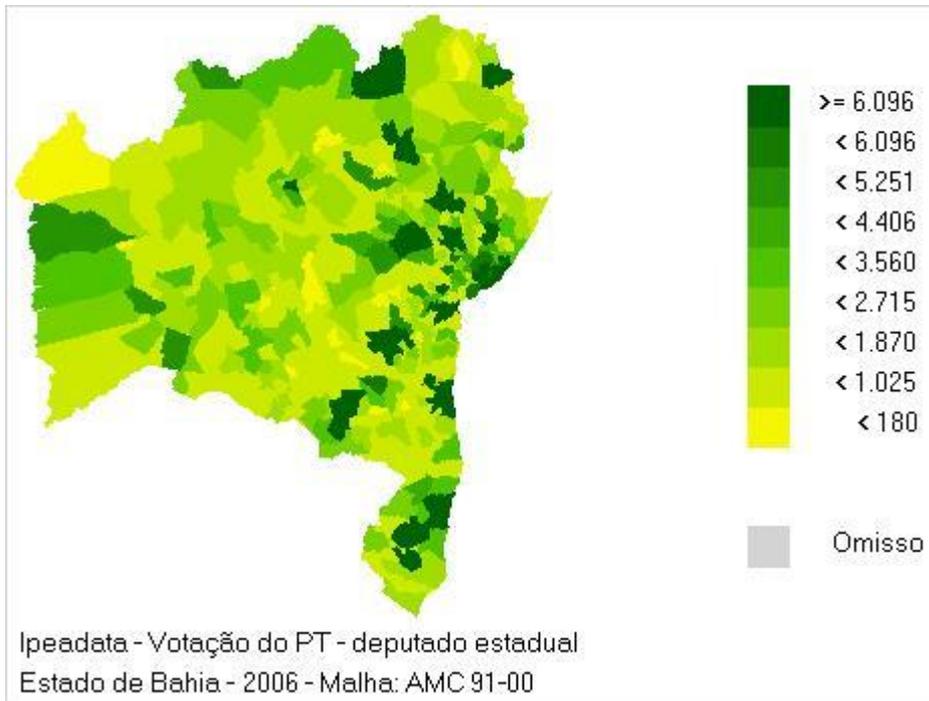


Fonte: IPEADATA.

A partir dos números apontados no quadro da votação do Partido dos Trabalhadores nos três pleitos selecionados é possível observar um gradual crescimento de seu eleitorado, sendo a passagem de 2006 a 2010 mais significativa, tendo relação com o fato de o partido participar do pleito como situação nos dois planos – aliado ao ambiente de favorecimento eleitoral pelos altos índices de popularidade do então presidente Lula e de Wagner, então candidato a reeleição na Bahia.

O que se evidencia de acordo com o mapa é uma significativa concentração eleitoral do PT em algumas poucas cidades, nas quais seu desempenho é superior a 6.540 votos. Das vinte cidades em que o partido a maior parte de seus votos, dez possuem população superior a 100 mil habitantes, mas chega a treze o número de municípios dentre esses que estão entre as vinte cidades de maior IDH da Bahia. Além disso, a concentração eleitoral do partido nesse pleito, nesses vinte municípios de melhor desempenho, é de pouco mais de 57% - marca alcançada também pelo PMDB nesta eleição.

**Figura 6: Cartograma - Votação do PT para Deputado Estadual da Bahia em 2006:**



Fonte: IPEADATA.

É preciso destacar algumas questões relacionadas ao desempenho da votação do partido no plano proporcional no pleito de 2006, em comparação com os demais: neste ano o PT sai vitorioso na eleição para presidente e para governador – esta, no primeiro turno – porém, não amplia sua votação para o legislativo na mesma intensidade que a eleição de 2010, assim como também quando se compara com o crescimento da votação do partido de 1998 a 2002<sup>14</sup>. O crescimento da votação do partido em 2006 para Deputado Estadual foi de 130.093 votos, em relação à votação de 2002. Esse desempenho representa menos que um terço do crescimento da votação do partido de 1998 para 2002 (vide nota). E representa menos que a metade do crescimento obtido no pleito de 2010, onde a votação do partido para Deputado Estadual ampliou 295.674 votos.

Ao observarmos o mapa da distribuição eleitoral do partido é possível constatar que não houve uma substancial alteração do perfil geográfico da votação petista. Permanece sendo um eleitorado mais concentrado em algumas cidades do estado, principalmente na Região

<sup>14</sup> Em 1998, a votação do PT para deputado estadual da Bahia atingiu 367.497 votos, aumentando 573.287 votos em 2002 – onde, de acordo com o quadro 03, o partido faz 940.784 votos. Esse crescimento foi significativamente superior em comparação com o demonstrado na votação do partido de 2002 a 2006.

Metropolitana de Salvador, Feira de Santana, Norte, Sul e Extremo Sul, ancorados em cidades-pólo, nas quais o PT mantém parcela de seu eleitorado.

Reduz a concentração de sua votação entre os vinte municípios onde o partido obtém mais votos, mas ainda mantém pouco mais de 50% de seus eleitores entre eles. Aumenta para doze o número de cidades com população superior a 100 mil habitantes entre essas, porém reduz para dez as cidades de maior IDH entre as vinte da Bahia onde o partido obteve mais votos.

Como visto, em 2010 o PT retoma uma ampliação mais significativa de seu eleitorado para Deputado Estadual na Bahia, ajudado pelo favorável momento que o partido vivia no plano majoritário nacional e estadual. Esse desempenho, porém, trouxe uma mudança no patamar de concentração eleitoral do partido, o qual reduziu sua presença entre as vinte cidades de maior votação, caindo para pouco menos de 44%. Apesar de obter expressiva votação em treze municípios com população superior a 100 mil habitantes, assim como em treze cidades entre as vinte de maior IDH na Bahia – nos vinte municípios onde obteve mais votos –, a votação do partido teve sua correlação com os municípios de maior IDH reduzida, conforme visto no teste de correlação de *Pearson* realizado anteriormente – sugerindo, com isso, uma ampliação da dispersão eleitoral do PT, assim como uma maior presença entre municípios de menor desenvolvimento.

### **2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO**

O capítulo procurou realizar um mapeamento e análise da distribuição territorial das votações para Deputado Estadual na Bahia, a partir da dimensão horizontal do estudo de Geografia do Voto: os padrões de Concentração e Dispersão eleitoral de deputados e partidos, nas eleições de 2002, 2006 e 2010, relacionando aos posicionamentos desses partidos frente aos Governos Estadual e Federal nos três períodos. Para estabelecermos essas análises agrupou-se os partidos em quatro blocos relacionados às suas posições no espectro governo/oposição no período, tentando visualizar melhor o impacto dos reposicionamentos partidários sobre a geografia do voto.

Os dados apontaram para uma tendência à redução da concentração eleitoral dos parlamentares dos partidos que vieram de trajetória oposicionista anterior a 2002, e que participaram de alguma esfera de governo nos dois pleitos posteriores ao de 2002. O destaque se dá entre os parlamentares do PT e do PDT: no caso do primeiro, em que pese o fato de que

sete, dos trezes parlamentares eleitos pelo partido possuem padrão de votação concentrado, os outros seis tiveram votação com padrão disperso, mantendo o mesmo número de representantes nesse padrão que o partido elegeu em 2006 – ano em que esse foi padrão predominante na votação do PT; já o PDT, em 2010, elegeu todos os cinco parlamentares no padrão de votação disperso, alterando o perfil do eleitorado de seus deputados significativamente em relação ao pleito anterior, quando o partido elegeu três parlamentares, todos com padrão de votação concentrado. Vale mencionar, também, o caso do PSB: em 2006 esse partido elege somente um parlamentar, com padrão de votação concentrado; em 2010 elege dois deputados, os dois com padrão de votação disperso.

Os parlamentares dos partidos que participaram do pleito como oposição nos dois planos em 2010, vindo de uma trajetória governista, e aqueles que continuaram com alguma participação em esferas de governo, também tendo uma trajetória governista, não tiveram seus padrões de votação significativamente alterados. Entre os primeiros permanece um eleitorado mais disperso, mesmo que alguns parlamentares dentre eles tivessem uma modificação da predominância de um eleitorado de reduto para um eleitorado mais ancorado em grandes cidades. Entre os outros parlamentares, permanece certo equilíbrio entre os padrões, com destaque para o surgimento de parlamentares nesses partidos com grande desempenho eleitoral na capital do estado, em paralelo com a redução de parlamentares dos partidos outrora opositoristas com esse perfil.

Foi possível constatar também uma tendência à proximidade dos perfis de eleitorados das três principais legendas na Bahia, quando se correlaciona as votações agregadas desses partidos a indicadores sociais, como o IDH. Em 2002 a diferença entre o eleitorado do PT e do PFL é significativa, estando o primeiro com eleitorado positivamente correlacionado com o IDH dos municípios da Bahia, e o segundo, negativamente. Em 2010 essa diferença reduz drasticamente, mesmo mantendo um partido positivamente correlacionado e outro ainda negativamente correlacionado: o PT em 2002 possuía uma correlação positiva de sua votação com o IDH de 0,381; em 2006, essa correlação passou a 0,195; e, em 2010, a 0,066. Inversamente, o PFL/DEM saiu de uma correlação negativa de -0,247, em 2002; passando a -0,18 em 2006; até chegar a uma correlação de -0,061 em 2010. A proximidade entre eles, portanto, passa a ser bastante significativa: a diferença entre um e outro em 2002 era de 0,628; passando para uma diferença de 0,375 em 2006; até chegar a 0,127 em 2010, encurtando em quase 80% comparando a 2002. Já o PMDB mantém um nível mais equilibrado nos três pleitos, com uma correlação levemente positiva entre votação e IDH dos municípios.

Ao observarmos a distribuição das votações desses partidos no mapa dos municípios da Bahia é possível visualizar a tendência à dispersão eleitoral do PT na medida em que o partido passa a ter acesso às estruturas de governo, e uma redução da presença do PFL/DEM à medida que vai deixando de se apoiar nessas mesmas estruturas.

Em suma, e em conformidade com a literatura, o pertencimento ao governo proporciona maior capacidade de alcance eleitoral dos partidos e deputados estaduais, atingindo redutos nos quais não estabeleciam relações quando na oposição aos governos. Assim como os parlamentares agem racionalmente ao manter boas relações com o governo, visando dividendos eleitorais (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001), a maioria das prefeituras municipais também procura estar vinculada ao campo governista, na medida em que depende de determinados incentivos e acesso a recursos disponibilizados por outras esferas governamentais. Para lograr êxito nesse objetivo, os parlamentares tornam-se interlocutores importantes no estabelecimento desses contatos com estruturas governamentais, muitas vezes cumprindo o papel de principal intermediador das demandas de prefeitos. Além de ser uma escolha do chefe do executivo estadual, quando se favorece determinados parlamentares na distribuição dos redutos eleitorais.

Conforme apontado no fechamento da primeira seção do capítulo, portanto, o movimento geograficamente mais dispersivo que foi identificado – destacadamente entre os partidos com trajetória oposicionista anterior a 2002, mas fenômeno observado na maioria dos deputados eleitos em 2010 – pode ter relação, dentre outras causas possíveis, com uma maior autonomização institucional dos partidos em relação aos vários grupos da elite política. Em alguns casos, quebrando “redutos” de um desses grupos (o PFL/DEM) e dispersando também as bases antes mais pessoais, de deputados de variados partidos, principalmente os do PT, que passam a acompanhar o raio de penetração partidário, numa operação coordenada pelo próprio partido e, também, pelo governo. Esse movimento pode ser considerado um desdobramento relevante da ascensão do PT ao governo, tendo como parâmetro o período de estudo selecionado.

O próximo capítulo trata da dimensão vertical da Geografia do Voto, a Dominância eleitoral de deputados e partidos sobre determinados redutos, podendo contribuir para a verificação da competitividade eleitoral dos municípios da Bahia, também em três eleições.

### **CAPÍTULO 3: PADRÕES DE DOMINÂNCIA DAS VOTAÇÕES DOS DEPUTADOS, DAS BANCADAS E DOS PARTIDOS**

A análise feita anteriormente apresentou a evolução dos padrões de votação dos Deputados Estaduais da Bahia nas eleições de 2002, 2006 e 2010, dentro das tipologias de Concentração e Dispersão dos votos. Seguiu um roteiro já trabalhado em outro estudo (NUNES, 2014), onde se analisaram esses padrões para os Deputados Estaduais do PT, do PFL/DEM e do PMDB, no mesmo período; agora, porém, amplia-se a análise, para verificar a evolução dos padrões de votação de todos os parlamentares eleitos para a ALBA no período selecionado. Para dar conta da análise completa da Geografia do Voto desses parlamentares, porém, é preciso verificar outra dimensão desse fenômeno: a variável Dominância, que possibilita identificar em que medida um parlamentar *domina* eleitoralmente determinada base eleitoral – demonstrando o grau de competitividade dessa mesma base ao qual o parlamentar está vinculado.

O estudo da geografia do voto nesse capítulo contemplará não apenas a votação dos Deputados Estaduais e das bancadas dos partidos: aborda, também, a votação agregada dos principais partidos, buscando alcançar determinadas características de suas bases eleitorais, que só a visualização da votação nominal não alcança. Para esse objetivo, segue-se a literatura especializada, que aponta um procedimento metodológico mais adequado para abarcar as votações agregadas, através dos Índices de Dominância, Razão de Dominância e Índice de Fragmentação.

Este capítulo se divide em quatro seções. A primeira analisa a dimensão vertical da geografia do voto dos deputados estaduais da Bahia, nas eleições de 2002, 2006 e 2010: ou seja, contempla o padrão de Dominância dos votos desses deputados no período.

A segunda seção aborda a Dominância das bancadas partidárias, em cada um dos períodos selecionados e levando em consideração os posicionamentos dos partidos em relação ao espectro governo/oposição, nos dois níveis federativos.

A terceira seção busca combinar as duas tipologias da geografia do voto – Concentração/Dispersão e Dominância – visando abordar de maneira integral a dupla dimensão dos estudos de geografia eleitoral, a vertical e a horizontal. Também aqui são abordadas as bases eleitorais, de acordo com os posicionamentos dos partidos em relação aos governos, nas três eleições selecionadas.

Por fim, na quarta seção, completa-se a análise a partir da abordagem das votações agregadas dos três partidos selecionados como mais relevantes no período: o PT, o PMDB e o PFL/DEM, possibilitando uma melhor visualização dos impactos dos reposicionamentos em relação aos governos sobre suas bases eleitorais.

### 3.1 ANÁLISE DA DOMINÂNCIA DAS VOTAÇÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DA BAHIA NAS ELEIÇÕES DE 2002, 2006 E 2010

O conceito de Dominância da votação do parlamentar aqui utilizado foi definido inicialmente por Ames (2001). Este autor contribuiu para aprimorar os estudos que envolvem a Geografia Eleitoral no Brasil, já que procurou dar conta da dimensão vertical do alcance da votação dos parlamentares, podendo, com isso, identificar em que medida determinados redutos são de *domínio* dos deputados. Isso seria relevante para verificar até que ponto os incentivos advindos da arena eleitoral perpassavam os muros da Câmara dos Deputados, estimulando determinado tipo de comportamento dos parlamentares. Conforme apontado no capítulo 1, essa é a interpretação dos autores que estudam a Conexão Eleitoral, para os quais determinados tipos de redutos norteariam o comportamento de determinados parlamentares: deputados com votação de tipo *Não-Dominante*, geralmente ancorada em distritos de grande dimensão, são desincentivados a reivindicarem crédito pela alocação de determinados recursos e políticas por conta da baixa visibilidade que teriam. Estariam mais propensos, portanto, a priorizar o comportamento mais universalista. Já aqueles deputados com votação *Dominante*, se apoiariam em redutos de média e pequena dimensão, alocando recursos e projetos a esses “distritos”, tendo em vista a manutenção dessas bases eleitorais sob seu domínio. Essa prática caracteriza o comportamento desses parlamentares como paroquial, contrário à ação universalista, reproduzindo uma gramática política de cunho mais clientelista, de acordo com clássica formulação da ciência política brasileira (NUNES, 1997).

Neste estudo, porém, não se classificam os parlamentares de acordo com esse corte analítico acerca do comportamento dos parlamentares, já que entendemos, tal como sugere Borges (2010), que o clientelismo, enquanto

(...) barganha assimétrica entre um chefe político e um cliente, e que é caracterizada pela dependência deste último com relação a recursos controlados pelo primeiro – oferece uma explicação limitada da dinâmica eleitoral em democracias multipartidárias como o Brasil. Entre outras razões, pode-se argumentar que o clientelismo *stricto sensu* terá maior probabilidade de emergir em regimes autoritários ou de partido único do que em democracias competitivas e fragmentadas, onde se deveria observar o desenvolvimento de variantes “fracas” e instáveis de clientelismo. (BORGES, 2010, p. 172).

O clientelismo é, portanto, utilizado frequentemente para explicar determinados males nacionais, característicos de uma condição inescapável de país atrasado, para o caso do Brasil. Intermediar interesses “paroquiais” é geralmente visado como prática menor, que indicaria “alguma corrupção dos verdadeiros fins a que se destina o processo político da representação.

Nesta chave, uma população carente de toda sorte de serviços públicos é manipulada por astutos políticos” (D’ÁVILA FILHO, 2010, p. 17).

A discussão acerca do clientelismo leva a outra análise que se dedica a estudar o comportamento político, a representação democrática, e mais precisamente a qualidade da democracia, a partir de parâmetros de competitividade, conforme discutido na Introdução e no Capítulo 1 deste trabalho. A análise da dimensão geográfica da votação dos Deputados Estaduais da Bahia aqui empreendida servirá para observar até que ponto é possível identificar determinados deslocamentos de suas bases eleitorais, assim como, das características das relações destes deputados com as bases, em contextos diferenciados de posicionamento partidário frente às esferas do poder político. Portanto, se determinado parlamentar domina eleitoralmente um reduto específico, entende-se que este reduto apresenta baixa competitividade eleitoral, e o referido parlamentar seria um intermediador “privilegiado” (espécie de principal representante) daquela localidade.

Ao se afirmar que os partidos com trajetória de oposição possuem uma tradição de votação de tipo Não-Dominante, justamente por possuírem maior vinculação com redutos de grande dimensão e maior competitividade, busca-se verificar se, assumindo a condição de partidos no governo, seus parlamentares passaram a outro padrão de Geografia do Voto. Além disso, conforme já apontado, o deslocamento das bases eleitorais do Partido dos Trabalhadores para Presidente em 2006 e para Governador em 2010, fizeram esse partido alcançar bases de pequeno porte, municípios mais pobres, com os menores índices de desenvolvimento, fenômeno ligado aos programas sociais do Governo Lula. Observa-se, então, se o mesmo deslocamento, ou mudança de padrão geográfico do voto, aplica-se ao desempenho dos parlamentares desse partido e dos partidos com trajetória de esquerda, em geral. Além disso, são verificadas se as legendas que vieram de outra trajetória, mais atrelada à participação em governos, portanto, com padrão de votação Dominante – se essas agremiações, ao migrarem para o campo da oposição passaram a ter um padrão de votação de tipo Não-Dominante. Esse é o caminho escolhido para dar resposta a uma das perguntas de pesquisa formalizada na Introdução: o voto de tipo Dominante é governista?

A operacionalização do conceito de Dominância, sua classificação, seguiu as orientações de Carvalho (2003), através da fórmula já apontada na Introdução dessa dissertação. Como também apontado na metodologia, a estipulação das faixas de Dominância leva em consideração o desvio padrão com relação à média de dominância da Legislatura para a divisão das quatro faixas classificatórias de penetração vertical: Sem Dominância, Baixa Dominância, Média Dominância e Alta Dominância. Em seguida, porém, converte-se estas

faixas numa variável dicotômica: dominância/não dominância – a exemplo do que foi feito com a dicotomia concentração/dispersão dos votos.

Para exemplificar o procedimento de operacionalização do conceito de Dominância, apresenta-se a eleição de 2002, na qual, primeiramente, calculou-se a média aritmética dos valores do Índice de Dominância obtidos através da fórmula citada. Essa média é calculada através da soma dos valores dos Índices de Dominância dividida por 63, que é o total de casos (parlamentares da legislatura). Em seguida, faz-se o cálculo de desvio padrão através da fórmula seguinte:

$$S = \sqrt{\frac{\sum(X_i - \bar{X})^2}{n}}$$

Onde S= Desvio Padrão;  $X_i$ = valor do Índice de Dominância;  $\bar{X}$ = média aritmética dos valores do Índice de Dominância da legislatura e n= o universo de 63 deputados estaduais eleitos. Dessa forma, obteve-se que a média aritmética do Índice de Dominância da eleição de 2002 foi 0,164; já o Desvio Padrão ficou em 0,101. As faixas de Dominância, portanto, foram: Parlamentares Sem Dominância (SD): aqueles que tiveram o Índice de Dominância menor ou igual a 0,063; Deputados com Baixa Dominância (BD): tiveram o Índice de Dominância maior que 0,063 e menor ou igual a 0,164, que foi o valor da média aritmética; Parlamentares com Média Dominância (MD): tiveram o Índice de Dominância maior que 0,164 e menor ou igual a 0,265; e Representantes com Alta Dominância (AD): tiveram o Índice de Dominância maior que 0,265.

Trazendo a operacionalização do conceito de Dominância para as três eleições selecionadas, e estabelecendo também a identificação das faixas de penetração vertical da votação dos deputados, tem-se a distribuição a seguir:

**Quadro 20: Classificação dos parlamentares de acordo com os quatro padrões de Dominância dos votos, nas eleições de 2002, 2006 e 2010:**

	SD	%	BD	%	MD	%	AD	%	TOTAL	%TOTAL
<b>2002</b>	16	25,40%	13	20,64%	24	38,09%	10	15,87%	63	100%
<b>2006</b>	12	19,05%	22	34,92%	17	26,98%	12	19,05%	63	100%
<b>2010</b>	11	17,46%	22	34,92%	20	31,75%	10	15,87%	63	100%

SD: Sem Dominância; BD: Baixa Dominância; MD: Média Dominância; AD: Alta Dominância.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no site do TSE.

Como é possível observar, o único padrão que só amplia sua presença no período é o de “Baixa Dominância”, que sai de um patamar de 20,64% dos deputados e atinge a marca de 34,92% dos parlamentares eleitos em 2006 e 2010. A única classe que apresenta queda em sua representação nos dois pleitos seguintes ao de 2002 é a “Sem Dominância”, que no primeiro pleito atinge 25,40% dos deputados, caindo 6,35% em 2006; e mais 1,59% em 2010, alcançando o patamar de 17,46% dos parlamentares eleitos neste último processo eleitoral. O padrão de “Alta Dominância” é o que obteve menor variação no período e também é o de menor presença entre os parlamentares eleitos

Chama a atenção no quadro a comparação dos indicadores de dominância em 2006 com os outros anos, demonstrando uma variação mais relevante nesse pleito. À exceção do padrão de Alta Dominância, que mantém uma variação baixa nos três pleitos, os outros três padrões variaram significativamente nesse pleito em relação ao pleito anterior: os padrões Sem Dominância e Média Dominância obtiveram acentuada variação negativa de 2002 a 2006 e uma variação menos intensa de 2006 a 2010 – o primeiro mantendo a queda, o segundo retomando uma maior incidência. O padrão de Baixa Dominância obteve uma significativa ampliação de sua incidência nesse pleito, quase dobrando em comparação ao anterior e mantendo o mesmo patamar no pleito posterior. Isso pode sugerir que, a considerar a influência dos reposicionamentos dos partidos em relação ao espectro governo/oposição, o reposicionamento frente ao Governo Federal foi capaz de exercer impacto nos padrões de votação dos partidos. A análise dos padrões de Dominância e Não Dominância por bancada partidária pode trazer mais elementos acerca dessa questão.

Essas variações observáveis nas faixas de Dominância apresentadas no quadro não podem ser explicadas pela redução do patamar de parlamentares que dominam seus redutos, na medida em que a ampliação do indicador de Baixa Dominância se deu mais absorvendo do padrão Sem Dominância e, um pouco menos, do padrão Média Dominância. O que se pode verificar em relação a essa distribuição é a existência de um desequilíbrio pendendo mais para as faixas de dominância intermediárias, sugerindo, contudo – conforme se verá a seguir –, certo equilíbrio no que se refere à competitividade entre os redutos eleitorais da Bahia. Isso significa dizer, também, em diálogo com a literatura, que a pretendida normatização de nosso sistema eleitoral, no sentido de garantir a representação proporcional no Parlamento, em termos de perfis de bases eleitorais representados, consegue garantir uma presença mais plural – diferente do diagnóstico de alguns autores que estudaram a geografia eleitoral nos trabalhos iniciais acerca do tema. Não existiria, portanto, um padrão de votação que justificasse a

existência de um “sistema distrital de fato operando no interior de nosso sistema proporcional”, conforme literatura mencionada em Carvalho (2003, p. 371).

Aplicando o mesmo raciocínio estabelecido na discussão acerca dos padrões de Concentração/Dispersão das votações e convertendo as quatro faixas de penetração eleitoral em uma variável dicotômica, ou seja, Dominantes/Não-Dominantes, tem-se o quadro a seguir:

**Quadro 21: Classificação dos parlamentares na variável dicotômica Dominante/Não Dominante de suas votações, nas eleições de 2002, 2006 e 2010:**

	<b>Dep. Vot. Dominante</b>	<b>% D</b>	<b>Dep. Vot. Não Dom.</b>	<b>% ND</b>	<b>Total</b>
<b>2002</b>	34	53,97%	29	46,03%	63
<b>2006</b>	29	46,03%	34	53,97%	63
<b>2010</b>	30	47,62%	33	52,38%	63

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no site do TSE.

No quadro verifica-se certo equilíbrio entre os dois padrões, com leve predominância, em dois pleitos, do tipo Não-Dominante. Por si só esse dado já corrobora com os achados de Carvalho (2003), no qual, contrapondo-se à defesa de Ames (2001), apresenta que cerca de metade dos parlamentares da Câmara dos Deputados possuíam padrão de votação de tipo dominante, sugerindo que, seguindo o critério adotado por Ames (2001), somente 50% dos parlamentares do país seriam estimulados a adotarem um comportamento “paroquial”, de reivindicar benesses para suas bases geográficas, dado o perfil dessas bases eleitorais. O Legislativo da Bahia, portanto, apresenta uma distribuição de seus parlamentares em termos de Geografia do voto equivalente à distribuição dos Deputados Federais do país.

Estabelecendo um diálogo com a perspectiva de Bobbio (1997) pode-se notar que a predominância de um patamar de competitividade equilibrado entre os dois conjuntos de padrões de Dominância – mesmo que levemente superior a presença do tipo Dominante – faz supor que, em pelo menos metade das bases eleitorais representadas na Assembleia baiana, não predomina um padrão oligárquico de competição, portanto, sobre essa metade, na perspectiva de Bobbio (1997), o comportamento político poderia ser menos conflitante com as “promessas da democracia”.

Ao retomar os achados da correlação dessas distribuições territoriais das votações com indicadores socioeconômicos, como o IDH – conforme capítulo anterior – é possível também notar que existe uma tendência de aproximação dos perfis de redutos eleitorais entre os principais partidos políticos, sugerindo uma tendência no sentido do compartilhamento de bases eleitorais – portanto, maior competitividade eleitoral.

Sendo assim, ao se perceber a existência de certo pluralismo político em grande parte dos redutos da Bahia, pode-se argumentar, conforme Dahl (1997), que nem sempre o desenvolvimento econômico de determinadas sociedades e regiões levará a uma dinâmica de maior competitividade política, ou seja, a um maior patamar de qualidade democrática. Ao se observar que predomina em metade das bases dos Deputados Estaduais da Bahia um padrão de votação Não-Dominante e percebendo que grande parte desses municípios não possui elevado índice de desenvolvimento econômico e social, vê-se que essa condição não necessariamente deve ser considerada um pré-requisito para maiores patamares de competitividade política. Portanto, se for considerar como premissa o argumento da conexão eleitoral, seria também possível afirmar que a gramática do clientelismo, ou do tipo de parlamentar orientado pela prática paroquial, a dizer por suas bases eleitorais, só se confirmaria em pouco menos que a metade desses representantes – aqueles nos quais ainda predomina o padrão de votação dominante. Sendo assim, a incidência do “voto de permuta”, considerado mais predominante nas democracias modernas, de acordo com Bobbio (1997), poderia ser percebido, em tese, somente nessa dimensão do distrito eleitoral da Bahia.

A análise a seguir verificará a manifestação desses padrões sobre o desempenho das bancadas partidárias.

### **3.2 PADRÕES DE DOMINÂNCIA DAS VOTAÇÕES DAS BANCADAS PARTIDÁRIAS EM RELAÇÃO AO ESPECTRO GOVERNO/OPOSIÇÃO**

Nesta seção, deu-se continuidade à análise da manifestação da dimensão vertical da Geografia do Voto, a partir da observação da dominância das bancadas dos partidos, nos três pleitos selecionados. Dessa forma, serão identificados se os padrões de dominância desses partidos sofreram modificações na medida em que se reposicionavam frente às esferas de governo. Conforme visto, o padrão Não-Dominante está associado a uma presença maior em grandes centros urbanos, ou distritos de grande dimensão, nos quais é praticamente impossível um parlamentar exercer *dominância*. Já o Dominante está associado a uma presença eleitoral em cidades de menor desenvolvimento.

Nessa análise utiliza-se a classificação de Dominância de maneira agregada, ou seja: Sem Dominância + Dominância fraca (Baixa), é identificado como Não Dominante (ND); Média Dominância + Alta Dominância, é identificado como Dominante (D). Além disso, visando a interpretação dos dados a partir dos impactos dos reposicionamentos partidários em relação aos governos, segue-se o mesmo procedimento adotado no capítulo anterior, no que se

refere à organização e classificação dos dados e partidos nos três pleitos a partir dos blocos de legendas, de acordo com o posicionamento no espectro governo/oposição. Assim como registrado no capítulo 2, a organização em quatro blocos se dá pelos quatro tipos de posicionamento/alinhamento em relação aos dois níveis de governo. A ausência do bloco 3 nos pleitos de 2002 e 2010 se explica pelo fato de que, somente em 2006 foram eleitos parlamentares de partidos que se posicionaram como oposição nacional e situação em nível local. Mesmo assim, adotou-se a numeração dos blocos de maneira fixa, a representar os 4 cenários.

**Quadro 22: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 1 (situação/situação), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, nas eleições de 2002:**

	<b>D</b>	<b>ND</b>
<b>PFL/DEM</b>	15	1
<b>PPB/PP</b>	3	4
<b>PTB</b>	4	0
<b>PL/PR</b>	2	2
<b>PST</b>	3	1
<b>PSD</b>	0	2
<b>PRP</b>	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>11</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TSE.

**Quadro 23: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 2 (situação/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2002:**

	<b>D</b>	<b>ND</b>
<b>PMDB</b>	3	0
<b>PSDB*</b>	2	1
<b>PSC</b>	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TSE.

**Quadro 24: Classificação das bancadas dos partidos do Bloco 4 (oposição/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2002:**

	<b>D</b>	<b>ND</b>
<b>PT</b>	2	8
<b>PDT</b>	0	2
<b>PCdoB</b>	0	3
<b>PSB</b>	0	2
<b>PPS</b>	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>16</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TSE.

Analisando os dados, pode-se verificar a significativa presença de parlamentares com padrão de votação de tipo Dominante vinculados aos partidos com trajetória governista até as eleições de 2002. Mais da metade deles – quinze – está abrigada no PFL – apenas um dos deputados desse partido possui votação de padrão Não Dominante. Apesar disso, dos sete partidos desse perfil com deputados eleitos neste pleito, dois não elegem parlamentares vinculados a este padrão de votação; e um deles elege um representante a mais no padrão de votação Não Dominante.

O PPB – atual PP – é o partido com o terceiro maior número de representantes eleitos neste pleito. Apesar de participar do núcleo de partidos que compunham o carlismo naquele período, e sendo também governista no plano nacional, a maior parte de seus parlamentares é eleita com padrão de votação Não Dominante. O PSD (partido que seria desfeito para ajudar a compor o PTB, a partir de 2003), o PSC e o PRP só elegem parlamentares com padrão de votação Não Dominante: o primeiro, com dois representantes; os outros dois partidos, com um parlamentar cada. Além desses, também é significativo o caso do PL, que elegem quatro parlamentares, metade em cada padrão de Dominância. Apesar de apontar uma maioria dos deputados eleitos com votação Dominante – reafirmando a ideia de que, nesse pleito, a participação no governo é coincidente com o padrão Dominante da votação dos parlamentares –, é significativo que, dos sete partidos desse bloco, três possuem a predominância do padrão Não Dominante (em dois é exclusivo) e um possui 50% dos seus representantes em cada padrão, restando, com isso, somente três com maioria de deputados com padrão de votação Dominante.

Os partidos do bloco 2, PSDB, PSC e PMDB, elegem sete parlamentares somados, cinco deles com padrão de votação Dominante. Apenas o PSC só possui representante com votação Não Dominante.

Dos dezoito parlamentares do bloco 4 (oposição/oposição) eleitos nesse pleito, apenas dois dominam seus redutos eleitorais – os dois do PT. A grande maioria, portanto, possui votação de tipo Não Dominante. Metade destes parlamentares é do PT.

É possível verificar um corte significativo entre parlamentares dos partidos oposicionistas vinculados ao padrão de votação Não Dominante e parlamentares de partidos dos campos governistas neste pleito, vinculados ao padrão de votação Dominante, já que a grande maioria dos deputados de cada bloco político está localizada dessa forma na dimensão da Dominância eleitoral. Nessa eleição, portanto, esse posicionamento frente aos governos se correlaciona mais nitidamente com o padrão de votação: partidos governistas, em plano estadual ou federal, em tese, mobilizariam determinados recursos de poder, com interlocução política mais privilegiada – confirmando, neste pleito, a ideia de que o voto governista é predominantemente Dominante.

**Quadro 25: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 1 (situação/situação), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, nas eleições de 2006:**

	<b>D</b>	<b>ND</b>
<b>PP</b>	3	2
<b>PL</b>	4	1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>3</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TSE.

**Quadro 26: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 2 (situação/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2006:**

	<b>D</b>	<b>ND</b>
<b>PT</b>	0	10
<b>PMDB</b>	3	3
<b>PSB</b>	0	1
<b>PDT</b>	0	3
<b>PCdoB</b>	0	3
<b>PMN</b>	1	0
<b>PRTB</b>	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>22</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TSE.

**Quadro 27: Classificação das bancadas dos partidos do Bloco 3 (oposição/situação), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2006:**

	<b>D</b>	<b>ND</b>
<b>PFL/DEM</b>	13	3
<b>PRP</b>	2	1
<b>PSL</b>	1	0
<b>PTdoB</b>	1	0
<b>PTN</b>	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>5</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TSE.

**Quadro 28: Classificação das bancadas dos partidos do Bloco 4 (oposição/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2006:**

	<b>D</b>	<b>ND</b>
<b>PSDB</b>	1	2
<b>PSC</b>	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TSE.

Na eleição de 2006 a predominância do padrão Dominante permanece vinculada aos deputados dos partidos de trajetória governista no período anterior; nesse caso, situados nos blocos 1 e 3: situação nos dois planos e situação estadual. Em relação a 2002, a maior parte desses partidos estava no mesmo bloco e nesse pleito elegem três deputados a menos com esse padrão de votação: 24 desses parlamentares possuem padrão de votação Dominante em 2006. O PFL mantém o mesmo número de parlamentares eleitos, apesar de contar com dois deputados a mais com padrão de votação Não Dominante – sendo esse o pleito em que não veio de uma condição governista no plano nacional. No bloco de partidos do qual o PFL faz parte (oposição nacional e situação local), foram eleitos 5 parlamentares com padrão Não Dominante e somente o PTN elege seu representante só nesse padrão.

Mais significativo é o caso do PP (antigo PPB): esse partido continua no campo carlista em nível estadual, mas mantém sua participação no Governo Federal, agora liderado pelo PT. O padrão de Dominância predominante entre seus parlamentares nesse pleito se inverte e passa a ter mais parlamentares com padrão Dominante, em que pese ter mantido o mesmo número de representantes nesse padrão comparado ao pleito anterior – nesta eleição o partido elegeu dois representantes a menos. O outro partido do bloco 1 (situação nos dois planos), o PL, elege 5 representantes, quatro deles com padrão Dominante.

O PMDB passa por mudanças de padrão e de posicionamento em relação aos governos: participa do processo eleitoral no bloco de partidos da situação nacional e oposição local, nos dois casos em aliança com o PT; dobra sua representação na Assembleia, saindo de três eleitos em 2002, para seis no pleito seguinte. Os padrões de votação Dominante e Não Dominante tiveram, cada um, metade dos representantes do partido. O PMN é o único partido desse campo que elegeu seu único deputado com votação Dominante. O PRTB elegeu seus dois representantes com padrão Não Dominante.

Entre os outros partidos desse bloco observa-se uma pequena alteração, porém o quadro geral permanece o mesmo. Em 2002 dois deputados tiveram votação de padrão

Dominante; já em 2006, todos os parlamentares desses partidos são eleitos com votação Não Dominante, mantendo, portanto, o mesmo perfil predominante do pleito anterior.

Essas siglas não tiveram o perfil predominante de suas bases eleitorais alteradas no plano Legislativo, assim como, também, não ampliaram suas representações nessa esfera – os partidos que vieram da condição de opositoristas para governistas em um dos planos (PT, PSB, PDT e PCdoB) diminuíram de dezoito eleitos para dezessete em 2006. Esse dado, assim como a manutenção do padrão Não-Dominante entre esses partidos, demonstra que a condição de governo no plano federal não exerceu influência significativa sobre suas bases eleitorais no Parlamento Estadual.

Essa observação é ainda mais relevante quando se confronta esses dados com o resultado eleitoral para governo do estado – em que o PT, de forma surpreendente, vence o grupo governista no primeiro turno – e com o mapeamento das bases eleitorais que dão a vitória ao PT nos planos majoritários, estadual e federal. De acordo com Nicolau & Peixoto (2007), os principais redutos eleitorais do PT na eleição presidencial de 2006 são vinculados a pequenas cidades, de baixo desenvolvimento, positivamente correlacionadas com o direcionamento de recursos dos programas sociais do Governo Federal. O mesmo é afirmado por Borges (2010) com relação às bases do PT para o Governo do Estado, no mesmo pleito, onde os municípios atingidos pelo Programa Bolsa Família, do Governo Federal, são os de melhor desempenho do partido. A contar a partir de um processo eleitoral, portanto, não se pode confirmar a mesma alteração das bases eleitorais do PT no plano proporcional, ou seja: a mudança de suas bases no plano majoritário não se reproduziu na votação para o Parlamento Estadual – ao menos no pleito de 2006, ano em que participaria pela primeira vez como partido governista em âmbito nacional.

O PSDB participa do processo como oposição nos dois planos e inverteu o quadro em relação a 2002: em 2006 a sigla elegeu um deputado com padrão Dominante e dois com padrão Não Dominante. Além desse partido, também o PSC participaria do processo como oposição nos dois planos, elegendo 2 parlamentares com padrão Não Dominante. Esse bloco de partidos, portanto, elegeu a maior parte de seus parlamentares com padrão Não Dominante, sustentando a ideia de predominância desse padrão estando na oposição nos dois planos.

**Quadro 29: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 1 (situação/situação), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2010:**

	<b>D</b>	<b>ND</b>
<b>PT</b>	4	9
<b>PDT</b>	3	2
<b>PCdoB</b>	1	2
<b>PSB</b>	0	2
<b>PP</b>	5	1
<b>PSL</b>	1	1
<b>PRB</b>	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>19</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TSE.

**Quadro 30: Classificação das bancadas partidárias do Bloco 2 (situação/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2010:**

	<b>D</b>	<b>ND</b>
<b>PMDB</b>	3	3
<b>PR</b>	2	2
<b>PSC</b>	2	3
<b>PTN</b>	0	3
<b>PRP</b>	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>12</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TSE.

**Quadro 31: Classificação das bancadas dos partidos do Bloco 4 (oposição/oposição), nas variáveis dicotômicas Dominantes/Não Dominantes de suas votações, na eleição de 2010:**

	<b>D</b>	<b>ND</b>
<b>DEM</b>	4	1
<b>PSDB</b>	1	1
<b>PV</b>	1	0
<b>PTdoB</b>	2	0
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>2</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TSE.

Já no pleito de 2010 podem ser observadas mudanças relevantes. Conforme já analisamos, nesta eleição a maior parte dos partidos com trajetória oposicionista anterior a 2002 compôs a coalizão governista que foi reconduzida ao Poder Executivo Estadual e Federal. No que se refere aos padrões de votação de seus parlamentares, também se percebe uma situação diferenciada: desta vez, apenas o PSB não elege parlamentares com padrão de votação Dominante – além do PRB, que também está nesse bloco e elegeu seus dois deputados com padrão Não Dominante, sendo o mais votado deles, o deputado Márcio Marinho, com eleitorado mais concentrado na cidade de Salvador.

Esse dado representa que o reposicionamento nos dois planos exerceu uma significativa influência sobre as bases eleitorais desses partidos, mesmo que esse impacto não tenha sido suficiente para alterar a predominância do padrão Não Dominante entre seus deputados. Essa mudança, portanto, é relevante e aponta para a necessidade de se observar, em outros estudos, como se deu a distribuição das bases eleitorais em 2014 – já que, nesse pleito, esses partidos estarão com mais um período de participação nos governos e acesso aos recursos de poder.

Os casos mais significativos dentre essas legendas, são as situações do PDT e do PT: o primeiro por sair da condição de não ter nenhum parlamentar com padrão de votação Dominante nos dois pleitos anteriores e, em 2010, três de seus cinco representantes estarem com esse perfil de reduto eleitoral. Apesar disso, a legenda elegeu dois representantes a mais que o pleito anterior. Assim como na análise da Concentração/Dispersão das votações, parte da explicação dessa mudança de perfil das bases desse partido está relacionada com a adesão, entre seus representantes, do Deputado José Marcelo Nilo – originalmente parlamentar filiado ao PSDB –, que passou a integrar o PDT durante o mandato (2007-2010) e foi Presidente da

ALBA por mais de uma vez no período. Esse deputado, desde a eleição anterior, obteve melhor desempenho em pequenos e médios municípios da Bahia, em alguns dos quais passou a *dominar* eleitoralmente. Além dessas, o PP – agora na base do governo do PT – elege seis representantes, cinco deles com padrão de votação Dominante.

Já o PT, ampliou de dez para treze parlamentares eleitos em 2010. Aumentou o número de deputados com padrão de votação Dominante: eram dois em 2002, nenhum em 2006, passando para quatro parlamentares em 2010 com esse padrão de votação. A maioria dos seus representantes, no entanto, possui bases eleitorais de padrão Não Dominante: nove parlamentares, um a mais que 2002 e um a menos que 2006. A predominância do padrão de votação desse partido nos três pleitos eleitorais, portanto, é do tipo Não Dominante. Apesar disso, os dados ressaltam, também, que uma mudança nessa predominância pode estar em curso, na medida em que essa análise só deu conta de visualizar a participação do partido nos dois planos de governo em apenas um período. O mesmo se deu, também, com relação aos padrões de Concentração/Dispersão, onde o PT também manteve predominante seu perfil de votação mais concentrada.

Analisando o desempenho do bloco 2, dos partidos da situação nacional e oposição local, a predominância nas votações de seus parlamentares é a do padrão Não Dominante. Apenas o PTN não elege parlamentares com votação Dominante; o deputado mais votado desse partido, João Carlos Bacelar, possui eleitorado mais concentrado na cidade de Salvador. O PSC elege três, de seus cinco representantes, com votação Não Dominante. Os outros partidos elegeram metade de seus representantes em cada padrão de Dominância, com destaque para o PMDB, que manteve a mesma distribuição do pleito anterior, mantendo o mesmo posicionamento em relação aos governos. É preciso, porém, registrar que esse partido teve participação relevante em metade do período do governo petista no Estado, sendo, inclusive, decisiva para o seu crescimento: a maior parte das prefeituras do PMDB até 2008 haviam sido conquistadas pelo processo de cooptação, a partir dos migrantes das siglas que antes compunham o grupo carlista, demonstrando que essa participação no governo foi relevante, mesmo não ocorrendo em período integral (4 anos) e não alcançando o processo eleitoral de 2010.

É significativo o caso do – agora – DEM: tendo reduzido drasticamente sua representação, elege quatro, de seus cinco representantes, com votação de tipo Dominante, apesar de atuar enquanto sigla da oposição nos dois planos. Esse dado possui relação com a impossibilidade desse partido mobilizar recursos do Estado, já que participaria como oposição nos dois planos pela primeira vez, inversamente à condição do PT, que, estando no poder,

poderia mobilizar esses recursos. Essa situação facilitou a competição em determinadas regiões, conspirando contra parcela significativa dos deputados do DEM, que tiveram, nesse pleito, que disputar em condições de maior competitividade; sem o apoio da máquina, definhou sua representação.

O PSDB mantém praticamente inalterado os padrões de votação em comparação com o pleito anterior; a única diferença é a redução da bancada do PSDB de três para dois parlamentares eleitos, mantendo um representante em cada padrão de votação.

Confrontando os dados do PT e do PFL/DEM no período, apresenta-se um cenário que não invalida a pressuposição de uma mudança de tendência para o caso do PT, já que ampliou o número de parlamentares com votação de tipo Dominante, sendo a base eleitoral do partido significativamente impactada pelo reposicionamento, na medida em que possibilitou o acesso a recursos controlados pelo Estado. Porém, essa mudança não foi suficiente ainda para alterar a predominância do padrão de suas votações. Os representantes do PT permanecem com predominância do padrão Não Dominante em suas votações, portanto, ainda compartilhando a maior parte de suas bases, geralmente aquelas de maior dimensão e maior desenvolvimento, mesmo com as bases eleitorais de seus candidatos no plano majoritário reposicionadas para redutos de pequena dimensão – municípios mais pobres. Os representantes do PFL/DEM, apesar de passarem para a condição de oposição nos dois planos, não tiveram o perfil de suas bases eleitorais alterados, mesmo tendo diminuído sua representação: a bancada do partido permanece com predominância de votação Dominante, ou seja, com eleitorado em distritos de pequena ou média dimensão, de menor desenvolvimento. Esse achado, porém, será melhor problematizado em relação à votação agregada do partido, em outra seção.

A observação do impacto que os reposicionamentos do conjunto de partidos analisados em relação aos governos nos dois níveis exerceram sobre os padrões de Dominância de seus deputados, pode ser sistematizada nos dois quadros a seguir:

**Quadro 32: POSICIONAMENTO NACIONAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS C/ VOTAÇÃO DOMINANTE (2002-2010):**

	2002			2006			2010		
	<i>Total</i>	<i>Govern.</i>	<i>Opos.</i>	<i>Total</i>	<i>Govern.</i>	<i>Opos.</i>	<i>Total</i>	<i>Govern.</i>	<i>Opos.</i>
(A) Eleitos com Vot. Dominante	<b>34</b> <i>(100)</i>	32 <i>(94,1)</i>	02 <i>(5,9)</i>	<b>29</b> <i>(100)</i>	11 <i>(37,9)</i>	18 <i>(62,1)</i>	<b>30</b> <i>(100)</i>	22 <i>(73,7)</i>	08 <i>(26,7)</i>
(B) Total	<b><u>63</u></b>	45	18	<b><u>63</u></b>	36	27	<b><u>63</u></b>	53	10
(A/B) %	<b>54,0</b>	<i>71,1</i>	<i>11,1</i>	<b>46,0</b>	<i>30,6</i>	<i>66,7</i>	<b>47,6</b>	<i>41,5</i>	<i>80,0</i>

Fonte: Sistematização com base em análise feita com dados disponibilizados pelo TSE.

**Quadro 33: POSICIONAMENTO ESTADUAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS C/ VOTAÇÃO DOMINANTE (2002-2010):**

	2002			2006			2010		
	<i>Total</i>	<i>Govern.</i>	<i>Opos.</i>	<i>Total</i>	<i>Govern.</i>	<i>Opos.</i>	<i>Total</i>	<i>Govern.</i>	<i>Opos.</i>
(A) Eleitos com Vot. Dominante	<b>34</b> <i>(100)</i>	27 <i>(79,4)</i>	07 <i>(20,6)</i>	<b>29</b> <i>(100)</i>	24 <i>(82,8)</i>	05 <i>(17,2)</i>	<b>30</b> <i>(100)</i>	14 <i>(46,7)</i>	16 <i>(53,3)</i>
(B) Total	<b><u>63</u></b>	38	25	<b><u>63</u></b>	32	31	<b><u>63</u></b>	33	30
(A/B) %	<b>54,0</b>	<i>71,0</i>	<i>28,0</i>	<b>46,0</b>	<i>75,0</i>	<i>16,1</i>	<b>47,6</b>	<i>42,4</i>	<i>53,3</i>

Fonte: Sistematização com base em análise feita com dados disponibilizados pelo TSE.

Os quadros permitem apontar três observações mais gerais:

- 1) A incidência do padrão Dominante nas votações dos deputados estaduais é mais forte quando o PSDB está no Governo Federal, portanto, no pleito de 2002; nos pleitos

seguintes, já com o PT como governo no plano nacional, reduz a presença do padrão Dominante entre os deputados no geral, ou seja, aumenta o compartilhamento das bases, logo, a competitividade eleitoral. A presença no governo estadual não implicou em queda da incidência da Dominância eleitoral entre os deputados estaduais, no geral – houve, até, leve recuperação, saindo de 46% em 2006, para 47,6% em 2010. Isso permite dizer que, mesmo se percebendo certo equilíbrio da incidência dos dois padrões de Dominância no período, se o alinhamento tem alguma relevância, é o nacional que exerce impacto, já que a queda se manifesta em 2006, quando reduz a presença de parlamentares com padrão Dominante, caindo de 54% em 2002 para 46% em 2006.

- 2) O realinhamento estadual, observado no pleito de 2010, serviu para atenuar a tendência à ampliação da competitividade manifestada com o reposicionamento nacional, ou seja, a presença do voto Dominante é reduzida com o realinhamento nacional, pois é perceptível sua incidência no pleito de 2002, assim como sua redução em 2006; e recuperada com o realinhamento estadual, pois é perceptível a recuperação de sua incidência em 2010 – mesmo sem alcançar o nível da incidência anterior. O Governo Estadual, portanto, trabalha no sentido de atenuar o processo de ampliação da competitividade eleitoral, que vinha ocorrendo com o reposicionamento nacional.
- 3) A observação do pleito de 2010 permite dizer, também, que o caráter governista do voto Dominante é retomado, pois se amplia a incidência desse padrão de votação entre os deputados dos partidos que se reposicionaram, tendo em vista a manifestação de 17,2% de deputados com votação Dominante que são oposição estadual em 2006, passando para 46,7% desses deputados que estavam agora na condição de situação no plano estadual – número que se torna ainda mais expressivo por não estarem incluídos, nesse percentual, os deputados do PMDB. Portanto, em 2010 o efeito do realinhamento é oposto ao de 2006, mas não com a mesma intensidade da manifestação anterior, comprovando um fenômeno de reabsorção pelo governo de determinado controle sobre a Dominância eleitoral, através dos partidos da situação no plano estadual.

Para uma análise mais completa da geografia do voto desses partidos, analisa-se agora o impacto dos reposicionamentos sobre a dupla dimensão da votação dos seus parlamentares, ou seja, a partir da tipologia de classificação combinada: Dominância e Concentração/Dispersão de suas votações.

### 3.3 A GEOGRAFIA DO VOTO E A TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO COMBINADAS: CONCENTRAÇÃO/DISPERSÃO E DOMINÂNCIA DOS DEPUTADOS E DAS BANCADAS PARTIDÁRIAS

Nesta seção é feita a análise das duas dimensões da geografia do voto combinadas, nos três pleitos selecionados. Desta forma, pode-se obter uma melhor e mais completa visualização do fenômeno sobre os parlamentares e partidos na Bahia. Primeiro analisa-se a ocorrência dos padrões geográficos de votação sobre a totalidade dos parlamentares da Bahia nos três pleitos selecionados. Em seguida essa análise é feita de maneira mais detalhada, observando a evolução dos padrões sobre o desempenho dos partidos. A análise apenas da votação da bancada partidária, porém, não dá conta de visualizar por inteiro os efeitos do reposicionamento frente aos governos sobre o eleitorado do partido – já que não alcança toda sua presença eleitoral no estado, restando a votação dos candidatos não eleitos e os votos em legenda. Essa análise será feita em outra seção.

#### 3.3.1 *Os deputados estaduais de acordo com a tipologia combinada, nas eleições de 2002, 2006 e 2010*

A seguir, pode-se verificar no quadro a distribuição dos parlamentares baianos de acordo com as tipologias de Concentração/Dispersão e Dominância/Não Dominância, combinadas, nas eleições de 2002, 2006 e 2010.

#### **Quadro 34: Classificação da votação dos Deputados Estaduais nas tipologias combinadas, em 2002, 2006 e 2010:**

	<b>C/D</b>	<b>%</b>	<b>C/ND</b>	<b>%</b>	<b>D/D</b>	<b>%</b>	<b>D/ND</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>2002</b>	17	26,98%	21	33,34%	17	26,98%	8	12,70%	63	100%
<b>2006</b>	13	20,63%	18	28,57%	16	25,40%	16	25,40%	63	100%
<b>2010</b>	15	23,81%	14	22,22%	15	23,81%	19	30,16%	63	100%

C/D: Concentrado/Dominante; C/ND: Concentrado/Não Dominante; D/D: Disperso/Dominante; D/ND: Disperso/Não Dominante.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE.

Analisando a distribuição acima, pode-se notar que as maiores variações ocorrem nos padrões de Concentração e Dispersão combinados com o padrão Não Dominante. Ao tempo

em que há uma diminuição da tipologia Concentrado/Não Dominante, que representava o padrão de 33,34% dos deputados estaduais em 2002, passando para 22,22% em 2010, a tipologia Disperso/Não Dominante está presente na votação de 12,7% dos parlamentares e passa a representar o padrão de votação de 30,16% deles. Esse quadro atesta a análise feita anteriormente acerca da inversão da representatividade dos padrões Concentração e Dispersão no mesmo período, relacionado a uma alteração dos padrões de votação dos partidos de trajetória oposicionista: em 2002 esses partidos não possuíam nenhum deputado eleito com padrão de votação disperso, chegando em 2010 com a maior parte dos deputados eleitos nesse padrão.

O mesmo dado, visto por outro ângulo, no quadro, mostra a mudança da tipologia de maior representatividade no período: em 2002 e em 2006 a maior parte dos deputados estaduais eleitos obteve votação Concentrada/Não Dominante, enquanto que em 2010 essa tipologia se torna a de menor representatividade. Já a tipologia Disperso/Não Dominante é a de menor representatividade em 2002, tornando-se, em 2010, a que representa o maior número de parlamentares eleitos com esse perfil de bases eleitorais. Esse achado está em acordo com a análise feita no capítulo 2, onde se pode observar um crescimento da presença de um padrão eleitoral de tipo disperso nas votações dos representantes estaduais. Isso teria relação com o crescimento do eleitorado dos partidos que migraram da condição de oposição para a de governo nos dois planos, mobilizando recursos de poder, atraindo novo eleitorado e alcançando redutos antes só atingidos por partidos tradicionalmente pertencentes ao esquema governamental; teria relação, também, com a incapacidade desses partidos em assegurar seus redutos na medida em que perdem a capacidade de mobilizar recursos de poder, por não estarem mais na condição de governistas.

Importa considerar também, que o padrão de votação Concentrado/Não Dominante, apontado como o que reunia o maior número de deputados em 2002, está geralmente relacionado com cidades em que parlamentares concentram seus votos, mas compartilham a base, sendo esse o perfil das capitais e grandes cidades, nas quais, dada a dimensão do eleitorado, é praticamente impossível a manutenção de um patamar de votação dominante. Em 2010 esse padrão passa a ser o de menor representação na ALBA, o que nos leva a considerar que, nesse pleito, ocorre uma queda significativa de parlamentares oriundos de bases com essa característica. É possível apontar, portanto, que mesmo não admitindo a generalização para o tipo paroquial de representação parlamentar, assim como, não havendo uma predominância da votação de tipo Dominante, a capital do estado, sua Região

Metropolitana e os maiores municípios do Estado passam a contar com menor número de representantes no pleito de 2010.

Esse fato também possui relação com a mudança de posicionamento do PT e dos partidos com trajetória oposicionista em relação aos governos: quando na oposição, a geografia do voto desses partidos estava mais vinculada a essas grandes cidades, principalmente Salvador e Região Metropolitana – logo, o padrão de votação com presença mais significativa entre seus parlamentares era o tipo Concentrado/Não Dominante. Em 2010, mesmo mantendo a predominância desse padrão, a bancada do PT passa a ter uma presença eleitoral mais relevante em outras regiões; entre os outros partidos com trajetória oposicionista anterior a 2002, conforme será visto a seguir, também se percebe a redução da votação de tipo Concentrado/Não Dominante entre seus representantes.

O recorte analisado anteriormente entre *partidos de oposição/votação Não Dominante* e *partido governista/votação Dominante*, por outro lado, só é válido de maneira esquemática para o pleito de 2002, já que, como visto, em 2010, partidos que vieram de trajetória oposicionista anterior a 2002 e estavam na condição governista, como o PT, PSB e PCdoB, tiveram suas bases impactadas pelo reposicionamento, passando a se observar a presença do padrão Dominante nas votações de seus parlamentares, porém não modificando a predominância do padrão Não Dominante. Também para o caso dos partidos de tradição governista, em 2010 na oposição nos dois planos, como o PFL/DEM, não se percebe uma alteração no padrão predominante de sua votação, nem uma tendência a um equilíbrio entre os padrões. Como apontado no início da seção, a análise apenas da votação da bancada partidária, porém, não dá conta de visualizar por inteiro os efeitos do reposicionamento frente aos governos sobre o eleitorado do partido – já que não alcança toda sua presença eleitoral no estado, restando a votação dos candidatos não eleitos e os votos em legenda. Essa análise será feita em outra seção.

Os tipos Concentrado/Dominante e Disperso/Dominante aparecem mantendo certa estabilidade e equilíbrio no período: em 2002 os dois tipos aparecem em 26,98% dos deputados eleitos; em 2010 novamente atingem o mesmo patamar de representação, com 23,81% dos deputados eleitos, cada um. A diferença ocorre em 2006, onde a tipologia Concentrado/Dominante é a de menor presença entre os deputados, com 20,63% deles, enquanto que o tipo Disperso/Dominante aparece em 25,40% dos parlamentares. Os parlamentares enquadrados nesse perfil de base eleitoral seriam classificados, pela literatura, como representantes de partidos *catch all*, partidos menos programáticos e mais vinculados a

governos, com capacidade de obter acesso a cargos e recursos controlados pelo Poder Executivo (CARVALHO, 2003; BORGES, SANCHES FILHO e ROCHA, 2011).

A seguir apresenta-se a distribuição dessas tipologias combinadas entre as bancadas partidárias no mesmo período selecionado, podendo visualizar, portanto, em quais características eleitorais esses partidos se enquadram.

### ***3.3.2 A tipologia de votação combinada por bancadas partidárias, nas eleições de 2002, 2006 e 2010***

Conforme apontado anteriormente e analisado em seção anterior, a distribuição das votações dos partidos de trajetória oposicionista no ano de 2002 é de padrão mais Concentrado e Não Dominante, o que evidencia um peso mais significativo dos grandes centros urbanos na base eleitoral de seus parlamentares. Esse padrão passa a sofrer modificações a partir de 2006, sendo mais significativa a mudança na eleição de 2010, com maior presença do padrão de votação Dispersa e também do tipo Dominante, entre seus parlamentares. Essa análise foi estabelecida de maneira isolada, onde se observou a distribuição da votação dos partidos nos padrões Concentrado e Disperso, para em seguida verificar essa distribuição entre os padrões Dominante/Não Dominante. Nesta seção visualiza-se essa distribuição de maneira combinada, analisando de maneira mais completa a geografia eleitoral dos Deputados Estaduais da Bahia.

A organização das legendas seguiu o mesmo roteiro adotado no capítulo 2, onde foram estabelecidos blocos partidários com base em seus posicionamentos no espectro governo/oposição nos dois níveis federativos, nos três pleitos. Assim, o Bloco 1 é composto pelos partidos que participam dos governos nos dois níveis (situação/situação); o Bloco 2 é composto pelos partidos que são situação no plano Federal e oposição no plano estadual (situação/oposição); o Bloco 3, composto pelos partidos que são oposição no plano nacional e situação no plano local (oposição/situação); e no Bloco 4 estão os partidos que fazem oposição nos dois planos. A ausência do bloco 3 nos pleitos de 2002 e 2010 se explica pelo fato de que, somente em 2006 foram eleitos parlamentares de partidos que se posicionaram como oposição nacional e situação em nível local. Mesmo assim, adotou-se a numeração dos blocos de maneira fixa, a representar os 4 cenários.

**Quadro 35: Classificação da votação das bancadas do Bloco 1 (situação/situação), nas tipologias combinadas, em 2002:**

	C/D	%	C/ND	%	D/D	%	D/ND	%	TOTAL	%
<b>PFL</b>	4	10,53	0	--	11	28,95	1	2,63	16	42,10
<b>PPB*</b>	2	5,26	1	2,63	1	2,63	3	7,89	7	18,42
<b>PL</b>	1	2,63	1	2,63	1	2,63	1	2,63	4	10,53
<b>PST**</b>	2	5,26	1	2,63	1	2,63	0	--	4	10,53
<b>PSD***</b>	0	--	2	5,26	0	--	0	--	2	5,26
<b>PRP</b>	0	--	1	2,63	0	--	0	--	1	2,63
<b>PTB</b>	2	5,26	0	--	2	5,26	0	--	4	10,53
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>28,95</b>	<b>6</b>	<b>15,79</b>	<b>16</b>	<b>42,10</b>	<b>5</b>	<b>13,16</b>	<b>38</b>	<b>100</b>

C/D: Concentrado/Dominante; C/ND: Concentrado/Não Dominante; D/D: Disperso/Dominante; D/ND: Disperso/Não Dominante.

\* O partido viria a se reorganizar como PP posteriormente.

\*\* A partir de 2003 o partido passou a se organizar no PL.

\*\*\* A partir de 2003 o partido se reorganizou no PTB.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE.

**Quadro 36: Bancadas do Bloco 2 (situação/oposição), de acordo com as tipologias combinadas Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2002:**

	C/D	%	C/ND	%	D/D	%	D/ND	%	TOTAL	%
<b>PSDB</b>	1	14,29	0	--	1	14,29	1	14,29	3	42,86
<b>PMDB</b>	3	42,86	0	--	0	--	0	--	3	42,86
<b>PSC</b>	0	--	0	--	0	--	1	14,29	1	14,29
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>57,14</b>	<b>0</b>	<b>--</b>	<b>1</b>	<b>14,29</b>	<b>2</b>	<b>28,57</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

C/D: Concentrado/Dominante; C/ND: Concentrado/Não Dominante; D/D: Disperso/Dominante; D/ND: Disperso/Não Dominante.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE.

**Quadro 37: Bancadas do Bloco 4 (oposição/oposição), de acordo com as tipologias combinadas Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2002:**

	C/D	%	C/ND	%	D/D	%	D/ND	%	TOTAL	%
<b>PT</b>	2	11,11	8	44,44	0	--	0	--	10	55,56
<b>PDT</b>	0	--	2	11,11	0	--	0	--	2	11,11
<b>PCdoB</b>	0	--	2	11,11	0	--	1	5,56	3	16,67
<b>PSB</b>	0	--	2	11,11	0	--	0	--	2	11,11
<b>PPS</b>	0	--	1	5,56	0	--	0	--	1	5,56
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>11,11</b>	<b>15</b>	<b>83,33</b>	<b>0</b>	<b>--</b>	<b>1</b>	<b>5,56</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

C/D: Concentrado/Dominante; C/ND: Concentrado/Não Dominante; D/D: Disperso/Dominante; D/ND: Disperso/Não Dominante.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE.

Comparando os quadros, é possível perceber que na tipologia Concentrado/Dominante há uma presença majoritária de parlamentares vinculados às agremiações governistas, enquanto que na tipologia Concentrado/Não Dominante a presença mais significativa é dos

parlamentares dos partidos com trajetória oposicionista até aquele pleito – o que demonstra a maior penetração eleitoral dessas agremiações na capital e nas grandes cidades. Já nas outras duas tipologias combinadas, para a eleição de 2002, os parlamentares dos partidos da situação são maioria nas tipologias Disperso/Dominante e Disperso/Não Dominante, o que apenas comprova a predominância do padrão Disperso entre as votações dos parlamentares governistas. O padrão Disperso, assim como a votação de tipo Dominante, caracteriza bases eleitorais de pequenos e médios municípios, com menor desenvolvimento econômico e mais baixos indicadores sociais.

**Quadro 38: Bancadas dos partidos do Bloco 1 (situação/situação), de acordo com as tipologias combinadas, Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2006:**

	C/D	%	C/ND	%	D/D	%	D/ND	%	TOTAL	%
<b>PL</b>	1	10%	1	10%	3	30%	0	--	5	50%
<b>PP</b>	1	10%	0	--	2	20%	2	20%	5	50%
<b>TOTAL</b>	2	20%	1	10%	5	50%	2	20%	10	100%

C/D: Concentrado/Dominante; C/ND: Concentrado/Não Dominante; D/D: Disperso/Dominante; D/ND: Disperso/Não Dominante.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do TSE.

**Quadro 39: Bancadas dos partidos do Bloco 2 (situação/oposição), de acordo com as tipologias combinadas, Concentração/Dispersão e Dominância na eleição de 2006:**

	C/D	%	C/ND	%	D/D	%	D/ND	%	TOTAL	%
<b>PT</b>	0	--	4	15,38	0	--	6	23,08	10	38,46
<b>PMDB</b>	2	7,69	1	3,85	1	3,85	2	7,69	6	23,08
<b>PDT</b>	0	--	3	11,54	0	--	0	--	3	11,54
<b>PCdoB</b>	0	--	2	7,69	0	--	1	3,85	3	11,54
<b>PSB</b>	0	--	1	3,85	0	--	0	--	1	3,85
<b>PMN</b>	1	3,85	0	--	0	--	0	--	1	3,85
<b>PRTB</b>	0	--	1	3,85	0	--	1	3,85	2	7,69
<b>TOTAL</b>	3	11,54	12	46,15	1	3,85	10	38,46	26	100

C/D: Concentrado/Dominante; C/ND: Concentrado/Não Dominante; D/D: Disperso/Dominante; D/ND: Disperso/Não Dominante.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do TSE.

**Quadro 40: Bancadas dos partidos do Bloco 3 (oposição/situação), de acordo com tipologias combinadas, Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2006:**

	C/D	%	C/ND	%	D/D	%	D/ND	%	TOTAL	%
<b>PFL</b>	3	13,64	2	9,09	10	45,45	1	4,54	16	72,72
<b>PRP</b>	2	9,09	1	4,54	0	--	0	--	3	13,64
<b>PTdoB</b>	1	4,54	0	--	0	--	0	--	1	4,54
<b>PSL</b>	1	4,54	0	--	0	--	0	--	1	4,54
<b>PTN</b>	0	--	1	4,54	0	--	0	--	1	4,54
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>31,81</b>	<b>4</b>	<b>18,18</b>	<b>10</b>	<b>45,45</b>	<b>1</b>	<b>4,54</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

C/D: Concentrado/Dominante; C/ND: Concentrado/Não Dominante; D/D: Disperso/Dominante; D/ND: Disperso/Não Dominante.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do TSE.

**Quadro 41: Bancadas dos partidos do Bloco 4 (oposição/oposição), de acordo com as tipologias combinadas, Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2006:**

	C/D	%	C/ND	%	D/D	%	D/ND	%	TOTAL	%
<b>PSDB</b>	1	20%	0	--	0	--	2	40%	3	60%
<b>PSC</b>	0	--	1	20%	0	--	1	20%	2	40%
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>20%</b>	<b>1</b>	<b>20%</b>	<b>0</b>	<b>--</b>	<b>3</b>	<b>60%</b>	<b>5</b>	<b>100</b>

C/D: Concentrado/Dominante; C/ND: Concentrado/Não Dominante; D/D: Disperso/Dominante; D/ND: Disperso/Não Dominante.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do TSE.

Em 2006 as características das bases eleitorais das bancadas em comparação com a distribuição de 2002 sofrem alterações de menor relevância. O padrão de votação Concentrado/Dominante e Disperso/Dominante permanece vinculado às agremiações que vieram de trajetória governista anterior a 2002, agora concentradas principalmente nos blocos 1 e 3 – com destaque para o tipo Disperso/Dominante com maioria significativa dos parlamentares dessas legendas, confirmando o que apresenta a literatura em relação ao perfil dos redutos eleitorais desses partidos.

Como já apontado nas análises anteriores, sem agregar as tipologias, chama a atenção a maioria de parlamentares com padrão de votação Não Dominante entre os partidos do bloco 2, o que demonstra que a participação no governo Federal não operou mudanças significativas no tipo de base eleitoral desses partidos; porém, o equilíbrio entre os padrões Concentrado/Não Dominante e Disperso/Não Dominante já aponta para uma maior distribuição da presença eleitoral desses partidos pelo estado, no entanto, sem as características da base eleitoral do parlamentar de reduto, de acordo com a literatura: a que

combina o padrão Disperso, com o padrão Dominante, geralmente ancorado pela estrutura que consegue mobilizar nas secretarias e instituições do estado.

Merece destaque uma observação ainda em relação a esse bloco de partidos: os únicos partidos que aparecem com parlamentares situados nos padrões Concentrado/Dominante e Disperso/Dominante – mesmo não sendo os padrões predominantes entre eles – são aqueles que vieram de trajetória de algum pertencimento a esferas de governo, seja em nível estadual, seja no Federal, anterior: o PMDB e o PMN. Neste pleito, estavam compondo a mesma coligação liderada pelo PT. Esse dado reforça ainda mais a percepção de que, ainda nesse pleito, os partidos com trajetória oposicionista não sofrem efeitos significativos nas características de suas bases eleitorais com o fato de estarem alinhados ao governo no plano nacional, já que todos os seus representantes possuem bases eleitorais de tipo Não Dominante.

**Quadro 42: Bancadas dos partidos do Bloco 1 (situação/situação), de acordo com as tipologias combinadas Concentração /Dispersão e Dominância, na eleição de 2010:**

	C/D	%	C/ND	%	D/D	%	D/ND	%	TOTAL	%
<b>PT</b>	3	9,09	4	12,12	1	3,03	5	15,15	13	39,39
<b>PDT</b>	0	--	0	--	3	9,09	2	6,06	5	15,15
<b>PCdoB</b>	1	3,03	1	3,03	0	--	1	3,03	3	9,09
<b>PSB</b>	0	--	0	--	0	--	2	6,06	2	6,06
<b>PP</b>	0	--	0	--	5	15,15	1	3,03	6	18,18
<b>PSL</b>	0	--	1	3,03	1	3,03	0	--	2	6,06
<b>PRB</b>	0	--	1	3,03	0	--	1	3,03	2	6,06
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>12,12</b>	<b>7</b>	<b>21,21</b>	<b>10</b>	<b>30,30</b>	<b>12</b>	<b>36,36</b>	<b>33</b>	<b>100</b>

C/D: Concentrado/Dominante; C/ND: Concentrado/Não Dominante; D/D: Disperso/Dominante; D/ND: Disperso/Não Dominante.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do TSE.

**Quadro 43: Bancadas dos partidos do Bloco 2 (situação/oposição), de acordo com as tipologias combinadas Concentração/Dispersão e Dominância, na eleição de 2010:**

	C/D	%	C/ND	%	D/D	%	D/ND	%	TOTAL	%
<b>PMDB</b>	2	10%	1	5%	1	5%	2	10%	6	30%
<b>PR</b>	2	10%	1	5%	0	--	1	5%	4	20%
<b>PTN</b>	0	--	3	15%	0	--	0	--	3	15%
<b>PSC</b>	2	10%	1	5%	0	--	2	10%	5	25%
<b>PRP</b>	0	--	0	--	1	5%	1	5%	2	10%
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>30%</b>	<b>6</b>	<b>30%</b>	<b>2</b>	<b>10%</b>	<b>6</b>	<b>30%</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

C/D: Concentrado/Dominante; C/ND: Concentrado/Não Dominante; D/D: Disperso/Dominante; D/ND: Disperso/Não Dominante.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do TSE.

**Quadro 44: Bancadas dos partidos do Bloco 4 (oposição/oposição), de acordo com as tipologias combinadas Concentração/Dispersão e Dominância, em 2010:**

	C/D	%	C/ND	%	D/D	%	D/ND	%	TOTAL	%
<b>DEM</b>	1	10%	0	--	3	30%	1	10%	5	50%
<b>PSDB</b>	1	10%	1	10%	0	--	0	--	2	20%
<b>PV</b>	1	10%	0	--	0	--	0	--	1	10%
<b>PTdoB</b>	2	20%	0	--	0	--	0	--	2	20%
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>20%</b>	<b>1</b>	<b>10%</b>	<b>3</b>	<b>30%</b>	<b>1</b>	<b>10%</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

C/D: Concentrado/Dominante; C/ND: Concentrado/Não Dominante; D/D: Disperso/Dominante; D/ND: Disperso/Não Dominante.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais coletados no site do TSE.

Em 2010 já se observam mudanças mais relevantes nas bases eleitorais dos parlamentares baianos. As bancadas dos partidos com trajetória de oposição anterior a 2002, pela primeira vez participando de um processo eleitoral na condição de governo nos dois planos, passam a ter parlamentares com bases eleitorais de tipo Dominante, com a presença dos padrões Concentrado/Dominante – cinco parlamentares – e Disperso/Dominante – quatro parlamentares. O segundo padrão, porém, está mais vinculado à bancada do PDT, partido que, como vimos, passou a contar em suas fileiras com parlamentares oriundos de outras legendas, com bases eleitorais mais vinculadas a pequenos e médios redutos eleitorais. Esse partido, portanto, está mais alinhado ao padrão apontado pela literatura como mais propício aos partidos governistas: o padrão de votação Disperso/Dominante. Além disso, entre os deputados do PP, também predomina o padrão Disperso/Dominante – com cinco, dos seis parlamentares eleitos, nesse padrão. Apenas um parlamentar do PT possui esse tipo de base eleitoral. No entanto, permanece entre as agremiações desse bloco, a predominância dos padrões de votação do tipo Não Dominante, seja ele Concentrado ou Disperso. Mesmo assim, o fato de terem migrado para a condição de governo nos dois planos efetivou mudança significativa no padrão de votação dos parlamentares dos partidos com essa trajetória: a incidência do padrão Dominante em suas votações é muito relevante, mesmo não alterando a predominância do padrão Não Dominante, podendo sugerir que a tendência, em pleito posterior (não abarcado por essa dissertação), seja a Dominância eleitoral, já que, aqui é considerado somente um período de participação nos dois planos de governo.

Dentre os partidos do bloco 2, apenas o PMDB era situação Federal e oposição no Estado no pleito anterior. Entre os outros, somente o PR (antigo PL) era situação nos dois planos, mesmo numa conjuntura diferenciada de governos. Além do PP, do bloco 1

(situação/situação), parte desses partidos do bloco 2 foi beneficiada pelo processo de mudanças nas prefeituras ocorrido pós-2006, com a elevada debandada de prefeitos saídos da base carlista para alguma legenda da base do novo governo e, em 2008, com o processo eleitoral nos municípios. Observando o quadro chama a atenção o equilíbrio da presença de três das quatro tipologias combinadas no somatório dos parlamentares dessas siglas: 6 deputados nas tipologias Concentrado/Dominante, Concentrado/Não Dominante e Disperso/Não Dominante. O padrão Concentrado/Não Dominante está presente em todos os parlamentares do PTN – caracterizando a presença eleitoral de seu principal representante (João Carlos Bacelar) na cidade de Salvador. E o Disperso/Não Dominante é um padrão mais diluído entre os partidos, não tendo destaque em nenhum em especial.

O diagnóstico apontado em relação aos partidos de trajetória oposicionista anterior a 2002, agora no bloco 1 (situação nos dois planos) também se aplica ao caso do principal partido que participou do processo como oposição nos dois planos, vindo de uma trajetória governista em ao menos uma esfera: o agora DEM, principal legenda de sustentação do esquema carlista na Bahia. Sem contar com o acesso a recursos e estruturas da máquina governamental no estado, esse partido obtém expressiva perda de seu número de representantes, mesmo sem alterar a característica predominante de suas bases eleitorais: quatro, dos cinco parlamentares eleitos pelo DEM tiveram bases eleitorais de tipo Dominante, três desses no padrão Disperso/Dominante – teoricamente, clássico padrão eleitoral de partidos governistas. Como mencionado, porém, o fato de não contar com acesso a recursos de governo, ressaltou a incapacidade de seus candidatos exercerem uma dominância eleitoral em determinados redutos, inviabilizando, na maioria dos casos, a eleição.

O PSDB também não apresentou mudanças importantes em suas bases eleitorais, permanecendo, entre seus representantes, praticamente as mesmas características de padrões de votação.

Portanto, também em relação a esse bloco de partidos não se pode afirmar que o reposicionamento partidário frente aos governos alterou a predominância do padrão mais incidente – nesse caso, o Dominante – em suas votações, apesar de ter impactado sobre parcela significativa de seus redutos. Essa discussão será mais bem explorada em seção posterior, onde serão analisadas com mais detalhes as características das bases eleitorais dos três principais partidos nestes três pleitos, a partir de suas votações agregadas.

### **3.4 ANÁLISE EMPÍRICA DAS VOTAÇÕES AGREGADAS DO PT, PMDB E PFL/DEM PARA DEPUTADO ESTADUAL, NAS ELEIÇÕES DE 2002, 2006 E 2010**

Nesta seção busca-se completar as distintas dimensões de análise da Geografia do Voto dos partidos para deputado estadual na Bahia, a partir da visualização e cálculo da distribuição da votação agregada dos partidos (votos nominais + voto em legenda) entre os municípios do estado. Para cumprir o objetivo de analisar as votações agregadas, utiliza-se um método mais adequado de acordo com a literatura especializada na temática, a partir dos indicadores: índice de dominância eleitoral, razão de dominância e índice de fragmentação.

Esses indicadores estão presentes no estudo de Borges, Sanches Filho e Rocha (2011), que procurou analisar a dominância da votação de determinados partidos para Deputado Federal em três estados da Federação, procurando também relacionar com a participação desses partidos em governos. Os autores identificaram uma tendência à modificação das bases eleitorais dos partidos à medida que se reposicionam frente aos governos, analisando as eleições de 1998 a 2006 – nesse caso, com apenas um plano de reposicionamento partidário para o caso da Bahia, já que até esse pleito o PT ainda fazia oposição ao governo do estado. A presente pesquisa buscou analisar as eleições de 2002 a 2010, acrescentando, portanto, mais um cenário de reposicionamento e visualizando o impacto dos dois planos na votação dos partidos – mesmo que em apenas um período de governo em dois planos dos partidos com trajetória oposicionista anterior a 2002. Busca-se aqui perceber essas questões para a votação dos partidos para Deputado Estadual.

Nos capítulos e seções anteriores foram utilizados os conceitos de Dominância e Concentração/Dispersão dos votos formulados por Barry Ames (2001) e adaptados por Carvalho (2003) para análise da geografia do voto dos deputados individualmente. Nessa seção, utilizam-se os mesmo conceitos de Dominância e, nesse caso, Fragmentação (ou seja, dispersão das votações), também originalmente elaborados por Ames (2001), porém adaptados para a análise dos *Partidos Políticos*, a partir da inovação sugerida no já citado trabalho de Borges, Sanches Filho e Rocha (2011) – indicadas como mais apropriadas no estudo de votações agregadas.

Apesar de o formato do sistema eleitoral de lista aberta no Brasil ressaltar o papel do candidato a deputado, já que ao eleitor é oferecida a candidatura pessoal e não uma lista fechada – aliada à permissão para as coligações proporcionais –, o partido político tem importante papel na estruturação do processo eleitoral, já que cabe a ele a distribuição do

fundo partidário, assim como o tempo de propaganda eleitoral, aos candidatos da lista. É também de responsabilidade da liderança partidária o papel de conduzir as articulações para viabilizar as alianças na arena eleitoral, seja levando em consideração a participação no governo, seja coligando-se com legendas que possuem candidatos “puxadores de voto”. O Partido dos Trabalhadores possui uma particularidade nessa questão, já que, nos pleitos analisados, obteve grande percentual de votos de legenda, contribuindo, dessa forma, para ampliar o quociente eleitoral da chapa que participa. A literatura revisitada que trata do sistema eleitoral, assim como dos partidos políticos, é bastante explícita quanto ao papel de menor visibilidade e preponderância do partido na arena eleitoral e um conjunto de regras e instituições que ressaltam sua importância na arena legislativa (NICOLAU, 2006; PALERMO, 2000).

Desse modo, considera-se também relevante perceber a dimensão da Dominância eleitoral no que se refere às votações dos partidos, não apenas dos candidatos isolados, para que seja possível verificar a confirmação, ou não, de determinadas tendências já observadas nos capítulos anteriores, referentes às votações dos parlamentares dessas legendas.

Assim, seguindo a sugestão do estudo de Borges, Sanches Filho e Rocha (2011), calcula-se aqui o chamado “Índice de Dominância” através da fórmula  $\sum (V_i \times C_i) / 100$  ( $i = 1, 2, 3...N$ ), sendo  $V_i$  a votação do partido no município (% dos votos válidos),  $C_i$  a contribuição do município  $i$  à votação total do partido (% sobre a totalidade de seus votos) e  $N$  o total de municípios no distrito eleitoral analisado. Essa fórmula apresenta a possibilidade de alcançar toda a distribuição eleitoral dos partidos no Estado, já que, como salientam os autores, “alguns dos pressupostos utilizados na análise de Ames (2001) para os deputados tomados individualmente não são válidos para os partidos como um todo” (BORGES, SANCHES FILHO e ROCHA, 2011, p. 9). Para eles, “um alto índice de dominância indica que os municípios mais importantes para o partido (do ponto de vista da contribuição à votação total) se caracterizam por votações médias elevadas” (IBID, 2011, p. 9).

O cálculo do índice de fragmentação da votação dos partidos é feito também a partir do Índice de Rae invertido, tal como utilizado por Carvalho (2003), muito comum nos estudos nessa área, porém adaptados ao universo das votações agregadas: a fórmula para mensuração do índice é dada por  $1 / (\sum C_i^2)$ , sendo  $i = 1, 2, 3...N$ , onde  $C_i$  equivale à contribuição do município  $i$  à votação total do partido no estado, em número de votos. É esse indicador que apresenta o peso aproximado dos municípios de votação efetiva do partido.

A razão de Dominância é calculada levando em consideração o índice de Dominância do partido nos municípios e a votação percentual do partido nos votos válidos do estado,

demonstrando, quando elevada, uma maior importância dos municípios de alta dominância à votação total do partido. Conforme explicado no estudo de Borges, Sanches Filho e Rocha (2011):

Em tese, se a votação do partido fosse uniformemente distribuída por todo estado, de modo que a contribuição de cada município à votação total do partido fosse idêntica a distribuição dos votos válidos, o índice de dominância e a votação percentual se igualariam, e a razão de dominância seria igual a 1. Quando a razão é alta (i.e. a dominância é bem maior do que a votação global no estado) isso significa que há uma maior distância entre a votação do partido nos seus redutos e a votação nos municípios abaixo ou dentro da média. Com isso, é de se esperar que a contribuição dos municípios de votação elevada à votação total se amplie (BORGES, SANCHES FILHO e ROCHA, 2011, p. 10).

O que os autores sugerem, a partir da citação, é que quanto maior a Razão de Dominância da votação agregada dos partidos, maior é a relevância para essas legendas dos redutos que *dominam* eleitoralmente. São esses redutos que caracterizarão o padrão predominante na votação global do partido, já que a votação deste nos municípios que não domina eleitoralmente exerce pouco peso relativo sobre o montante total de seu desempenho.

Optou-se por escolher os três principais partidos em disputa, nos três pleitos selecionados, pelas razões já problematizadas no capítulo 1 dessa dissertação. Além disso, a escolha se dá também pela facilitação na visualização das possíveis mudanças nas votações desses partidos à medida que se repositionam em relação aos governos, contemplando todos os cenários e contribuindo para uma análise mais ampla.

PT, PMDB e PFL/DEM, conforme visto, estiveram em distintas posições nas três eleições selecionadas, sendo a disputa entre PT e PFL/DEM uma referência adaptada da classificação estabelecida por Sartori (1982) acerca dos sistemas de competição bi polar, em que dois pólos tendem para o centro, sendo esses dois partidos, na maior parte do período, os pólos distintos de uma competição plural, onde o PMDB se apresenta como aliado relevante em potencial para cada pólo – como em 2006, quando contribui decisivamente para a vitória petista, já que proporcionou ao campo oposicionista alcançar novos redutos eleitorais no interior do estado. Em 2010, não participando da coligação petista, constituiu um campo de oposição relevante, tendo em vista os partidos que atraiu para sua candidatura ao governo do estado e a presença em prefeituras do interior – representando, portanto, um segundo campo em oposição ao governo.

Conforme analisado no capítulo 1, a conjuntura política na Bahia passou por importantes mudanças no período de 2002 a 2010. Os principais partidos passaram a ocupar distintas posições frente a cada realidade de governo, em nível nacional e estadual, em cada pleito realizado. O PT sai da condição de máxima oposição em 2002 para a de máxima situação em 2010; o PMDB participa, em cada eleição, de alguma esfera de governo, com predominância da participação no governo Federal; e o PFL sai de significativa trajetória governista para a condição de máxima oposição em 2010.

A classificação “sartoriana” acerca dos partidos com *potencial de coalizão* e dos partidos com *potencial de chantagem* também contribui para ressaltar esses casos selecionados. Em 2002 o PT se constituía enquanto partido com *potencial de chantagem*, na medida em que apresentava “relevância competitiva na arena da oposição” (SARTORI, 1982, p. 147). Já o PMDB, em 2006, se apresentava enquanto partido com *potencial de coalizão*, pois se constituiu como partido que possuía “relevância governamental na arena da formação de coalizões” (IBID, 1982, p. 147). Em 2010 tanto o DEM, quanto o PMDB se apresentam como partidos com *potencial de chantagem*, pois os dois se apresentaram para a competição com blocos distintos de oposição ao campo governista liderado pelo PT.

O desdobramento desses cenários sobre a votação agregada dos partidos pôde ser visualizado no capítulo 2, onde se identificou o progressivo crescimento da votação do PT e do PMDB e a acentuada redução da presença eleitoral do PFL/DEM de 2006 a 2010, depois de ter conseguido oscilar positivamente seu eleitorado de 2002 a 2006 – mesmo tendo sido derrotado no plano majoritário. A seguir, pode-se visualizar como esses cenários se desdobraram na participação do eleitorado desses partidos sobre os votos válidos para deputado estadual na Bahia. A apresentação desses dados possui relevância para a análise da razão de dominância dos partidos selecionados que é feita em seguida.

**Quadro 45: Votação para deputado estadual na Bahia (PT, PMDB e PFL/DEM), 2002-2010 - % dos votos válidos:**

	<b>PT</b>	<b>PMDB</b>	<b>PFL/DEM</b>
<b>2002</b>	15,95%	5,07%	23,81%
<b>2006</b>	16,47%	5,95%	25,55%
<b>2010</b>	20,12%	10,15%	6,45%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do site do IpeaData.

É possível perceber no quadro acima que o crescimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores sobre o conjunto dos votos válidos na Bahia é mais notável do que tomando a votação do partido isoladamente, como visto no capítulo 2. Ainda assim, a melhor marca do PT, em 2010, não alcançou o melhor desempenho do PFL, em 2006. Esse fato, por um lado, dialoga com informação extraída do trabalho de Dantas Neto (2010) já mencionado em capítulo anterior, acerca da votação do carlismo no plano majoritário não ultrapassar a marca de um terço do eleitorado baiano. Ao se confrontar com o desempenho do partido no plano proporcional pode-se inferir que, se cerca 23% a 25% dos eleitores optaram por votar em candidatos filiados ao PFL, ou na legenda, em 2002 e 2006, logo o desempenho do partido nesse plano era mais condizente com o desempenho no plano majoritário. Esse dado também tem relação com as estratégias de controle da máquina do estado por parte da elite carlista, já bastante evidenciado em Dantas Neto (2003; 2006a; 2006b; 2010a), quando um dos aspectos centrais da ação carlista era o controle da “cartografia” política do estado, mobilizando o eleitorado em distintas zonas para eleger os candidatos de maior confiança da elite política mandante. Ao serem analisados abaixo os padrões de Dominância eleitoral do PFL no período, confirma-se esse aspecto característico de seu eleitorado.

Chama a atenção também o crescimento proporcional do PMDB entre o pleito de 2006 e o de 2010, já que do primeiro pleito selecionado a 2006 o crescimento foi pouco significativo – assim como no caso do PT. Em certa medida, é possível considerar que esses dois crescimentos se dão sobre a queda significativa da presença proporcional de votos do PFL/DEM.

A explicação para o crescimento da votação do PT pode estar relacionada com a passagem do campo da oposição no governo do estado para a de situação nos dois planos em 2010. Por outro lado, no caso do PMDB, mesmo tendo participado das eleições de 2006 e 2010 como oposição ao governo estadual, sua presença nos dois primeiros anos do Governo do Estado liderado pelo PT, além da participação efetiva no Governo Federal, proporcionou amplo crescimento do partido entre as prefeituras do Estado, principalmente através da cooptação de antigos prefeitos do campo carlista, derrotado em 2006 – o que contribuiu para dar ao partido a capacidade eleitoral que obteve no pleito de 2010, na competição proporcional.

Feitos os esclarecimentos acerca da relevância da seleção desses três partidos para a análise dessa seção e apresentando suas votações agregadas no período, segue, a seguir, a visualização e análise dos indicadores referentes ao Índice de Dominância, Razão de Dominância e Índice de Fragmentação de suas votações nos três pleitos analisados.

**Quadro 46: Índices de Dominância, Fragmentação, razão de dominância e percentual dos 20 municípios de melhor desempenho – PT, PMDB e PFL/DEM (Deputado Estadual Bahia):**

	<i>Dominância</i>	<i>Dom./Vot. (%)</i>	<i>Fragmentação</i>	<i>Mun. (1-20)</i>
<b><i>PFL 2002</i></b>	41,42	1,74	5,69	25,51
<b><i>PFL 2006</i></b>	38,12	1,49	2,41	31,91
<b><i>DEM 2010</i></b>	50,18	7,78	3,39	41,16
<hr/>				
<b><i>PMDB 2002</i></b>	16,51	0,31	3,28	57,72
<b><i>PMDB 2006</i></b>	16,31	2,74	1,47	57,02
<b><i>PMDB 2010</i></b>	21,02	2,07	8,14	43,86
<hr/>				
<b><i>PT 2002</i></b>	22,68	1,42	1,37	57,37
<b><i>PT 2006</i></b>	21,79	1,32	1,73	50,02
<b><i>PT 2010</i></b>	25,98	1,29	1,43	43,93

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados no site do IpeaData.

A partir do quadro pode-se constatar que mudança dos posicionamentos dos partidos em relação aos governos impactou significativas alterações em sua geografia eleitoral. No caso da variação nos índices de Dominância do PT nos três pleitos selecionados, é possível notar a relevância do alinhamento nos dois planos, pois esse índice decresce em 2006, para ampliar em 2010. Porém, cabe mencionar que, no pleito de 2006 a queda do índice de Dominância se dá em paralelo ao crescimento do índice de Fragmentação, apontando um cenário de tendência à ampliação do número de municípios de votação efetiva do partido, ou seja, sua votação se torna mais dispersiva pelo Estado – convergindo com o desempenho da bancada, no mesmo pleito e demonstrando que houve, também para o reposicionamento Federal, algum impacto sobre suas bases eleitorais.

Com relação ao Índice de Dominância, o mesmo fenômeno se manifesta no PMDB. A dispersão de seu eleitorado, porém, não acompanha o mesmo movimento observado no caso do PT. Ao contrário: a queda de seu Índice de Fragmentação é até significativa, demonstrando uma redução da dispersão eleitoral da votação agregada do partido – nesse caso não acompanhando o desempenho dos deputados tomados isoladamente.

A situação do PFL/DEM é ainda mais diferenciada quando se analisa o pleito de 2006: além de ter ampliado seu eleitorado em relação ao pleito anterior, o partido obtém uma pequena redução de seu Índice de Dominância e da sua Razão de Dominância, além de uma maior redução de seu Índice de Fragmentação. Essas oscilações no período apontam para um

cenário em que no PFL se manifesta o início de uma possível tendência à penetração eleitoral em cidades nas quais concentra seus votos, mas não conseguem dominá-las, já que reduz (mesmo timidamente) a relevância dos municípios que *domina* eleitoralmente no conjunto da sua votação global (indicada pela queda da Razão de Dominância; explicada também pela ampliação de sua votação, neste pleito), assim como reduz (também timidamente) sua dispersão eleitoral (apontada pelo índice de Fragmentação) – em convergência com o desempenho da bancada.

O índice de Dominância do PFL/DEM varia inversamente ao seu desempenho eleitoral: reduz de 2002 a 2006 e amplia significativamente de 2006 a 2010, quando sua participação nos votos válidos amplia no primeiro período e reduz drasticamente no segundo.

No período de 2006 a 2010 os cenários sofrem novas variações. No caso do PT, no período, o aumento do Índice de Dominância, aliado à diminuição (mesmo tímida) da Razão de Dominância de sua votação, explica-se pela maior relevância exercida pelo elemento de ampliação de sua votação sobre o conjunto dos votos válidos do período. Ou seja: apesar de obter aumento significativo de seu Índice de Dominância, sua votação global também foi ampliada significativamente, inibindo o efeito dos municípios que o partido exerce *domínio* eleitoral sobre o conjunto de sua votação no Estado. A leve diminuição de seu Índice de Fragmentação pode indicar que o partido, além de aumentar sua votação por todo o Estado, fortaleceu, também, sua presença nos municípios em que concentra a maior parcela dos votos, sendo mais significativo do que o efeito da dispersão eleitoral sofrido pelo partido nesse pleito. Em certa medida, esse dado converge com o desempenho da bancada do PT no pleito de 2010, onde grande parte de seus deputados é eleito com votação dispersa, porém, predomina na maior parte o padrão de votação concentrado.

No caso do PMDB a mudança é ainda mais expressiva: além de ampliar seu eleitorado, os Índices de Dominância e de Fragmentação do partido crescem significativamente. Em relação ao primeiro, assim como no caso do PT, a indicação do aumento de sua Dominância eleitoral aparece relativamente diluída no crescimento exponencial da votação do partido, o que justifica a pequena redução de sua Razão de Dominância. A ampliação de seu Índice de Fragmentação, porém, demonstra que, neste pleito, a votação do partido se tornou significativamente dispersa entre os municípios do Estado, não sendo tão relevante para a votação global os municípios nos quais o partido concentrava seus votos. Diferente do padrão mais predominante na bancada do PMDB, a votação agregada do partido, a partir da leitura dos dados do quadro, aponta para um padrão de votação que seria considerado como Disperso/Dominante.

Já no caso do DEM, é significativa a ampliação de seu Índice de Dominância, assim como a queda de sua votação sobre o conjunto dos votos válidos do período, justificando o aumento relevante da sua Razão de Dominância – sugerindo uma dependência maior do partido aos redutos que detém maior controle. Além disso, o partido apresenta uma ampliação do seu Índice de Fragmentação, apontando que, apesar de perder expressivo eleitorado no Estado, essa perda se manifestou de maneira difusa, ampliando a dispersão de sua votação, quando comparada com o desempenho de 2006. Esse desempenho do partido mantém convergência com o de sua bancada, onde a maior parte dos deputados foi eleita com votação Dispersa e Dominante.

No trabalho de Borges, Sanches Filho e Rocha (2011), a condição de pertencimento ao governo nos dois planos proporcionava Índice de Dominância mais elevado e Razão de Dominância mais baixa. No caso dos partidos aqui selecionados, essa correlação é relativamente confirmada: o PT, ao chegar à condição de governo nos dois planos, também amplia seu Índice de Dominância e reduz a Razão de Dominância de seus votos. O PFL em 2002 também apresentava elevado Índice de Dominância e reduzida Razão de Dominância, quando vinha ainda de uma trajetória governista. Por outro lado, estar participando do pleito na oposição nos dois planos não tornou o Índice de Dominância do partido menor: nesse caso ampliou-se significativamente, frente aos pleitos anteriores.

Uma tendência comum aos três partidos, portanto, é a ampliação do Índice de Dominância, mesmo estando em posicionamentos diferenciados frente aos governos. Para os casos do PT e PMDB, essa ampliação pode indicar que a maior participação desses partidos nos governos exerceu impactos significativos sobre as alterações de suas bases eleitorais – mesmo que o PMDB não possuísse, no pleito de 2010, participação no governo estadual, sua maior liderança no estado vinha de uma presença relevante no Governo do Estado (como já mencionado) e no Governo Federal, ocupando importante Ministério e possuindo, com isso, acesso privilegiado a determinados recursos controlados pelo executivo. A ampliação da Dominância desses partidos, aliada ao crescimento eleitoral agregado de seu eleitorado, apontou para um cenário de menor dependência dessas agremiações em relação aos redutos onde obtiveram melhor desempenho eleitoral, já que é decrescente o indicador da participação dos vinte municípios em que foram mais votados sobre o montante total dos seus votos. Além disso, no caso do PMDB, ampliou-se significativamente seu Índice de Fragmentação no pleito de 2010, dotando o partido de maior capilaridade eleitoral no conjunto do Estado, sem destaque para os municípios em que concentra seus votos. Por outro lado, apesar de diluído no montante geral das votações, outro dado significativo é a efetiva incidência, nesses dois

partidos – e a partir dos reposicionamentos – da Dominância Eleitoral em suas bases eleitorais.

O DEM, em 2010, amplia todos esses indicadores, o que significa uma relativa fragilização das bases eleitorais desse partido, contribuindo para ampliar a importância das áreas de reduto para a votação total. Apesar da tendência verificada nesse caso em oscilar positivamente a correlação de sua votação com o IDH dos municípios, essa correlação permanece sendo negativa, confirmando a manutenção de determinados redutos eleitorais de pequena e média dimensão, nos quais o partido ainda mantém um patamar de domínio sobre o eleitorado – ao menos até esse pleito.

Ao se correlacionarem as votações do PFL/DEM e do PT no período selecionado, somente a partir das eleições de 2002 e 2010, onde as variações são comparativamente maiores, com o IDH e a população rural dos municípios, segue-se indicação da literatura que aponta para a relevância de se observar mais de um indicador social nos estudos referentes às bases eleitorais de partidos e candidatos. Sendo assim, é possível reforçar algumas questões analisadas acima:

**Quadro 47: Correlação das votações do PT e PFL/DEM para deputado estadual na Bahia com o IDH e a população rural dos municípios do estado, nas eleições de 2002 e 2010:**

	<b>IDH</b>	<b>Pop. Rural</b>
<b>PT 2002</b>	0,381	0,048
<b>PT 2010</b>	0,066	0,117
<b>PFL/DEM 2002</b>	-0,247	0,211
<b>PFL/DEM 2010</b>	-0,061	0,131

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados no site do IpeaData.

Pode-se perceber, portanto, que a tendência apontada à correlação com o IDH também se confirma para o caso da presença eleitoral dos partidos entre os municípios de maior população rural. O PFL em 2002 tinha presença eleitoral mais significativa nos municípios com maior população rural e menor presença eleitoral nas cidades de maior IDH. Já a votação do PT no mesmo ano era maior entre os municípios de mais elevado IDH e menor naqueles com maior população rural – em que pese não ser uma correlação negativa, mas é um indicador muito próximo a zero, sugerindo uma quase ausência de correlação. Em 2010 é

possível perceber um crescimento da presença eleitoral do PT entre os municípios com maior população rural, na mesma medida em que o partido reduz sua correlação eleitoral com os municípios com maior IDH – mesmo permanecendo com uma correlação positiva –, o que combina, em certa medida, com o desempenho do PT no plano majoritário, no qual vinha se beneficiando eleitoralmente com as políticas sociais adotadas no seu governo, com destaque para o Programa Bolsa Família (NICOLAU & PEIXOTO, 2007).

Esse dado é relevante, tendo em vista a consideração de que o reposicionamento nos dois planos para o caso do PT exerceu significativo impacto sobre as características de suas bases eleitorais – sobre sua Geografia do Voto –, aproximando destacadamente os perfis de seu eleitorado com o eleitorado do PFL/DEM – que apresenta tendência inversa, de redução da correlação negativa com o IDH e redução da correlação positiva em relação à população rural. A considerar que esse estudo deu conta de apenas um período de análise do PT na condição de governista nos dois planos e do DEM de opositor nos dois planos, é possível sugerir que esses elementos se apresentem como uma tendência em pleito posterior, que esse estudo não se propôs a trabalhar.

### **3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO**

Neste capítulo contemplou-se a dimensão vertical da votação dos parlamentares baianos, completando a dupla dimensão de análise presente na literatura da Geografia do Voto, onde foi possível identificar em que medida os representantes do Parlamento Estadual exercem o controle sobre determinados redutos da Bahia. Além disso, estabeleceu-se a combinação das duas dimensões para dar conta de uma visualização mais completa das características das bases eleitorais dos deputados estaduais por bancada partidária. Foi possível, também, aprofundar determinadas percepções, através da ampliação do alcance da análise para se visualizar os desdobramentos dos reposicionamentos partidários sobre o conjunto do eleitorado total dos partidos, em suas votações para Deputado Estadual na Bahia. Nesse caso, foram selecionados os três partidos tidos como mais relevantes para esse estudo: o PT, PMDB e PFL/DEM.

A análise dos dados permite afirmar que mudanças significativas na geografia do voto dos deputados estaduais baianos começaram a ocorrer a partir de 2006, ano em que a maior parte dos partidos se reposicionou em relação ao Governo Federal. Neste pleito, foi possível observar que os padrões de Média Dominância, Baixa Dominância e Sem Dominância das

votações dos parlamentares sofreram mudanças significativas, quando comparado ao pleito de 2010, onde as oscilações desses padrões foram menos intensas.

Por outro lado, mantendo diálogo com a literatura, foi possível perceber que a distribuição dos deputados estaduais baianos com bases eleitorais Dominantes e Não Dominantes reflete o desenho apontado pelos estudos empíricos acerca da Câmara dos Deputados: praticamente metade desses parlamentares está enquadrada em um tipo de reduto eleitoral e outra metade em outro padrão dessas bases.

Foi possível verificar, também, que haveria, em relação ao Parlamento Estadual, a predominância de um patamar de competitividade equilibrado entre os dois padrões de Dominância eleitoral, já que ao menos metade dos representantes não domina suas bases eleitorais. Mantendo diálogo com a perspectiva de Bobbio (1997), acerca de uma das promessas não cumpridas pela democracia, não se pode afirmar que predomina, no parlamento baiano, um padrão oligárquico de competição.

A análise dos dados permitiu, ainda, apontar para um fenômeno que se manifestou de maneira inversa: os impactos do reposicionamento nacional dos partidos, mais relacionados ao pleito de 2006, foram mais significativos no sentido de ampliar a competitividade, já que reduziu a incidência da Dominância eleitoral nas votações dos deputados estaduais nesse pleito. Porém, essa tendência foi atenuada com os reposicionamentos no plano estadual, onde ocorreu uma pequena recuperação da incidência da votação de padrão Dominante, no entanto, sem a mesma intensidade verificada no período anterior. Os dados apontam para a necessidade de se observar os desdobramentos de mais um período desse cenário de reposicionamento nos dois planos.

No período estudado, foram notadas mudanças significativas também nos padrões de votação das bancadas partidárias, a partir de seus reposicionamentos em relação aos governos, principalmente levando em consideração os principais partidos que passaram para a condição de governo nos dois planos, vindo de trajetória opositora anterior a 2002. É o caso do PT, partido que apresentou tendência à redução do patamar de Concentração dos votos e ampliação de bases eleitorais dominadas por seus parlamentares, mesmo não sendo ainda significativos para alterar a predominância do perfil de sua base eleitoral de tipo Não Dominante.

Por outro lado, para o caso da bancada do PFL/DEM no período, não se verificaram mudanças do perfil de suas bases eleitorais: permanece predominando entre seus representantes o padrão Disperso/Dominante, característica que os estudos verificam aparecer nos partidos com trajetória governista mais relevante. Nesse caso, o PFL/DEM havia

participado do processo eleitoral como oposição nos dois planos de governo – pela primeira vez, em sua trajetória no período democrático pós-1988. Porém, é preciso considerar que a manifestação desses desempenhos das bancadas, tanto no caso do PT, quanto no caso do PFL/DEM, só pôde ser observada em apenas um período no qual estiveram ou na condição de máxima situação (PT), ou na de máxima oposição (DEM) – possivelmente insuficiente para a consolidação de uma mudança mais significativa de seus padrões de votação.

Em que pese haver alguma correspondência entre as bases eleitorais dos deputados isoladamente com o desempenho do partido como um todo, a agregação dos votos em legenda, assim como da votação dos candidatos derrotados nos pleitos, deram uma dimensão maior acerca do desempenho eleitoral das agremiações estudadas e sinalizam para aspectos mais específicos dos impactos dos reposicionamentos partidários sobre as bases eleitorais.

Fica claro no caso do PFL/DEM que só a análise dos padrões de votação das bancadas não é capaz de captar possíveis mudanças na base eleitoral do partido. Os dados relativos à sua votação agregada, nos municípios, demonstram que a expressiva redução de seu desempenho eleitoral entre 2006 e 2010 maximizou seu Índice de Dominância, provocando um aumento significativo da sua Razão de Dominância, o que significa que o partido passou a depender ainda mais dos municípios em que mantém uma *dominância* eleitoral. Esse dado é reforçado pelo crescimento do Índice de Fragmentação da votação do partido, demonstrando, também, que a diminuição do eleitorado se manifestou de maneira difusa pelo Estado, ampliando a dispersão de sua votação. Portanto, pode se manifestar uma tendência ao compartilhamento das bases eleitorais que o partido ainda domina.

Essa percepção se reforça com o fato de que a queda da votação do PFL/DEM foi acompanhada de uma ampliação da votação dos outros dois partidos. Mesmo tendo se processado entre eles uma ampliação de seus Índices de Dominância, esses indicadores permaneceram inferiores à manifestação da Dominância apresentada pelo PFL/DEM, o que também reforça a possibilidade de se considerar uma ampliação do patamar de competitividade entre os municípios baianos, já que há uma maior participação de outras legendas em redutos antes dominados.

O fenômeno da Dominância eleitoral, portanto, passou a se manifestar também nas agremiações que vieram de trajetória oposicionista anterior a 2002; até ali, de acordo com os dados analisados, sua presença era quase nula. Esse achado possui relação com a participação desses partidos nos governos, passando a ter acesso a determinados recursos de poder que viabilizam maior penetração eleitoral dos deputados oriundos dessas siglas.

A ampliação da manifestação do padrão Dominante sobre a votação da bancada passou a incidir também na votação agregada do PT, quando esse partido passa para a condição de governo nos dois planos. Nesse pleito, porém, também se percebe uma ampliação significativa do seu desempenho eleitoral sobre o conjunto dos votos válidos, o que relativiza o efeito da ampliação de seu Índice de Dominância, fazendo com que, apesar de contar com maior patamar de *dominância* eleitoral, os municípios nos quais o partido domina eleitoralmente não são os de maior relevância para sua votação global – justificando a redução da Razão de Dominância, assim como a baixa incidência do Índice de Fragmentação, em sua votação. Esse último indicador, por outro lado, demonstra que a amplitude do seu desempenho eleitoral inibiu, também, a percepção de uma maior dispersão de seus votos.

Reforça a identificação de uma possível tendência à mudança das bases eleitorais desses partidos a proximidade que se observa nas características das bases eleitorais do PT e do PFL/DEM no pleito de 2010, ao se visualizar a correlação da votação desses partidos com os indicadores sociais, como IDH e população rural nos municípios. A evolução do período acentuou uma tendência inversa na manifestação desses indicadores em cada partido, aproximando, portanto, o perfil médio de seus eleitores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa empreendida nessa dissertação procurou estudar as determinantes dos desempenhos eleitorais de deputados e partidos nos municípios da Bahia, levando em consideração a problematização de aspectos tidos como relevantes pela literatura institucionalista que estuda os sistemas partidários e o sistema eleitoral, assim como de determinadas reflexões sinalizadas pela Teoria Democrática, se desdobrando em análises da competitividade eleitoral.

Da literatura institucionalista que esse estudo se referenciou, a análise dos sistemas partidários é a mais relevante. Tem significativo peso a interpretação acerca dos sistemas competitivos sugerida por Sartori (1982), na medida em que o período eleitoral selecionado, assim como os contextos anteriores, são marcados por distintas percepções dos padrões de competição política na Bahia: de uma fase que poderia ser caracterizada por *sistema competitivo de partido predominante*, mais identificada com os anos 1990, de competição plural institucionalizada, com vários partidos em disputa, porém, predominância da elite carlista – tendo o PFL como principal partido do núcleo dessa elite; a uma fase caracterizada por um *sistema de competição bi partidário*, marcando os anos 2000 com a polarização PT x PFL/DEM, chegando ao final da década com a possibilidade de se constituir um cenário de competição *multipolarizada*, com três pólos, representados pela disputa de 2010 entre PT, PMDB e PFL/DEM – “tri polaridade” inviabilizada pela expressiva vitória petista já no primeiro turno.

Esse referencial contribuiu também para se estabelecer a seleção dos partidos tidos como mais relevantes no período estudado. Assim, PT, PMDB e PFL/DEM, seriam caracterizados como partidos que, nas distintas fases desse período, cumpriram o papel de partidos com *potencial de coalizão* e *potencial de chantagem*, por contribuírem no processo de viabilização das condições de governo, ou por terem relevância competitiva, no processo eleitoral.

As principais questões apontadas no início desse estudo foram enfrentadas em distintas fases do texto, algumas sendo reiteradas e outras sinalizando para a continuidade dos estudos sobre o tema.

A primeira delas diz respeito à observância do impacto que um ciclo completo de reposicionamento dos partidos em relação aos governos exerceria sobre as bases eleitorais dos deputados, seguindo a percepção desses impactos no plano majoritário. A mudança expressiva no eleitorado mais relevante para o PT e seus aliados nas eleições para Presidente em 2006 e para Governador em 2010, não foi acompanhada com a mesma intensidade no plano proporcional. Essa percepção reforça a ideia de que a competição eleitoral para o Legislativo

é operada a partir de uma dinâmica própria, condicionada por fatores outros que não apenas a disputa majoritária. Resgatando a ideia do “aninhamento dos jogos”, a partir de Melo (2010b), os partidos buscam priorizar uma das arenas, levando em consideração os interesses que consideram mais relevantes, dentro das condicionantes de suas características. Assim, priorizar uma das três arenas – ou a disputa pela Presidência da República, ou os Governos Estaduais, ou as eleições Legislativas – muitas vezes implica em perdas nas outras duas arenas.

Levando em consideração essa formulação de Melo (2010b), por outro lado, é possível identificar que a prioridade estabelecida à disputa pelo Governo do Estado por parte do PFL/DEM e do PMDB em 2010, trouxe consequências importantes para esses partidos na competição proporcional: no primeiro, implicou em redução expressiva da votação e da bancada – fator também explicado pelo reposicionamento nos dois planos.

No PMDB, em que pese ter ampliado significativamente sua votação, seu desempenho eleitoral não se materializou em ampliação da bancada do partido, já que elegeu o mesmo número de representantes que o pleito anterior. A quantidade de prefeituras no Estado e o acesso que teve às estruturas de governo, em parte significativa do período anterior ao pleito, eram muito superiores às condições apresentadas na eleição de 2006. Esses elementos, reforçados pelo desempenho eleitoral global do partido na disputa para Deputado Estadual em 2010, sugeriam a possibilidade de ampliação da sua bancada. Pode ter contribuído para esse resultado, portanto, a dinâmica da competição eleitoral no plano majoritário, reforçada pelos aspectos apontados por Nicolau (2006), característicos do sistema eleitoral proporcional de lista aberta, ao permitir, por exemplo, as coligações no plano Legislativo, fazendo o partido priorizar as alianças com outras legendas, visando reforçar a competitividade de seu candidato ao Governo.

Observar a relevância do pertencimento ao governo para o desempenho eleitoral dos deputados também é ressaltado pela contribuição de Figueiredo e Limongi (2001), na medida em que é a condição de aliado ao governo que possibilita o acesso a determinadas políticas implementadas pelo Executivo, assim como aos cargos de controle desse Poder, favorecendo ao parlamentar melhores condições de obter maior sucesso eleitoral.

Apesar de a competição se manifestar de maneira diversa nas duas esferas, majoritária e proporcional, a análise empreendida tornou possível ressaltar como relevante o significativo impacto exercido pelos reposicionamentos partidários em relação aos dois níveis de governo sobre a geografia do voto de deputados e partidos. Mudanças importantes foram percebidas – umas mais, outras menos relevantes –, mesmo que, no geral, os principais partidos

mantivessem a maior parte de suas bancadas com predominância do mesmo padrão de distribuição geográfica das votações, na medida em que se reposicionavam. O caso dos partidos com tradição oposicionista, que chegaram à disputa de 2010 na condição de governistas nos dois planos, merece menção: de apenas um parlamentar dentre esses partidos com padrão Disperso em 2002, praticamente todas as siglas com essa trajetória, na eleição de 2010, agora na condição de governistas, tiveram parlamentares com votação Dispersa. E, no caso da dimensão que analisa a Dominância eleitoral desses parlamentares, somente um partido dentre esses apresenta parlamentares com padrão de votação Dominante em 2002 – mesmo assim, parcela muito reduzida de sua bancada; e, em 2010 ocorre o inverso: somente uma dessas agremiações não apresenta nenhum parlamentar eleito com padrão de votação Dominante.

A alteração desses indicadores é mais perceptível a partir dos reposicionamentos nos dois planos, porém, em 2006 já é possível visualizar tendências importantes de mudanças na geografia eleitoral desses partidos: o reposicionamento nacional operou mudanças significativas no sentido da Dispersão dos votos dos deputados de partidos de trajetória oposicionista anterior a 2002 e no sentido da redução da incidência da Dominância eleitoral entre os deputados em 2006, sugerindo uma tendência ao compartilhamento mais acentuado das bases eleitorais. Tendência esta que o reposicionamento estadual atenuou, retomando um pequeno crescimento da incidência da Dominância eleitoral entre os deputados no geral e ampliando a votação Dominante entre os partidos agora governistas nos dois planos.

Observar a dupla dimensão da Geografia do Voto dos deputados e das bancadas partidárias ressaltou a percepção de que o realinhamento em nível estadual foi mais relevante que o de nível nacional para os partidos de trajetória oposicionista. Nesses casos, portanto, tendo em vista a votação para Deputado Estadual, a relação com o governo em nível subnacional é mais significativa.

Para partidos como o PFL/DEM, de trajetória governista anterior mais relevante, participando da eleição na condição de oposição nacional em 2006 e nos dois planos em 2010, o impacto mais significativo também se deu a partir do realinhamento estadual: entre 2002 e 2006 a votação desse partido amplia, tanto na disputa majoritária, para o governo do estado, quanto na eleição proporcional, para a ALBA – num cenário em que essa agremiação já não dispunha dos cargos e iniciativas de políticas de nível Federal no estado da Bahia, historicamente controladas pela elite carlista, que comandava esse e outros partidos. Esse desempenho se deu mesmo tendo perdido a eleição para Governador pela primeira vez, em 16 anos. Quando se analisa o desempenho dessa sigla no pleito de 2010, o primeiro impacto que

se observa é a acentuada redução da capacidade eleitoral do partido, caindo em representação de 16 para somente 5 deputados eleitos. No que se refere aos padrões de votação dos deputados, porém, não foram observados impactos relevantes: o padrão de votação mais característico entre os deputados do DEM em 2010 continuou sendo o Disperso/Dominante.

Esses elementos buscam dialogar com a segunda questão apontada na introdução desse estudo: em certa medida, a manutenção da predominância do padrão de votação dos representantes do PFL/DEM e a não predominância desse mesmo padrão na votação dos parlamentares dos partidos agora governistas nos dois planos, não reflete aquilo que tem sido apontado pela literatura, no que se refere aos padrões de votação dos Deputados Federais: de que o voto de tipo Disperso/Dominante é governista. Chegar a esse diagnóstico foi possível a esse estudo pelo fato de incluir a análise da eleição de 2010, onde a clivagem governo X oposição se inverteu nos dois planos, comparando PFL/DEM e PT, frente aos anos anteriores a 2002 e somente no caso da eleição para o Legislativo estadual. Mesmo assim, sendo a primeira eleição com essas características, não é possível afirmar que esses padrões serão os mesmos, nem que seguirão uma tendência inversa, nos pleitos posteriores.

A partir da análise das votações agregadas dos partidos mais relevantes na disputa estadual, porém, é possível problematizar melhor essa questão: o fato de o PFL/DEM em 2010 ter acentuado seu Índice de Dominância, assim como a Razão da Dominância, se explica, em parte, pela expressiva diminuição do seu eleitorado, tornando mais relevante para o desempenho global do partido a votação naquelas bases em que ainda mantém uma Dominância eleitoral, seguindo o modelo de análise sugerido por Borges, Sanches Filho e Rocha (2011). Portanto, dizer que predomina no DEM um padrão de votação Disperso/Dominante é um fato somente ao se observar a “fotografia” do pleito de 2010, pois a participação em mais uma eleição na condição de oposição nos dois planos pode significar uma dificuldade ainda maior de o partido manter o controle sobre essas bases eleitorais – ou seja, pode se manifestar uma tendência ao compartilhamento dessas bases.

Reforça esse diagnóstico a análise da votação agregada do PT no mesmo período. Esse partido aumentou seu Índice de Dominância, mesmo não alcançando nem a menor marca do PFL/DEM no período estudado, assim como mantendo baixa sua Razão de Dominância. Isso tem relação com o fato de a votação do PT ter se expandido não apenas em redutos em que mantém nível elevado de Dominância, mas também alcançando novas bases eleitorais – em convergência com o desempenho da bancada. Porém, somente sugere que os municípios nos quais o partido Domina eleitoralmente não são tão relevantes para o desempenho global, não atenuando, portanto, a percepção da ampliação da incidência da Dominância eleitoral sobre

suas bases, mesmo não ocorrendo na mesma intensidade que se manifestou nos períodos do PFL/DEM.

A mudança é perceptível de maneira mais significativa quando se visualiza a situação do PMDB no período. Diferente dos outros dois partidos, o PMDB esteve sempre na condição de situação no plano nacional e oposição no plano local. Apesar disso, o posicionamento do partido em relação aos governos no período estudado possui nuances relevantes: em 2002, apesar de lançar candidatura própria ao Governo do Estado, o partido contribuiu para enfraquecer o campo da oposição na Bahia, tendo relação com o bom relacionamento dessa legenda com parte da elite que passou a exercer maior protagonismo na direção do campo carlista (a exemplo do Governador Paulo Souto), a partir da ampliação do comando do grupo, sendo menos unipessoal (DANTAS NETO, 2006b). Foi beneficiado com o enfraquecimento do PFL após derrota desse partido nas eleições para o Governo do Estado em 2006, sendo a sigla que mais recebeu prefeitos migrantes do campo carlista, de acordo com Dantas Neto (2010a). Foi também elemento fiel da balança para a vitória petista neste mesmo pleito. Como desdobramento da capacidade do partido em se beneficiar da participação no Governo do Estado e no Governo Federal, obtém expressiva vitória eleitoral em 2008, entre as prefeituras baianas, inclusive ganhando a prefeitura da capital, Salvador – processo que culminou com o rompimento desse partido com o governo, lançando candidatura própria em 2010 e sinalizando para a possibilidade de uma disputa *multipolarizada*, com base em três partidos (SARTORI, 1982) – dada a magnitude da vitória do PT, essa possibilidade não vingou.

Os Índices de Dominância e de Fragmentação do PMDB foram significativamente ampliados em 2010, assim como, em paralelo, reduziu o percentual de votos concentrados nos 20 municípios de melhor desempenho da legenda, o que demonstra, como no caso do PT, que o partido obteve um desempenho em que dependeu menos dos municípios nos quais dominava eleitoralmente e ampliou acentuadamente a Dispersão de suas bases eleitorais – além de ampliar o número de municípios em que o partido obtém uma votação efetiva. Esse cenário aponta para a possibilidade de uma caracterização da votação do PMDB no padrão Disperso/Dominante, não reproduzindo o padrão observado na votação da bancada do partido.

Essas circunstâncias, em certa medida, podem representar a percepção de um conflito que só se manifesta de maneira clara ao se observar os desdobramentos do pleito de 2010: a manutenção da geografia do voto a partir da predominância de determinados padrões clássicos nas votações do PT e PFL/DEM, pode se explicar aludindo o fato de que suas trajetórias políticas também possuem peso explicativo significativo, para além da clivagem governo X oposição. Com o reposicionamento nos dois planos, porém, o efeito da clivagem

foi significativo a ponto de apontar para uma tendência à superação desses padrões de votação. Portanto, tanto a trajetória quanto o posicionamento em relação aos governos exercem influência sobre a geografia do voto, podendo apontar, em dado momento, a superação do “peso” da primeira à medida que seja mantido o controle sobre os dois níveis de governo, no caso do PT, e que se mantenha a condição de máxima oposição, no caso do DEM. A confirmação desse cenário não é objeto de alcance dessa dissertação.

Também observando os desdobramentos do pleito de 2010, outra questão relevante diz respeito ao movimento geograficamente mais dispersivo que foi identificado – principalmente entre os partidos com trajetória oposicionista anterior a 2002, mas fenômeno observado na maioria dos deputados eleitos em 2010 –, assim como ao movimento de compartilhamento de bases eleitorais, que podem sugerir uma maior autonomia institucional dos partidos em relação aos vários grupos da elite política. Esse fenômeno se manifestaria na medida em que se observa a quebra de “redutos” de um desses grupos (o PFL/DEM), dispersando também as bases antes mais pessoais de deputados de variados partidos, principalmente os do PT, que passam a acompanhar o raio de penetração partidária, numa operação coordenada pelo próprio partido e, também, pelo governo. Conforme mencionado no capítulo 2, esse movimento pode ser considerado um relevante desdobramento da ascensão do PT ao governo, tendo como parâmetro o período de estudo selecionado.

O raciocínio que aponta para a relevância da trajetória dos partidos pode ser também considerado ao se visualizar os dados referentes ao desempenho eleitoral dessas duas siglas principais. De trajetória contrária ao PFL/DEM, a tradição do PT anterior a 2002 era de oposição nos dois planos por longo período. Ainda assim, o mapeamento de sua votação para deputado estadual é de crescimento, mesmo antes de se tornar governo em um dos planos. Ao passar a liderar o governo em nível estadual, também evolui sua votação para o Legislativo estadual, porém, com uma intensidade menor em relação a períodos anteriores – ainda no campo oposicionista. O que demonstra que, diferente do PFL/DEM, essa participação no governo não é o principal elemento do crescimento e/ou manutenção das bases eleitorais do partido, mesmo tendo exercido alguma influência sobre sua ampliação em 2010.

Chamou atenção a percepção acerca do equilíbrio observado na representação dos padrões de Dominância das votações nos três pleitos analisados. Quando se considera o fato de que, no pleito de 2010, praticamente todas as siglas tiveram – ou tinham – alguma participação em governos, esse equilíbrio impressiona ainda mais. Por um lado, isso significa dizer que o Parlamento estadual baiano reflete aquilo que o estudo de Carvalho (2003) diagnosticou para a Câmara dos Deputados, ou seja: que somente metade dos representantes

possui votação de tipo Dominante; assumindo a premissa dos estudos de conexão eleitoral, isso também quer dizer que esses representantes não seriam incentivados a adotar comportamento parlamentar de tipo paroquial, orientados pela lógica do clientelismo – como sustentava parcela dos autores daquela corrente, amparados na literatura distributivista de então, dentre os quais o próprio Barry Ames (2001). Essa interpretação também encontra eco naquilo que Bobbio (1997) considerava como promessa não cumprida da democracia: a de educar o cidadão para o exercício democrático, superando a prática corriqueira do “voto de permuta”. Ao não se adotar a premissa da conexão eleitoral como referencial, a manifestação dessas práticas podem ocorrer a partir de variadas situações e incentivos, que não apenas aqueles relacionados às bases eleitorais dos parlamentares.

Em certa medida, a identificação de que em parcela significativa dos municípios baianos não predomina um padrão de votação de tipo Dominante, permite visualizar também que existe a possibilidade de maiores níveis de competitividade nesses redutos. E considerando essa maior competitividade eleitoral, é possível dialogar com outras duas leituras sobre a democracia contemporânea: a primeira, ainda a partir de Bobbio (1997), seria a necessidade de se perceber que essa presença significativa da competitividade pressupõe uma não predominância da “oligarquização” nessa parcela dos redutos eleitorais da Bahia, já que não existiria o controle sobre essas localidades sendo exercido por algum intermediador privilegiado – não entrando em conflito, portanto, com uma das “promessas da democracia”.

Além disso, assumindo que há maior competitividade e identificando que dentre esses municípios existem patamares diferenciados de desenvolvimento socioeconômico, existiria, portanto, maior pluralismo na competição política nesses redutos, convergindo com o entendimento de Dahl (1997) acerca da possibilidade de que esse pluralismo ocorra mesmo em contextos de menores índices de desenvolvimento. Diferente do que se observa em algumas análises correntes sobre o sistema político brasileiro, é possível identificar um patamar de competitividade significativo em grande parte dos municípios baianos, nos quais os parlamentares compartilham a influência eleitoral – podendo sugerir um funcionamento do sistema a partir de outros incentivos, que não somente a lógica paroquial.

De certa maneira, esses elementos mantêm contato com outras observações apontadas nesse estudo. Na medida em que, tal como também aponta Dahl (2012) em outro estudo, uma sociedade plural e mais modernizada proporciona maior nível de competitividade política, essa sociedade apresentaria maiores condições de possibilitar uma menor concentração dos recursos de poder; com isso, estaríamos diante de uma realidade onde se tem maior qualidade democrática. As interpretações mais recorrentes na ciência política para o caso da democracia

brasileira costumam correlacionar ambientes de maior competitividade política às capitais e regiões metropolitanas, ou às zonas mais urbanizadas dos estados. Isso se daria pelo fato de que, nessas zonas, a economia privada seria mais desenvolvida, portanto, suas populações demandariam e dependeriam menos do gasto público, da relação direta com governos (BORGES, 2013). O contrário se daria nas zonas mais empobrecidas, geralmente onde se concentra um contingente maior da população rural. Pela carência de uma economia privada mais desenvolvida, essas regiões – geralmente identificadas como “grotões” sociais, marcadas pela pobreza – dependeriam mais do gasto público, da presença do investimento direto dos governos.

Já se mencionou antes que, com o processo de maior institucionalização das políticas sociais, reduziu-se a relevância do intermediador local, identificado como o representante direto de determinadas localidades, seja ele o chefe político local (Prefeito), ou, no caso desse estudo, o deputado com maior penetração eleitoral na região – a qual se qualificaria como um “reduto” eleitoral. Programas como o “Bolsa Família” acabam por intervir nessas zonas, obedecendo a uma lógica cada vez mais institucionalizada e centralizada, sob controle da burocracia Federal, dando menor relevância ao aspecto do personalismo e da lealdade política, conforme mencionado estudo de Licio, Rennó & Castro (2009) e também de Borges (2013).

Ao se identificar a redução significativa do número de parlamentares com padrão de votação Concentrado/Não Dominante – padrão esse que, no primeiro pleito analisado, era o de maior representação na ALBA, passando a ser o de menor presença no pleito de 2010 – pode ser constatada a significativa perda de influência eleitoral dos municípios com maiores índices de desenvolvimento, geralmente aqueles com maior concentração populacional, onde é praticamente impossível um parlamentar exercer uma Dominância eleitoral e onde os candidatos com maior vínculo político geralmente concentram seus votos. Isso significa dizer que as grandes cidades estariam, em tese, menos representadas em número de parlamentares.

Desta forma, esse estudo não se propõe a analisar e comparar o grau (e o tipo) de racionalidade do eleitor das zonas urbanas e das zonas rurais; a questão é perceber em que medida maiores patamares de competitividade eleitoral passaram a se manifestar com os reposicionamentos dos partidos políticos em relação aos governos e de que maneira tem se desdobrado em ampliação dessa competitividade eleitoral por todo o Estado, resultando, hipoteticamente, em melhor qualidade democrática, ou, como sugere Bobbio (1997), menor oligarquização.

A análise empírica dessa pesquisa, porém, permitiu também notar que a tendência à ampliação da competitividade eleitoral nos redutos baianos se manifestou a partir do reposicionamento dos partidos em relação ao Governo Federal. Com o reposicionamento em nível estadual, essa competitividade foi atenuada, com uma pequena recuperação da incidência da votação Dominante entre os deputados baianos. Isso tem relação com o fato de que a competição se deu em patamares mais equilibrados quando os partidos, e/ou campos políticos, controlavam recursos de poder em apenas um nível de governo. Além disso, reforça a ideia de que o poder político local opera no sentido de arrefecer mudanças ocorridas por impacto do poder Federal, nesse caso, impactos sobre a competitividade eleitoral dos municípios da Bahia.

Ainda assim, a ideia de mudanças na competitividade e/ou no compartilhamento de redutos eleitorais, assim como dos impactos dos reposicionamentos sobre as bases eleitorais dos partidos, também pôde ser percebida quando foram feitos os testes de correlação da votação dos partidos mais relevantes com indicadores sociais, como o IDH e a população rural dos municípios. Utilizada para identificar em quais perfis de redutos se correlacionavam as votações agregadas para deputado estadual dos principais partidos da Bahia e não para parâmetros explicativos acerca das causas dessas votações, o teste de correlação de *Pearson* apresentou uma tendência à aproximação cada vez maior dos perfis das bases eleitorais de PT e PFL/DEM. No caso do primeiro, a penetração eleitoral vem acompanhando cada vez mais o perfil das bases mobilizadas nos pleitos majoritários pós-2006. Em que pese ainda manter positiva a correlação com o IDH, chama mais atenção a inversão do indicador de presença mais significativa no período: com a queda mais acentuada da correlação com o IDH em paralelo ao crescimento da correlação positiva com o indicador da população rural nos municípios, este indicador passa a ser o mais representativo de seu eleitorado. O outro partido passa, em 2010, a apresentar uma queda na correlação com eleitorado desse perfil, sugerindo uma mutação em movimento das características de suas bases eleitorais, na medida em que não consegue mobilizar recursos de poder sob controle dos governos.

O conjunto de elementos analisados nessa dissertação sugere como desdobramento observações já sinalizadas de maneira difusa no conjunto do texto. Primeiro, que é preciso considerar a tendência a uma maior Dispersão das votações dos partidos no geral em todo o estado, como visto com maior destaque no capítulo 2; em seguida, observar a presença de patamares equilibrados de Dominância eleitoral na Bahia, ou seja, não se constituiu uma ampliação da Dominância no mesmo ritmo da ampliação da Dispersão, mesmo se observando

algumas tendências. Sistematizando o desdobramento das questões em alguns dos achados da pesquisa, apontam-se as seguintes considerações finais:

- 1) Tendo em vista os reposicionamentos partidários e a repercussão efetiva na mudança das bases eleitorais dos partidos que passaram para a condição de governo no plano majoritário a partir de 2006, foi possível perceber que o realinhamento em nível estadual incidiu de maneira mais forte sobre as características das bases eleitorais desses partidos no plano proporcional, estando na condição de governistas nos dois planos em 2010;
- 2) Por outro lado, os achados não permitem considerar que a votação dispersa horizontalmente e verticalmente dominante (o padrão Disperso/Dominante) é necessariamente governista – principalmente pela manutenção do padrão predominante de votação do PFL/DEM, quando na condição de oposição nos dois planos –, em que pese sinalizar que a participação em governos é relevante para operar mudanças nas bases eleitorais, no direcionamento desse padrão de votação, podendo sugerir que esse movimento está em curso;
- 3) Uma maior competitividade eleitoral entre os municípios da Bahia foi observada a partir dos reposicionamentos partidários frente ao Governo Federal; esse fenômeno, porém, foi atenuado com o reposicionamento em nível estadual, dotando determinados partidos de maior controle sobre os recursos de poder, sugerindo tendências a serem observadas em futuros pleitos, considerando um período maior de reposicionamentos nos dois planos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz e SAMUELS, David. A nova política dos governadores. **Lua Nova**, São Paulo, Cedec, 39/40, 1997.

ABUL-EL-HAJ, Jawdat. Robert Dahl e o Dilema na da Igualdade na Democracia Moderna. **Análise Social**: vol. XLIII (1º), pp. 159-180, 2008.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. RJ: Editora FGV, 2001.

ARRETCHE, Marta. **Estado Federativo e Política Social**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BOBBIO, Noberto. **O Futuro da Democracia – Em Defesa das Regras do Jogo**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984/1997.

BORGES, André. Já Não se Fazem Máquinas Políticas como Antigamente: Competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 167-188, fev. 2010.

BORGES, André. Eleições Presidenciais, Federalismo e Política Social. In: HOCHMAN, Gilberto e FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Federalismo e Políticas Públicas no Brasil**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 121-149, 2013.

BORGES, André; SANCHES FILHO, Alvino; e ROCHA, Carlos. A Conexão Estadual: geografia do voto e coalizões eleitorais no federalismo brasileiro. In: **Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR**, AT 5: Partidos, Representação Política e Opinião Pública. Belo Horizonte/MG, 04-06 de maio, 2011.

BRAGA, Maria do Socorro S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política 1982-2002**. São Paulo/SP, Humanitas/Fapesp, 2006.

BRAGA, Maria do Socorro S.; VEIGA, Luciana Fernandes; e MIRÍADE, Angel. Recrutamento e Perfil dos Candidatos e dos Eleitos à Câmara dos Deputados nas Eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 24, nº 70, pp. 123-186, fev./2009.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as base: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. RJ: Editora Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, vol. 11, nº 22, pp. 367-384, jul/dez 2009.

CAIN, B.; FERREJOHN, J. e FIORINA, M. *The personal vote. Constituency service and electoral independence*. Cambridge, Harvard University Press (1987). In: CARVALHO, Nelson Rojas de. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, vol. 11, nº 22, pp. 367-384, jul/dez 2009.

CERVI, E. Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativos. In: AYRES, J. B (Org). **Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2009.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Democracia e Seus Críticos**. 1ª Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DAMASCENA, Jeferson Soares. **O Peso do Voto Metropolitano: A representatividade das Regiões Metropolitanas de Maringá e Londrina na Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP**. 2011. 148f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2011.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Carlismo e Oposição na Bahia Pós-Carlista. **Programa Observatório Social do Nordeste**, Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>.

\_\_\_\_\_. Fogo e fumaça: A fabricação de um plebiscito nas eleições municipais de 2004 em Salvador e sua duvidosa consumação. **Artigo apresentado no V Simpósio OBSERVANORDESTE**, do programa Observatório Social do Nordeste, da Fundação Joaquim Nabuco, em dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>.

\_\_\_\_\_. **Tradição, Autocracia e Carisma – A política de Antonio Carlos Magalhães na Modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: Ed.: UFMG/IUPERJ, 2006a.

\_\_\_\_\_. O carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual. in: Souza, C. M. & Dantas Neto, P. F. (orgs.): **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio: Revan (p. 247-286). 2006b.

\_\_\_\_\_. Mudança política na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites, em Cortez, Hugo e José Antonio Spinelli (eds.), **Nordeste 2006, os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais dos estados do nordeste**, Natal, Editora UFRN, 2010a.

\_\_\_\_\_. Elite e partidos: a arte das alianças em municípios da Bahia. In: **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP**, Recife, 2010b.

D'ÁVILA FILHO, Paulo M., JORGE, Vladimyr L. e LIMA, Paulo C. G. de C. Produção Legislativa e Intermediação de Interesses na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. In: 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), agosto de 2010, Recife. **Paper** apresentado no GT “Eleições e Representação Política”, pp. 1-25, Recife, 2010.

DESPOSATO, Scott. **Preferências dos eleitores e incentivos dos legisladores em ambientes eleitorais diversos: o caso dos estados brasileiros**. in: Souza, C. M. & Dantas Neto, P. F. (orgs.): **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio: Revan (p. 229-246). 2006.

DIAS, J. L. de M. *O jogo e os jogadores: legislação eleitoral e padrões de competição política*. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, IUPERJ, datilo (1991). In: CARVALHO, Nelson Rojas de. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, vol. 11, n  22, pp. 367-384, jul/dez 2009.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

FLEISCHER, David V. Concentra o e Dispersão Eleitoral: um Estudo da Distribui o Geográfica do Voto em Minas Gerais. 1966-1974. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n  43, p. 333-360, 1976.

INDJAIAN, M. L. *Análise Preliminar da bancada federal paulista eleita pelo MDB em 1978*. São Paulo, mimeo. Relatório parcial de pesquisa apresentado à FAPESP (1981). In: CARVALHO, Nelson Rojas de. Geografia política das elei es congressuais: a dinâmica de representa o das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, vol. 11, n  22, pp. 367-384, jul/dez 2009.

IPEA: INSTITUTO DE PESQUISA ECON MICA APLICADA. Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. **Nota Técnica**. Brasília, pp. 02-62, 30 de Agosto de 2006.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. 8  Reimpressão. São Paulo/SP: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1980.

KINZO, Maria D'Alva. Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica. In: Maria D'Alva Kinzo e Maria do Socorro Braga (Orgs.). **Eleitores e representa o partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2007.

LICIO, E. C., RENNÓ, L. R. & CASTRO, H. C. de O. de. Bolsa Família e Voto na Elei o Presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opini  Pública**, Campinas, vol. 15, n  1, p. 31-54, junho de 2009.

LIMONGI, Fernando. Prefácio. In: DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n  4, pp. 737-776, 2005.

LIPSET, Seymour Martin. **O Homem Político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LOUREIRO, M. R.; OLIVIERI, Cecília; MARTES, A. C. Burocratas, Partidos e Grupos de Interesse: o debate sobre política e burocracia no Brasil. In: Maria Rita Loureiro; Fernando Luiz Abrucio; Regina Silvia Pacheco (Orgs.). **Burocracia e Política no Brasil**: desafios para o Estado democrático no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Os Partidos e as elei es presidenciais no Brasil. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p. 6-11, jun. 2010a.

\_\_\_\_\_. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº4, Brasília/DF, pp. 13-41, julho-dezembro de 2010b.

NICOLAU, Jairo. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. **Dados – Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro/RJ, v. 45, n. 2, p. 219-236, 2002.

\_\_\_\_\_. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 49, nº 4, pp. 689-720, 2006.

NICOLAU, Jairo & PEIXOTO, Vitor. Uma Disputa em Três Tempos: Uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. **XXXI Encontro Anual da ANPOCS**, ST “Partidos e Sistemas Partidários”, Caxambu, Minas Gerais, 22 a 26 de outubro de 2007.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro; Brasília: J. Zahar Editor; Escola Nacional de Administração Pública, 1997.

NUNES, Vladimir Meira. **Governo, Oposição e Geografia do Voto na Bahia: Concentração/dispersão dos votos e bases eleitorais do PT, PMDB e PFL/DEM à ALBAs nas eleições de 2002 a 2010**. 2014. 84f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais/Bacharelado em Ciência Política) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

PAIVA, Denise; BRAGA, M<sup>a</sup> do Socorro S. & PIMENTEL JR., Jairo Tadeu Pires. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, Campinas/SP, pp. 388-408, novembro/2007.

PALERMO, Vicente. Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000.

PEREIRA, Carlos; e MUELLER, Bernardo. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 2, pp. 265-301, 2002.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no Candidato: evidências sobre o Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 3, 1997.

SAMUELS, David. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press. In: SANCHES FILHO, Alvino; e BORGES, André. Padrões de Carreira Política e Desempenho Eleitoral dos Deputados Federais em um Sistema “Executive-Centric”. **8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Área Temática – Instituições Políticas. Gramado/RS, 25 pags. 01 a 04 de agosto de 2012.

SANCHES FILHO, Alvino; e BORGES, André. Padrões de Carreira Política e Desempenho Eleitoral dos Deputados Federais em um Sistema “Executive-Centric”. **8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Área Temática – Instituições Políticas. Gramado/RS, 25 pags. 01 a 04 de agosto de 2012.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. (1976). Ed. Brasileira rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SILVA, Priscila de Cássia Souza Caires da Silva. **O Processo de Distribuição de Cargos Executivos e seus Impactos sobre o Comportamento Parlamentar na Assembleia Legislativa da Bahia**. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SILVA, Clarissa Benatti; NETTO JUNIOR, José Luis da Silva. Custo do Voto: uma análise para candidatos ao cargo de deputado estadual e distrital nas eleições de 2010. **37º Encontro Anual da ANPOCS**, ST 16: “Financiamento Político no Brasil: o impacto do dinheiro sobre partidos, eleições, candidatos e representantes”, Águas de Lindóia, São Paulo, 23 a 27 de setembro de 2013.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Gabriel Machado. Esquerda de Direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, UFRGS, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 93-114, maio-ago. 2013.

*INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: janeiro de 2014 até agosto de 2014.

*TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL*. Eleições. Disponível em: <http://www.tse.gov.br>. Acesso em: Setembro de 2013 até 12 de maio de 2014.